

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

ANÁLISE DE DESEMPENHO DO PRONAF - ESTUDO DE CASO DA
APLICAÇÃO DOS RECURSOS PELA INTERMEDIÇÃO
FINANCEIRA DA AGÊNCIA SANTO AMARO DA IMPERATRIZ/SC,
NAS SAFRAS 2003/2004 A 2006/2007

GEORGE WILLIANS CASERTA DE AGUIAR

Porto Alegre, 2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

ANÁLISE DE DESEMPENHO DO PRONAF - ESTUDO DE CASO DA
APLICAÇÃO DOS RECURSOS PELA INTERMEDIÇÃO
FINANCEIRA DA AGÊNCIA SANTO AMARO DA IMPERATRIZ/SC,
NAS SAFRAS 2003/2004 A 2006/2007

GEORGE WILLIANS CASERTA DE AGUIAR

Monografia de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão de Negócios Financeiros - BB apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Administração.

Orientador: Prof. André Martinewski

Porto Alegre

2007

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**ANÁLISE DE DESEMPENHO DO PRONAF - ESTUDO DE CASO DA APLICAÇÃO
DOS RECURSOS PELA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA DA AGÊNCIA SANTO
AMARO DA IMPERATRIZ/SC, NAS SAFRAS 2003/2004 A 2006/2007**

GEORGE WILLIANS CASERTA DE AGUIAR

**Monografia de Conclusão do Curso de
Especialização em Gestão de Negócios
Financeiros - BB apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Administração da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, como
requisito parcial para a obtenção do
título de Especialista em
Administração.**

**Conceito Final - A
Aprovado em 05 de Outubro de 2007**

Banca Examinadora

Prof (a): Silvia Generali

Assinatura: _____

Prof (a): Marina Nakayama

Assinatura: _____

Dedico este trabalho com todo o meu amor às duas princesas de minha vida, a minha esposa Janice a companheira amorosa de todas as horas e minha doce filha Mahara, flor de candura que acalenta meu coração. Muito obrigado pela compreensão, paciência, carinho e incentivo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, a Jesus e Maria de Nazaré pela saúde e a dádiva do intelecto para transformar cada momento da vida em aprendizado.

Aos meus pais de coração Nelson e Jacy, por sempre terem acreditado e apostado no meu sucesso.

Ao Banco do Brasil por seu programa de pós-graduação, de valor inestimável para a Instituição e para os funcionários discentes.

Aos meus superiores na Agência, Zulma Cândido e José Carvalho Filho, que compreenderam as necessidades de dedicação ao trabalho ora findo, autorizando as pesquisas necessárias no ambiente de trabalho, tornando real a possibilidade normatizada pelo Banco.

Ao companheiro Rossimar, meu mestre no aprendizado do crédito rural e que contribuiu significativamente para este trabalho, com seus conselhos, conhecimentos, materiais didáticos e informações técnicas.

Aos parceiros extensionistas da Epagri, Carlos Koerich, Lúcio Schmidt e Giovanni, que contribuíram com sua experiência e visão crítica do Pronaf, bem como, ao presidente da Cresol Águas Mornas, Jairo Loffi, sempre receptivo aos questionamentos que se fizeram necessários ao longo deste trabalho.

RESUMO

Repensar o campo é palavra de ordem nestes tempos de responsabilidade socioambiental. Os agricultores familiares começaram a receber a devida atenção, e passaram de marginalizados a protagonistas das políticas públicas de crédito rural. O Pronaf é o melhor exemplar destes novos tempos. É inequívoco afirmar que o Programa vem modificando o cenário agrícola nacional. Foram R\$33 bilhões aplicados nos últimos 10 anos. Cifra representativa para um público que passou décadas sem receber a devida atenção. O momento é propício a se avaliar o seu desempenho, corrigir suas deficiências e reforçar seus valores positivos. Foi neste contexto que o presente estudo analisou o papel do Banco do Brasil, na figura de sua Agência em Santo Amaro da Imperatriz, avaliando sua atuação na intermediação financeira dos recursos do Pronaf. Por ser a Unidade a principal aplicadora das disponibilidades do Programa em seis municípios de vocação exclusivamente agrícola (Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz e São Bonifácio), era imperativo saber como e em que nível se dava sua atuação. Utilizando metodologia que permitiu apurar o nível de penetração do Programa na região estudada, bem como, a representatividade do público alcançado, o trabalho detectou problemas de eficácia ao longo das safras estudadas. Foram então, detectadas as razões do insatisfatório desempenho, bem como, identificadas ações que levaram a atual situação, e finalizando, o estudo apresenta propostas capazes de reverter o quadro identificado.

Desta forma, o presente estudo espera contribuir para colocar a Agência Santo Amaro da Imperatriz no papel de efetiva participante do desenvolvimento sustentável da região em que se encontra inserida.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	05
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA - AGRICULTURA FORTE: O DESAFIO DE "DAR CRÉDITO" AO CAMPO	13
2.1	UM CAMPO POTENCIAL	13
2.2	O CRÉDITO PARA QUEM?	16
2.3	O CRÉDITO CERTO?	20
2.4	O CAMPO E O CRÉDITO PARA QUEM PRECISA	26
2.5	PRONAF - PASSADO - A SALVAÇÃO DA LAVOURA?	32
2.5.1	Questão de Paternidade	32
2.5.2	Questão de Crescimento	33
2.5.3	Questão de Maturidade	35
2.6	PRONAF - PRESENTE - NÚMERO E REGRAS	38
2.6.1	Número que fazem a diferença	38
2.6.2	A diferença das regras	40
2.6.2.1	Beneficiários	41
2.6.2.2	Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)	42
2.6.2.3	Finalidades	43
2.6.2.4	Garantias	44
2.6.2.5	Enquadramentos	45
2.6.2.6	Linhas Especiais	48
2.7	PRONAF - FUTURO - PROPOSTAS REFORMADORAS	51
2.7.1	Desenvolvimento Rural Sustentável	52
2.7.2	Novas Tecnologias de Gestão Rural	56
2.7.3	Novas Tecnologias de Produção Rural	58
3	METODOLOGIA	61
3.1	O MÉTODO	61
3.2	O PROCESSO	
	62	
3.3	O RESULTADO	
	63	
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS - O NOSSO CAMPO E O NOSSO CRÉDITO	
	65	
4.1	SANTA CATARINA	
	65	
4.2	AGÊNCIA SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	
	68	
4.3	ALCANCE	

4.3.1	Brasil	
		81
4.3.2	Santa Catarina	
		82
4.3.3	Agência Santo Amaro da Imperatriz	84
4.3.3.1	Águas Mornas	
		85
4.3.3.2	Angelina	
		90
4.3.3.3	Anitápolis	
		95
4.3.3.4	Rancho Queimado	
		99
4.3.3.5	Santo Amaro da Imperatriz	
		104
4.3.3.6	São Bonifácio	
		110
4.3.3.7	Comparativo	
		114
5	CONCLUSÕES E CONTRIBUIÇÕES	116
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121

1 - INTRODUÇÃO

TEMA E PROBLEMÁTICA A ABORDAR

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado pelo Governo Federal há 10 anos com o objetivo de prestar "apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família", definição que encontramos no capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR) do Banco Central do Brasil (BACEN), instrumento que regulamenta a aplicação de recursos governamentais na agricultura.

A intenção era dotar o agricultor familiar, de um mecanismo de crédito, com custo reduzido, que pudesse mitigar a histórica marginalização deste público das políticas públicas de crédito rural.

Na verdade, a capacidade da agricultura familiar em absorver mão-de-obra foi a razão primordial do Governo, para utilizar o Programa como política social, capaz de combater os problemas causados pelo desemprego no campo.

Esta parcela de agricultores não se beneficiou do crédito farto e barato concedido ao meio rural para aquisição de máquinas, fertilizantes e defensivos, que se esgotou com a crise no segmento, no início dos anos 80. Se pelo lado ambiental os preservou de danos maiores ao seu patrimônio natural, a terra, por outro os colocou à margem do decantado desenvolvimento tecnológico preconizado naquele período, marginalizando-os, social, política e economicamente.

A esperança de que uma nova política de crédito, específica para o setor familiar, pudesse modificar o cenário da ruralidade, acabou por ser depositada no Pronaf, um programa ainda em construção, que em constante mutação, possui uma atuação questionada, que provoca polêmica entre os vários atores que dele fazem parte: o meio técnico governamental, o meio acadêmico, as instituições financeiras intermediadoras, os representantes do público-alvo e os avaliadores independentes.

É preciso então, questionar se o programa vem contribuindo para minimizar a crise crônica que atinge a agricultura brasileira, atuando efetivamente como instrumento de geração de emprego e renda.

As instituições oficiais de acompanhamento, monitoramento e assessoramento técnico, defendem o desempenho do Pronaf, ressaltando o seu crescimento, apresentando números deste sucesso. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através da Secretaria Nacional de Agricultura Familiar (SAF) divulgou que na safra 2005/2006, o Programa promoveu a inclusão social de quase dois milhões de agricultores, o que o Governo do Estado de Santa Catarina, em sua cartilha de lançamento da mesma safra, reforça, afirmando que a crescente procura por crédito e os resultados obtidos nos anos anteriores, possibilitaram o aumento dos recursos para o Estado.

Porém, de outro lado, organismos autônomos como o Departamento Sindical de Estudos Rurais (DESER) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), tecem críticas ferrenhas ao Programa e à sua aplicabilidade, ora atacando a inserção bancária do público-alvo, ora desacreditando, no contexto macro, as ações governamentais, questionando o conhecimento mais preciso da realidade e das especificidades econômicas, sociais e culturais da agricultura familiar, por parte do Governo.

O Estado de Santa Catarina é campo propício para avaliações do Programa, pois, em conjunto com os demais estados da Região Sul, possui a maior concentração de agricultores familiares organizados do Brasil, e onde o segmento é mais atuante. Por isso, a Região absorve cerca de metade dos recursos destinados pelo Pronaf, desde a sua implantação.

Em função de seu relevo acidentado, inibidor de vantagens econômicas para grandes propriedades rurais, e de sua formação cultural, com forte valorização do meio rural, o Estado caracteriza-se pelo elevado número de estabelecimentos agrícolas familiares. Segundo censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), os agricultores familiares estão presentes em 76% dos municípios catarinenses, e representam 69% das propriedades rurais desta unidade da federação.

A agência objeto de estudo, encontra-se localizada no município de Santo Amaro da Imperatriz, sede da comarca, formada, também, pelas cidades de Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Rancho Queimado e São Bonifácio, e presta intermediação financeira do Pronaf a todos esses municípios.

Com economia essencialmente agrícola, a região representa fielmente o perfil anteriormente traçado para Santa Catarina, ou seja, representativa vocação rural aliada a um relevo incompatível com grandes produtividades, agravada pela característica ímpar de que 70% de suas áreas verdes se encontram em unidade de conservação ambiental - o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

Portanto, com este cenário, uma política agrícola diferenciada como o Pronaf, acaba ganhando dimensões de imprescindibilidade. As aplicações do Programa pela Agência, correspondem a 1% do número de contratos do Estado e o mesmo índice do volume aplicado nas finalidades de custeio e investimento.

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é analisar a intermediação financeira do Pronaf realizada pela Agência Santo Amaro da Imperatriz, bem como, a amplitude dos

valores alocados na região pelo Programa, através do Banco do Brasil, no período compreendido entre as safras agrícolas 2003/2004 e 2006/2007.

Para tanto, será preciso conhecer os fatores de influência na aplicação dos recursos do Pronaf, identificar os pontos positivos e negativos da intermediação financeira, levantar proposições para o aperfeiçoamento das relações com todos os atores do Programa.

Portanto, é extremamente útil aos gestores bancários saber se o objetivo do Programa em desenvolver o pequeno agricultor, através da concessão do crédito, tem sido alcançado, criando condições favoráveis ao pleno retorno do investimento e conseqüente inserção do mesmo no cenário econômico e financeiro regional, o que traria a instituição uma vantagem competitiva (fidelização), além de minimizar o risco de crédito (inadimplência).

Do ponto de vista macro, como o Pronaf se encontra em franco desenvolvimento de suas potencialidades, sendo sua história, recente, e pouco explorada sua atuação em trabalhos acadêmicos, o momento é propício a análises, avaliações, críticas e proposições, que venham contribuir com o seu aperfeiçoamento, mesmo que de forma regionalizada, como pretende este trabalho.

QUESTIONAMENTOS DE PESQUISA

O estudo se propõe a responder os seguintes questionamentos:

- no âmbito da área de atuação da agência pesquisada existiram dificuldades no acesso aos recursos do Pronaf?
- exigências burocráticas ou de garantias impediram a concessão do crédito?
- os volumes disponibilizados em cada safra analisada foram efetivamente aplicados?
- os valores orçados foram suficientes para a demanda?
- a realização de parcerias melhorou o desempenho da intermediação financeira, com redução de custos operacionais e agilização do processo de forma global?

- a inadimplência e as prorrogações foram representativas no cenário da aplicação dos recursos?

METODOLOGIA

Para conseguir alcançar seus objetivos e responder aos questionamentos acima, este trabalho realizou um estudo de caso descritivo. Quanto à instituição analisada, o estudo será classificado como de caso único: o desempenho do Pronaf no âmbito da Agência Santo Amaro da Imperatriz. Porém, convém advertir que, a atuação da unidade envolve seis diferentes municípios, que apesar de possuírem características similares em alguns aspectos, apresentam situações díspares em relacionamento com a dependência analisada e desempenho independente frente à aplicação de recursos do Pronaf, o que traria a impressão de se estar diante de um estudo de múltiplos casos.

Para análise do desempenho do Programa nos diversos municípios abrangidos, bem como, a apreciação das condições de acesso, foi realizada a avaliação da amplitude do Pronaf, cruzando dados coletados em registros e relatórios disponibilizados pelo MDA, com base de dados fornecidos pelos sistemas corporativos do Banco do Brasil. Foram comparadas as amplitudes nacional e estadual com a dos municípios atendidos, em busca da representatividade do desempenho da Agência no âmbito regional.

Os referidos dados secundários foram confrontados com dados primários coletados através de observações de campo não participativas, ocorridas nas reuniões de sensibilização do projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS), em elaboração na Agência, em que participaram os extensionistas responsáveis pelos escritórios da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) nos municípios estudados.

Cabe destacar, que serviu de base de dados primários, também, os atendimentos pessoais do pesquisador, realizados durante a última safra agrícola analisada (2006/2007), em que foram utilizadas técnicas de observação participativa junto aos agricultores familiares clientes da Agência.

Como forma de triangulação de dados, foram realizadas entrevistas não estruturadas e sem áudio, na forma de perguntas abertas, com os extensionistas, líderes de classe dos agricultores (sindicatos de trabalhadores rurais) e com o analista técnico rural do Banco do Brasil, que presta suporte à Agência. Foram apresentadas as análises preliminares obtidas dos cruzamentos de dados (primários e secundários), com o objetivo de captar a avaliação crítica da metodologia e dar sustentabilidade as aferições realizadas.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O presente trabalho está organizado em cinco capítulos, sendo o primeiro deles esta seção introdutória. No segundo capítulo, será apresentada uma revisão da literatura, com o intuito de delimitar a importância da agricultura no cenário econômico nacional, consubstanciando historicamente o desenvolvimento dos mecanismos de crédito agrícola, bem como, discutir o desempenho do Pronaf, através das avaliações e críticas que o mesmo vem recebendo ao longo dos seus dez anos de atuação, com um panorama dos números atuais do Programa e suas condições de acessibilidade, ao final, são relacionadas às novas tecnologias e tendências da agricultura, que podem ser incorporadas ao escopo desta política pública específica para a agricultura familiar.

O terceiro capítulo detalhará a metodologia utilizada para o atingimento dos objetivos propostos nesta introdução, especificando cada etapa do trabalho, como se desenvolveram, os instrumentos utilizados e os resultados alcançados.

A análise dos resultados será apresentada no quarto capítulo. Neste segmento, serão explicados os instrumentos de análise, com ênfase na metodologia de alcance, que através da avaliação da amplitude e profundidade com que o Pronaf penetra na região estudada, permitirá a delimitação do desempenho do Programa, bem como, foram desenvolvidas argumentações críticas sobre a atuação da Agência Santo Amaro

da Imperatriz, na intermediação dos recursos de crédito rural, mormente nas linhas de apoio a agricultura familiar.

Finalizando o trabalho, o quinto capítulo relacionará os principais pontos levantados, os questionamentos respondidos e as conclusões possíveis diante das informações analisadas, expondo, ainda, contribuições que permitam um melhor desempenho da unidade na aplicação dos recursos do Pronaf.

2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA - AGRICULTURA FORTE : O DESAFIO DE "DAR CRÉDITO" AO CAMPO

Neste segmento será apresentada a fundamentação teórica deste estudo, onde será analisado, num primeiro momento, o cenário nacional da agricultura, sua importância para a economia brasileira, sua representatividade ao longo da história do País e as dificuldades de se aliar produtividade com sustentabilidade, e crédito com responsabilidade.

O crédito rural aparecerá em destaque, sendo debatido desde sua formação, até os rumos atuais, sendo questionados e analisados os erros e acertos das políticas públicas ao longo do tempo, procurando identificar na literatura acadêmica um ponto de referência para a avaliação a que o trabalho se propõe.

2.1 - UM CAMPO POTENCIAL

Quando há 10 mil anos o homem descobriu que podia se fixar na terra e dela obter o seu sustento, começava o primeiro capítulo desta questão, que sempre permeará as discussões sociais, políticas e econômicas: a importância do CAMPO.

Vem desses tempos a importância da Agricultura na vida do homem. Porém, o cenário rural por muitas vezes se viu marginalizado pelas políticas públicas de crescimento. Lacki (1999, p.2) afirma: " Nos países da América Latina tradicionalmente a agricultura foi considerada de forma depreciativa como um setor arcaico que simbolizava o atraso e o subdesenvolvimento".

Portanto, quanto menos dependência do segmento agrícola, melhor. A ideia de desenvolvimento era associada aos conceitos de urbanização e industrialização, e a

agricultura seria uma incômoda raiz que precisaria ser arrancada, o mais rápido possível, para que novos frutos pudessem brotar.

O cenário mundial demonstra, principalmente, aos países em desenvolvimento que tal ilusão vem se apagando e muitas conseqüências decorrem deste grave erro estratégico. Em alguns casos a agricultura moderna e eficiente vem representando, senão a única, ao menos a melhor opção para solucionar grandes desafios nacionais, do crescimento equilibrado à preservação ambiental, e conseqüente garantia de futuro.

Porém, a agricultura que poderia ser a mola propulsora deste novo momento, nem sempre vem cumprindo adequadamente este papel, principalmente, pelo histórico abandono do setor e de seus atores, como afirma Lacki (1999, p.3):

Em resumo, a agricultura que, graças as suas enormes potencialidades como geradora de empregos, renda, alimentos, matérias-primas e divisas poderia e deveria ser a grande solução para os problemas dos desempregados, dos agricultores, dos consumidores, das agroindústrias e da economia global dos países, devido ao seu lamentável abandono constituem-se paradoxalmente em um grande problema para todos eles.

Conceitos novos se introduzem nesta história: o que antes era apenas agricultura, virou agropecuária, e agora evolui para agronegócio; o que antes era setor primário da economia, agora absorve características dos setores secundários e terciários, com as ampliações dos conceitos de cadeias produtivas.

Na conceituação de Bacha (2006-p.11):

Agronegócio é a tradução do termo agrobusiness e se refere ao conjunto das atividades realizadas pela agropecuária pelos setores vinculados a ela, como as indústrias a montante (insumos e implementos), prestadoras de serviços (bancos, assistência técnica, exportadoras) e industriais (agroindústrias).

São três os indicadores econômicos que podem medir a importância do agronegócio e da agropecuária no cenário nacional: emprego, balança comercial e Produto Interno Bruto (PIB).

Com relação ao PIB, existe uma tendência de queda da participação da agricultura no PIB dos países em geral, uma vez que "a demanda de alimentos é inelástica à renda" (BACHA, 2006, p.12), aliada à preferência pelo desenvolvimento urbano industrial, ficando a agropecuária em segundo plano.

A agropecuária sempre foi um setor de relevância para a economia brasileira, mesmo não recebendo o merecido reconhecimento. E seria fácil verificar sua importância constatando o crescimento de sua participação no PIB no período de 1994 a 2004, indo na contramão das economias mundiais. Neste período, ocorreu situação

inversa ao período de 1947 a 1993, ou seja, diminuiu a participação do setor de serviços, enquanto a agropecuária e a indústria aumentaram sua importância na composição do índice. Em 2005, com a crise de grãos, o PIB da agricultura reduziu sua participação.

O período que a agropecuária teve baixa participação no PIB, foi justamente aquele em que esteve direcionada ao consumo de produtos e serviços do setor urbano-industrial, segmento privilegiado até 1986.

Bacha (2006, p.12) sobre o assunto destaca que:

A recuperação de importância relativa da agropecuária no PIB nesses 11 anos é atribuída a quatro fatores: grande crescimento da produção agropecuária, melhora da relação de preços agrícolas/industriais, aumento da relação preços recebidos/preços pagos na agropecuária e pequena performance da produtividade da indústria.

Nas economias emergentes é natural que, com o aumento da renda per capita da população, exista uma redução da participação da agricultura no PIB, uma vez que com mais recursos disponíveis, o consumo de produtos industrializados e serviços amplia-se de maneira mais elástica que a de gêneros alimentícios.

Não é só pelo PIB que podemos medir a relevância do agronegócio no cenário econômico-social brasileiro. A participação do setor na geração de empregos e de divisas, também pode expressar a importância do setor na economia. Segundo dados do IBGE (1999), a agropecuária é responsável direta pelo emprego de 17,4 milhões de pessoas, correspondente a 24,2% da população economicamente ativa (PEA). Para melhor dimensionamento dessa participação, cabe lembrar que a construção civil, grande absorvedora de mão-de-obra, ocupa 7% da PEA.

O desempenho das commodities agropecuárias nas exportações, em muitos momentos foram responsáveis por um saldo positivo na balança comercial, uma vez que tiveram uma constante ampliação de 1971 a 2003, enquanto as importações do setor permaneciam relativamente estáveis, diferentemente de outros setores mais voláteis, que tiveram saldo comercial negativo.

2.2 - CRÉDITO PARA QUEM?

A representatividade da agropecuária no Brasil foi conquistada ao longo dos anos. O atraso tecnológico fez crescer feudos de monoculturas que reprisavam a velha concepção extrativista de nossa colonização. Vivendo de ciclos, a agricultura se arrastou durante décadas, até chegarmos ao binômio café-açúcar, último grande ciclo nacional. O modelo de desenvolvimento empreendido no país, desde o início do século passado, estimulou a produção da indústria, relegando o ambiente rural a um protecionismo latifundiário. Portanto, desde este período, as políticas desenvolvimentistas priorizaram a industrialização, como o único meio de crescimento econômico nacional.

Segundo o DESER (1997, p.5):

Essas políticas estimularam um desenvolvimento, cujos pressupostos básicos eram a centralização urbana e industrial; transferência de capital e mão de obra do setor rural ao urbano industrial; e o papel marginal dos pequenos municípios no desenvolvimento do setor industrial, sendo estes sustentados basicamente pela agricultura que também assumiu um papel secundário.

Com a intenção de integrar a agricultura no sistema produtivo, o poder público promoveu grandes reformas estruturais no setor, de forma a adequá-lo às exigências do desenvolvimento econômico, deixando de responder as necessidades e exigências dos agricultores, em detrimento aos ditames do próprio sistema. O objetivo era o pleno emprego, a estabilidade de renda, o controle inflacionário e o equilíbrio da balança de pagamentos. O resultado? O setor agrícola passou a ter uma posição de subordinação, principalmente da indústria de insumos e implementos.

Para que a agricultura pudesse cumprir o seu papel, iniciou-se um processo de modernização tecnológica, utilizando-se da política de crédito como principal instrumento de crescimento, seja estimulando a demanda por insumos modernos, produzidos pela indústria já instalada no País, seja compensando o efeito negativo de algumas políticas macro-econômicas anteriores sobre o setor.

A modernização pretendida era baseada no pacote tecnológico desenvolvido nos países do primeiro mundo, denominado Revolução Verde, que preconizava o aumento da produção e da produtividade agrícolas e caracterizava-se por pregar a

mecanização intensiva, monoculturas e variedades de plantas desenvolvidas a partir de pesquisas genéticas, com alta dependência de agro-químicos (fertilizantes químicos e agrotóxicos). Era uma resposta a idéia de que a fome e a miséria seriam resolvidas com o aumento da produção agrícola, a qualquer custo.

Primavesi (1992, p.9), criticando citada tendência mundial dos anos 60/70, sentencia: "a tecnologia agrícola convencional, no mundo inteiro, levou os médios e os pequenos à falência", posição reforçada por Upm Moor (2002, p.9), ao afirmar que:

A Revolução Verde traz no seu bojo a expulsão do pequeno produtor rural do campo, que, descapitalizado, não consegue acompanhar as modernas tecnologias e o uso de fertilizantes químicos, agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas.

Para viabilizar a implantação deste modelo de desenvolvimento, o Estado transferiu recursos para subsidiar créditos, oferecer incentivos fiscais, garantir preços, e incentivar pesquisas e extensão rural. Situação que, conforme Lacki (1999, p.4), em diagnóstico para a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), criou "um modelo excessivamente dependente de fatores externos às propriedades (decisões do governo, serviços do Estado, créditos, equipamentos de alto rendimento, subsídios, etc)".

Porém, não foi possível sustentar a situação por longo tempo e o setor agrícola, dependente, entrou em crise.

No pretendido processo de modernização encontram-se várias contradições, que a seu tempo, deram origem a crise: a miséria no meio rural foi exacerbada; a concentração de renda e propriedade se agravou; as tecnologias incentivadas degradaram e contaminaram o meio-ambiente, além de desgastarem a fertilidade dos imóveis; constatou-se a redução do número de estabelecimentos rurais, mesmo com a expansão das áreas ocupadas.

Economicamente, apesar de alavancar exportações e a produção de commodities, o crédito concedido criou um endividamento histórico no setor, sendo que muitos produtores acabaram por perder suas propriedades. Sobre o que Lacki (1999, p.6) comenta: "Com demasiada freqüência o crédito ajudou muito mais a solucionar os problemas do setor financeiro e dos fabricantes de insumos e equipamentos, que propriamente os dos agricultores".

E Lacki (1999, p.6) ainda ressalta:

Foram proporcionados aos agricultores fatores que devido ao seu maior custo somente puderam ser oferecidos a alguns produtores e se deixou de proporcionar fatores que devido ao seu menor custo poderiam e deveriam haver sido oferecidos a todos os agricultores.

A política de crédito, seletiva em sua origem, acabou por ampliar o abismo existente no meio rural, entre agricultores patronais e familiares. Enquanto os primeiros, por sua condição patrimonial, acessavam o crédito disponível, mesmo com o risco de endividamento, os agricultores familiares se viam marginalizados por sua incapacidade técnica e produtiva, em acompanhar a proposta de modernidade, sendo cada vez mais impulsionados para o território urbano, reforçando o êxodo rural.

O DESER (1997), em análise da conjuntura econômica nacional, diagnostica: "O arrefecimento do êxodo rural verificado nesta primeira metade dos anos 90, se deu basicamente pela falta de perspectivas de ocupações em outras áreas, provocando assim uma grande ruralização da miséria".

Mattei (2001, p.1) apresenta um outro aspecto complicador dessas macro-decisões:

Durante o processo de modernização da agricultura brasileira, as políticas públicas para a área rural, em especial a política agrícola, privilegiaram os setores mais capitalizados e a esfera produtiva de commodities voltada ao mercado internacional, com o objetivo de fazer frente aos desequilíbrios da balança comercial do país. Para o setor da produção familiar, o resultado dessas políticas foi altamente negativo, uma vez que grande parte desse segmento ficou à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola, sobretudo nos campos do crédito rural, dos preços mínimos e do seguro da produção.

Insistir, exclusivamente, neste modelo convencional seria o mesmo que retirar do campo o segmento que representa a grande força de trabalho da agropecuária nacional, por falta de competitividade e de rentabilidade.

Santo (2001, p.33), manifestando-se sobre a base produtiva agrícola do Brasil adverte:

Não se deve tratar de política agrícola sem prévia avaliação da base produtiva. Não se podem elaborar projeções ou projetos com os pés fora do contexto da nossa capacidade de produção.[...] A grande diversidade geográfica e de sistemas agrícolas heterogêneos é uma das nossas características. Persistem, ainda, práticas antigas, muitas das quais baseadas em meras crenças, ao lado de outras com tecnologia de ponta.

Como exemplos desta heterogeneidade cultural e tecnológica, encontramos propriedades modernamente equipadas, executando uma agricultura de precisão, utilizando sensoriamento remoto transmitido via satélite, intercambiando dados entre

sedes rurais e urbanas, enquanto uma ínfima parcela de imóveis rurais dispõem de computadores.

A própria prática arcaica da "meação", quase um resquício feudal, utilizada largamente, disfarçada em contratos de arrendamento, parceria ou comodato, contrastam com produtos como a Cédula de Produtor Rural (CPR), as vendas à futuro de commodities ou a utilização de serviços via e-commerce, que cada vez mais predomina entre os grandes produtores agrícolas nacionais.

E, estamos nos referindo a diversidade do campo sem entrarmos no mérito da continentalidade brasileira, que acentua e exacerba as diferenças regionais, quanto mais distantes estão as propriedades dos grandes pólos produtivos nacionais. São imensas as discrepâncias de produção, entre estados e, principalmente, regiões, o que intensifica a necessidade de políticas específicas e particulares de cada uma delas.

A preocupação só não é maior, que a abundância de oportunidades produtivas, que o meio rural possibilita. Seja da produção local, pouco mais técnica que a de subsistência, às grandes cadeias produtivas de grãos e outras commodities.

TABELA 1 - Ocupação dos solos no Brasil - Áreas com utilização econômica (1996)

I - Áreas com utilização econômica	ha (em milhões)
Lavouras Temporárias Ativas e em Descanso	42,5
Culturas Permanentes	7,5
Pastagens Plantadas e Naturais	177,7
Florestas Artificiais	5,4
Área Irrigada	2,0
Total Utilizado	235,1
II - Áreas sem utilização econômica	501,0
TOTAL	851,0

Adaptado de Santo (2001, p.34 e 35) - Fonte Original: IBGE - Censo Agropecuário 1996.

A tabela acima levanta a interessante questão da ocupação de nosso solo, muito modesta para os padrões internacionais, principalmente europeus. Os últimos dados do

IBGE, de 1996, e que obviamente encontra-se superado, informa que, possuíamos 99,7 milhões de hectares de pastagens cultivadas, com a ocupação de, aproximadamente, 21% do território nacional.

Portanto, conceder crédito num cenário agrícola tão diverso, tem sido o maior desafio do Governo para planejar, coordenar, executar, fiscalizar e avaliar políticas públicas de fomento do desenvolvimento no ambiente rural.

2.3 - O CRÉDITO CERTO?

A história da política de crédito rural no Brasil compreende dois períodos bem distintos: de 1965 até meados da década de 90 a ênfase foi na criação de mecanismos controlados pelo Governo, e a partir dos anos 2000, começaram a ser criados instrumentos privados de financiamento da agropecuária.

Apesar de referenciar o processo de estruturação institucional do crédito rural em 1965, ano da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), lembramos que, o Banco do Brasil já operava com este tipo de crédito desde 1937, quando iniciaram as operações da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), criada em 1935.

A partir de então, da segunda metade da década de 60, o volume de crédito rural cresceu significativamente. A estratégia formulada naquela época, para o desenvolvimento do País, objetivava o crescimento vertical da produção agrícola, com substanciais recursos direcionados à modernização do meio rural, através do uso massificado do crédito rural.

O volume de recursos controlados pelo Governo, canalizados para o financiamento agrícola, cresceu vertiginosamente, saindo de US\$773 milhões, em 1965, até atingir o pico do crédito rural, de US\$ 20.442 milhões, em 1979.

TABELA 2 - Crédito Rural e Produção de Grãos

Em US\$ milhões de 1998

ANOS	CRÉDITO TOTAL	CRÉDITO CUSTEIO (1)	PRODUÇÃO DE GRAOS (2)	PARTICIPAÇÃO % NA PRODUÇÃO (1/2)
1965	773	562	25.076	22,4
1966	1.042	673	22.396	30,1
1967	1.309	861	25.204	34,2
1968	1.475	966	25.396	38,0
1969	3.353	1.733	25.829	67,1
1970	3.891	2.112	29.399	72,1
1971	4.630	2.447	29.252	83,6
1972	5.914	2.973	28.446	104,5
1973	8.880	4.707	30.314	155,3
1974	12.847	6.948	37.468	185,4
1975	17.558	8.482	40.914	207,3
1976	18.538	9.372	45.597	205,5
1977	18.470	9.752	47.478	205,4
1978	17.590	9.751	38.213	255,2
1979	20.442	12.253	41.555	294,9
1980	19.508	12.261	50.871	241,0
1981	18.978	11.841	52.212	226,8
1982	18.476	12.645	50.861	248,6
1983	11.115	7.250	47.655	152,1
1984	6.756	5.034	52.431	96,0
1985	8.340	6.101	58.143	104,9
1986	14.253	9.127	53.925	169,3
1987	13.580	9.885	64.949	152,2
1988	11.232	7.736	66.308	116,7
1989	13.438	10.898	71.488	152,4
1990	8.445	6.547	58.276	112,3
1991	7.750	6.527	57.805	112,9
1992	8.110	5.150	68.217	75,5
1993	7.360	4.263	68.299	62,4
1994	9.903	5.442	76.035	71,6
1995	6.022	3.995	81.066	49,3
1996	4.915	3.986	73.519	54,2
1997	6.812	5.207	78.427	66,4
1998	8.301	5.809	76.524	75,9
1999	6.491	4.400	82.438	53,4
2000	7.515	4.879	83.023	58,8

Adaptado: Santo (2001, p.155) - Fonte Original: IBGE (1965 a 1968); Bacen (1969 a 2000)

Na tabela 2, podemos verificar a evolução da aplicação de crédito e a sua relação com a produção de grãos nos últimos 40 anos. Observa-se que a partir de 1979, o volume total de crédito declina expressivamente, até os últimos números obtidos pelo BACEN, tendo o custeio caído 2,5 vezes entre 1979 e 2000.

Porém, cabe notar que a safra de grãos no mesmo período dobrou, passando de 41,5 milhões para 85 milhões de toneladas, ocorrendo uma correlação negativa entre crédito rural oficial e volume produzido de grãos.

Uma explicação para esta dinâmica, é que os produtores, agora capacitados tecnicamente e mais capitalizados financeiramente pelos longos anos de subsídios, aliada a intencional regressão da intervenção governamental e conseqüente regulação de preços e ofertas do capital, desenvolveram condições auto-sustentáveis de produtividade e/ou consistência patrimonial para captar no mercado financeiro, os recursos necessários ao custeio da produção.

Fato relevante, neste cenário econômico, que não podemos deixar de destacar, é a extinção, em 1986, da conta movimento do Banco do Brasil. Durante a década de 70, a maior parte dos recursos de crédito rural era proveniente de fontes com baixos custos de captação, oriundos da emissão de moeda, da exigibilidade bancária e de transferências de recursos do Tesouro Nacional.

Tal mecanismo permitia a concessão de empréstimos à taxa de juros nominal inferior à taxa de inflação, implicando taxa de juros real negativa, que significava um subsídio ao produtor rural, sendo que ocorre uma transferência de renda do agente que concede o crédito ao tomador de crédito. Conforme se observa na tabela 3, que apresenta os valores aplicados no crédito rural, por finalidade, e a taxa de juros real, a cada cinco anos, no período entre 1970 e 2000.

TABELA 3 - Crédito rural contratado segundo finalidade

Em milhões de reais - agosto de 1994

Ano	Custeio	Investimento	Comercialização	Total	Tx juros Real
1970	4.138	2.518	2.621	9.277	-1,85
1975	14.826	10.571	8.429	33.827	-11,13
1980	21.214	7.033	9.245	37.492	-34,38
1985	14.722	2.683	3.299	20.704	-1,32
1990	6.707	982	1.270	8.959	-10,69
1995	3.418	1.196	902	5.516	27,54
2000	4.812	1.260	1.363	7.435	2,87

Adaptado: Bacha (2004)

O crédito rural tem como premissa básica fornecer à agropecuária, recursos a custos menores aos praticados no mercado, pois, os agricultores não fixam preços para sua produção, aferindo suas receitas de acordo com o mercado. Sendo que, os custos financeiros, principalmente de custeio, não podem ser repassados para os preços dos produtos, como faz a indústria. Por isso, é necessário mecanismo que permita a fixação de taxas de juros abaixo dos custos de mercado.

Mas, isto não significa a necessidade de subsídios reais para o segmento, conforme ocorreu nas décadas de 70 e 80, como apresentado na tabela 2. O intuito desses subsídios era gerar excedente e expandir a produção.

A partir da década de 90, as políticas de crédito rural procuraram restringir este tipo de subsídio às categorias de produtores mais carentes, agindo com maior seletividade. Enquanto outras ações incentivaram a iniciativa privada a criar mecanismos de financiamento a juros reais positivos, para atingir os agricultores de maior porte e produtividade.

Esses recursos com custo financeiro normal, são originários de captações na poupança, no exterior, de recursos livres de depósitos à prazo, e de programas e fundos governamentais de incentivo a produção, como o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER Rural) e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Para destinar recursos aos agricultores menos favorecidos, o governo equaliza as taxas de juros que serão disponibilizadas ao segmento, pagando aos bancos uma parte da taxa de juros real que seria cobrada do produtor rural.

Apresentamos nas tabelas 4 e 5, a evolução dos recursos aplicados no crédito rural e suas respectivas fontes.

TABELA 4 - Crédito agrícola e suas fontes

Valores em US\$ milhões - de julho/97

Ano	Tesouro	Exigibilidades	Poupança	Recursos Livres	Outros	Total
1987	11.872	10.935	7.181	-	1.852	31.840
1988	5.639	7.706	8.403	-	719	22.467
1989	4.917	2.966	10.591	1.601	443	20.518
1990	3.132	3.209	2.346	2.332	703	11.722
1991	2.924	2.707	3.906	1.248	1.309	12.095
1992	3.080	2.509	6.104	906	807	13.407
1993	3.070	1.271	4.976	1.351	845	11.514
1994	4.302	1.841	5.540	2.528	1.662	15.874
1995	1.422	949	2.640	1.176	2.102	8.252
1996	220	1.065	576	509	6.490	8.860

Adaptado de Barros (2000, p. 65) - Fonte Original: Bacen e Banco do Brasil.

Na tabela 4, podemos observar a redução de mais que 70% dos recursos aplicados na agricultura. Destaca-se a queda nos recursos do Tesouro Nacional, basicamente utilizados para cobrir os diferenciais da equalização entre taxas de juros dos agentes financeiros e as fixadas para o crédito rural.

TABELA 5 - Financiamentos rurais concedidos por fontes

	Em R\$ milhões			
Fontes	1997	1998	1999	2000
Exigibilidades Bancárias (MCR 6.2)	4.417	4.538	4.887	7.123
Poupança Rural	828	1.450	2.218	1.977
Recursos Livres	591	522	581	633
Fundos Constitucionais	555	1.039	914	804
FAT	1.813	1.946	1.931	1.751
FUNCAFÉ	354	617	571	295
BNDES/Finame Especial	332	516	595	778
Tesouro Nacional	148	185	13	2
INCRA/PROCERA	45	124	37	4
Outras fontes	752	503	239	381
TOTAL	9.839	11.443	11.992	13.752

Adaptado Santo (2001, p. 156) - Fonte Original: Bacen.

É possível constatar, pela tabela 5, a importância das exigibilidades bancárias após 1997, pois sem condições de dispor de recursos do Tesouro Nacional, pela extinção da conta movimento, o Governo se viu obrigado a otimizar este mecanismo de captação de recursos a custo zero, por ser um percentual dos depósitos à vista dos bancos comerciais, recolhido obrigatoriamente ao Banco Central do Brasil, sem remuneração.

A partir do final da década de 90, os mecanismos privados de financiamento da agricultura, começam a ter maior destaque, neste cenário. Instrumentos de captação como a CPR, que possui o sistema bancário como avalista, passaram a figurar como opção para custear a produção, antecipar receitas e garantir preços (hedge).

A Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, instituiu os novos títulos de financiamento do agronegócio: Certificado de Depósito Agropecuário (CDA), Warrant Agropecuário (WA), Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

Portanto, sempre foi difícil dimensionar a intensidade, a necessidade e a frequência ideais da participação do Estado nos rumos da agricultura. Mesmo entre os acadêmicos as opiniões são conflitantes e heterogêneas.

Na avaliação de Lopes (apud SANTO, 2001, p.160), que tem uma postura neoliberal de não intervenção:

As reformas institucionais dentro do atual quadro institucional, em si, não resolvem. Não há recursos suficientes para atender todas as necessidades de crédito do setor agrícola. As reformas institucionais, dentro do quadro atual de referência, com acertos na composição de agentes financeiros com pequenas modificações nas taxas de encargos financeiros, com mudanças nas condicionalidades na concessão de crédito, com limitações de acesso etc., terão pouca eficiência. Há que se pensar em reformas de fundo que alterem a prática da dependência do recurso público para o crédito setorial. Há que se pensar em liberar parte do mercado financeiro rural, através de desregulamentação, em se reformar o processo de pactuação dos encargos financeiros, e em deixar que o custo do dinheiro racione a oferta de recursos.

Santo (2001, p.161), concordando com esta visão, afirma que "o crédito deveria ser um simples contrato entre dois agentes econômicos sem a interferência do Governo. Desde que não envolva recursos públicos".

Porém Vilela (1997, p.3-8), em sua crítica, acredita na necessidade de ações estruturantes do poder público, com uma ótica mais ampla da intervenção governamental na agricultura:

A década de noventa nasce herdeira da difícil capacidade financeira do Estado. Caracterizou-se, na sua primeira metade, pela continuidade de um processo de financiamento seletivo de alguns complexos agroindustriais, enquanto que o crédito subsidiado e os preços mínimos cambalearam até sua quase completa extinção. [...] a discussão sobre desenvolvimento rural hoje tem que enfrentar inclusive o retorno da população que não consegue mais sobreviver nos grandes centros urbanos. A questão no Brasil, portanto, é como reinserir produtivamente esta população: na produção agrícola propriamente dita ou em outras atividades rurais não-agrícolas?

Tedesco (2000, p.165), concordando com a crescente força do liberalismo no setor agrícola, alerta:

Nessa conjuntura, as principais disposições que podemos aqui elencar prevêem reduções significativas nos preços subvencionados, com controle rígido sobre o produto ofertado, medidas agroambientais, redução dos preços dos produtos agrícolas, uso racional dos fatores de produção, etc. As questões da economia informal no setor, dos efeitos nefastos do uso desmedido e irracional da tecnologia (lembramos da "vaca louca"), do jogo do comércio competitivo internacional, da questão de seguridade alimentar, da pobreza rural e urbana, da multiplicação dos atores coletivos, dos grupos de interesses setoriais, de comunidades, de blocos, de grandes empresas, etc. estão presentes na discussão da atual conjuntura econômica da agricultura.

Certo é que com a redução dos gastos públicos, desregulamentação dos mercados agrícolas, cortes no setor de abastecimento, no próprio crédito rural, nas pesquisas e na extensão rural muitos produtos acabaram tendo reduzida sua área de plantio. Como consequência, aumentou o volume de importações dos mesmos, como aconteceu com o milho, o trigo e o algodão. Nesta situação, os produtores nacionais

ficaram acuados com a concorrência internacional, muitas vezes incentivada por seus governos.

Lopes (apud Tedesco, 2000, p.167) sentencia: "Cortou-se o recurso e fez-se a desregulamentação dos mercados sem se colocar nada no lugar do Estado".

2.4 - O CAMPO E O CRÉDITO PARA QUEM PRECISA

Desde a criação do SNCR, em 1965, os sucessivos governos tentaram equalizar a ostensiva política agrícola creditícia de massificação do crédito rural, com ênfase na modernização do setor, através da mecanização da produção, com ações estruturantes que fixassem o homem no campo, evitando ou minimizando o êxodo rural.

Mas, foi inevitável a progressão da miséria no campo, pela falta de opções em que a população rural se encontrava, seja na produção própria, que cada vez ficava menos competitiva e mais defasada, seja como trabalhador em propriedades tecnicamente mais preparadas, possivelmente pela própria inviabilidade em lidar com as novas tecnologias de produção ou habilidade para utilizar os novos equipamentos.

As culturas de exportação, desenvolvida pelos médios e grandes produtores rurais, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, foram as maiores beneficiárias do crédito rural, em seu momento inicial, nas décadas de 70 e 80.

Naquele momento, a diretriz macroeconômica oficial era o incentivo à exportação. Portanto, os médios e grandes produtores, concentrados no Centro-Sul respondiam pela produtividade do tipo de lavoura que interessava a esta política. Aliado a isto se pode destacar a melhor capacidade administrativa e maior patrimônio deste segmento, o que facilitou o acesso ao crédito.

Goldin e Rezende (1993, p. 24-25) exemplificam esta condição comentando:

[...] as principais culturas de exportação receberam cerca de metade do crédito total, enquanto cerca de 80% de todo o crédito foram alocados a seis culturas: soja, milho, trigo, arroz, café e cana-de-açúcar. [...] As estimativas são de que, nos anos 70, apenas entre 20% e 25% dos produtores agrícolas receberam crédito concedido pelo sistema oficial, e que menos de 5% dos agricultores receberam mais da metade do crédito total concedido [...].

A análise crítica desta situação encontra-se sedimentada, como podemos perceber nas avaliações realizadas pelo Banco Mundial, através do Relatório nº 11738-BR de 27 de maio de 1993, Brasil. O gerenciamento da agricultura, do desenvolvimento rural e dos recursos naturais, (apud VILELA, 1997, p.4) que diagnostica:

As distorções fiscais e os subsídios aumentaram os investimentos em grandes fazendas e auxiliaram na substituição da mão-de-obra pelo capital. O agricultor de pequena escala, mão-de-obra intensiva, foram colocados em desvantagem, já que as distorções são capitalizadas no preço da terra. [...] Os pequenos fazendeiros são muito pobres para se beneficiarem das isenções do imposto de renda e não têm acesso ao crédito subsidiado, eles não podem pagar pela compra de terra com os lucros da agricultura. [...] Tais políticas [...] reduziram o emprego na agricultura e a atividade autônoma, acelerando a migração da área rural para a urbana.

Lacki (1999, p. 5), complementa:

Enquanto no discurso político se falava de crescimento agropecuário com equidade, na prática cotidiana se adotava um modelo convencional de tecnificação que automaticamente excluía a mais de 90% dos produtores rurais de qualquer possibilidade de modernizar-se.

Segundo estudo do DESER (1997, p.7):

Os agricultores mais capitalizados foram os únicos beneficiários do crédito rural, ocasionando a descapitalização da grande maioria dos agricultores familiares, o crédito foi seletivo, concentrador de renda e muitas vezes, impositor de tecnologias não adaptadas à realidade sócio-econômica dos agricultores e ao meio ambiente. Os grandes produtores foram favorecidos e puderam modernizar-se, enquanto que os pequenos agricultores sem terra ou com pouca terra foram marginalizados.

Na década de 90, iniciou-se a mudança deste cenário, com a adoção de políticas agrícolas diferenciadas, das quais indubitavelmente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), objeto de análise deste estudo, é protagonista. O que pode ser comprovado no discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso na apresentação do Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PLANAF), em 1995, citado por Vilela (1997, p.11):

[...] O meu compromisso de campanha, de colocar a agricultura como uma das cinco prioridades do meu governo, está se concretizando com este Plano, porque, juntamente com os assentamentos de reforma agrária, a agricultura familiar representa todo um esforço de redirecionamento da política de desenvolvimento econômico em busca da justiça social [...] É preciso dar um basta a esta situação. Os limitados recursos de que o Governo dispõe precisam ser direcionados para a

agricultura familiar, ficando o financiamento dos produtores capitalistas a ser resolvido pelo mercado.

Bem como, pela justificativa desta opção no texto do próprio Plano, também citado por Vilela (1997 p.11):

A grande capacidade da agricultura familiar em absorver mão-de-obra a transforma numa alternativa socialmente desejada, economicamente produtiva e politicamente correta para atacar grande parte dos problemas sociais urbanos, derivados do desemprego rural e da migração descontrolada na direção cidade-campo.

Tedesco ainda sentencia:

Temos cada vez mais convicção de que o espaço rural e o agricultor familiar (esse paradigmático nas discussões e polêmicas) são o termômetro e são temas prioritários para se entender os novos processos socioeconômicos que se desenham na sociedade contemporânea, bem como que precisa ser conhecida essa realidade multivariada de atores e regiões par implantar políticas públicas de fomento setorial e de produtos.

A relevância de políticas agrícolas setorizadas e a importância da agricultura familiar no contexto da economia rural podem ser resumidas nas considerações do convênio INCRA/FAO (2000), que ressalta:

A discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro vem ganhando força nos últimos anos, impulsionada pelo debate sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local. A elevação do número de agricultores assentados pela reforma agrária e a criação do Pronaf [...] refletem a importância deste debate na sociedade. [...] O debate sobre os conceitos e a importância relativa da agricultura familiar também é intenso, produzindo inúmeras concepções, interpretações e propostas, oriundas das diferentes entidades representativas dos "pequenos produtores", dos intelectuais que estudam a área rural e dos técnicos governamentais encarregados de elaborar as políticas para o setor rural brasileiro.

Num universo complexo como o agrário, em virtude da variedade e diversidade de produtores e produção, cada um com suas características peculiares no uso da terra e escoamento do que produzem, estabelecendo inúmeras estratégias de sobrevivência e geração de excedente e renda, conceituar agricultura familiar ou os seus atores têm levantado diferentes opiniões no meio técnico e acadêmico.

Para Lamarche (apud KALNIN, 2004, p.26) o termo exploração familiar parece mais adequado por agrupar, as diferentes formas produtivas, onde “a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família”, numa “unidade de produção agrícola”.

No conceito de Abramovay (1998, p.32), "agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vem de indivíduos que mantém entre si laços de sangue ou de casamento", e ao justificá-la, demonstra toda a diversidade de conceituações que o tem vem recebendo:

Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tão pouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas práticas: a definição de agricultura familiar para fins de atribuições de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidade de quantificação estatística a nível acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedades e trabalho familiar) estão presentes nela.

O Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina - CEPA/SC (Instituto Cepa/SC), adota uma conceituação mais objetiva e menos abrangente, que serviria de exemplo da operacionalidade que comentada anteriormente (Instituto Cepa/SC, 2004, p.7):

A agricultura familiar é um sistema, constituído por agentes - os produtores rurais e os pescadores artesanais e seus familiares -, que estabelecem entre si e com o meio que os cerca relações com vistas a produzir alimentos, serviços e lazer, obter renda, melhorar a qualidade de vida, zelar pelo meio ambiente e pela paisagem rural, entre outros.

Enquanto a concepção do convênio INCRA/FAO (2000), estabelece um conceito mais detalhado, porém, nas mesmas bases do apresentado acima de Abramovay:

[...] a agricultura familiar pode ser definida a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e dos investimentos nela realizados é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

Pequenos produtores, colonos, camponeses e outros termos já foram utilizados para tentar diferenciar este tipo de agricultura e sua forma produtiva. Assim como, muitos estudiosos, este trabalho acredita, que são conceitos muito amplos e que precisam ficar mais bem delimitados.

Portanto, será adotada a conceituação do Instituto Cepa/SC (2004, p. 7), sobre o tema:

Agricultor familiar é todo aquele que explora parcela de terra na condição de proprietário, assentado, posseiro, arrendatário ou parceiro, e atende simultaneamente aos seguintes quesitos: utiliza o trabalho direto seu e de sua família, podendo ter, em caráter, complementar, até dois empregados permanentes e contar com a ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agropecuária o exigir; não detenha, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo legislação em vigor, tenha, no mínimo, 80% da renda familiar bruta anual originada de exploração agropecuária, pesqueira e/ou extrativista, resida na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo.

Cabe ressaltar que tal conceituação é um resumo do MCR - capítulo 10 do BACEN, que regulamenta o Pronaf, portanto, praticamente, uma definição oficial.

Porém, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), questiona esta versão, principalmente nas questões pertinentes ao tamanho das propriedades e trabalho assalariado nas mesmas, afirmando que só são familiares os agricultores que trabalham em menos de dois módulos fiscais e que não contratam mão-de-obra permanente. A ótica da entidade tem por objetivo excluir do segmento aqueles que, mesmo em pequena proporção, possam ser caracterizados como agricultores patronais, e venham a concorrer no acesso a políticas públicas específicas para o setor.

Segundo análise e classificação desenvolvida por estudo de cooperação INCRA/FAO, em 1994, que propôs vários instrumentos de política para a agricultura familiar, que constariam mais tarde da organização das estratégias governamentais que resultaram no programa em estudo, podemos identificar três tipos de agricultores no segmento, cada qual demandando estratégias e atenções específicas das políticas públicas de transferência de renda e suporte para a produção:

Agricultores familiares consolidados – que possuem maior capacidade econômica e produtiva, sendo que suas necessidades se concentram nas melhora das taxas de juros e modalidades do crédito rural, que dificultam o acesso aos recursos, criando nas suas condições de negociação com fornecedores (insumos), compradores (agroindústrias) e governo (política de preços mínimos);

Agricultores familiares de transição – grupo em processo de desenvolvimento, são possuidores de boas condições de produção, mas com baixa produtividade, em razão da falta de assistência técnica e demais informações, assim como não possui o bom acesso aos recursos como os anteriores, visto que, necessitando de políticas de investimentos;

Agricultores familiares periféricos – camada inferior de produtores, normalmente utilizam terras de terceiros para sua produção, o que onera seu ganho, pelo custo de arrendamentos ou parcerias, necessitam de políticas públicas de crédito fundiário e reforma agrária, bem como, de assistência técnica mais presente e crédito rural diferenciado.

Conceitos à parte, é consenso entre o meio técnico e acadêmico que a agricultura familiar e seus agentes têm papel preponderante na busca por melhor distribuição de renda e geração de empregos, com alternativas de produção qualitativa

e diferenciada, que além de garantir a segurança alimentar, contribuirá para interromper o uso abusivo do solo e a ameaça ao meio ambiente, que estaria sintetizados nos ditames do desenvolvimento sustentável.

Segundo dados do MDA, a importância da agricultura familiar já não passa despercebida. Números apresentados pelo órgão demonstram esta situação:

- 77% dos trabalhadores do meio rural atuam no segmento;
- a renda total hectare/ano foi 2,4 vezes maior que a dos estabelecimentos patronais, em 2003.

No mesmo ano, a participação da agricultura familiar no PIB foi de 10,1%, segundo levantamentos da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), sendo que os estabelecimentos familiares foram responsáveis por quase 38% do valor bruto da produção agropecuária nacional, mesmo dispondo de apenas 30% da área produtiva do país.

Porém, o próprio Ministério¹ reconhece:

A Agricultura Familiar, enquanto sujeito do desenvolvimento, é ainda um processo em consolidação. O seu fortalecimento e valorização dependem de um conjunto de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que necessitam serem implementados de uma forma articulada por uma diversidade de atores e instrumentos. Sem dúvida, o papel do Estado e das políticas públicas cumpre um papel fundamental. Quanto mais estas políticas conseguirem se transformar em respostas à estratégia geral de desenvolvimento com sustentabilidade e, ao mesmo tempo, às demandas concretas e imediatas da realidade conjuntural, mais adequadamente cumprirão o seu papel.

¹ MDA - site: www.mda.gov.br/saf - último acesso em 11.04.2007

2.5 – PRONAF - PASSADO - A SALVAÇÃO DA LAVOURA?

Contextualizada a importância da agricultura no cenário econômico nacional, e em suas particularidades, a imprescindibilidade de ser dada a devida atenção ao produtor familiar, passaremos a apresentar e analisar o principal instrumento de política pública do meio rural nos últimos dez anos: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

2.5.1 - Questões de Paternidade

Indubitavelmente o Pronaf é o protagonista desta nova tentativa de crédito rural, mais internalizada nas dificuldades do acesso ao crédito, bem como de uma política pública que destine ao cenário agrícola não apenas o recurso financeiro, mas também uma oportunidade de fixação do homem à terra e do renascimento da agricultura familiar.

De história recente, o Programa vem sendo alvo de debates e disputas desde a sua criação, seja no meio acadêmico, seja no meio produtivo ou no cenário político.

Autores como Vilela (1997) afirmam que os estudos e propostas do Banco Mundial, consubstanciados no Relatório nº 11738-BR de 27 de maio de 1993 - "Brasil, o gerenciamento da agricultura, do desenvolvimento rural e dos recursos naturais", influenciaram as modificações nas políticas públicas de crédito para agricultura, que culminaria na elaboração de programas específicos para a agricultura familiar.

De outro lado, Mattei (2001), apesar de reconhecer que os estudos conjuntos realizados em 1994 pelo convênio INCRA/FAO são a base mais imediata para as principais formulações do Pronaf, ressalva que uma política agrícola diferenciada começou a tomar corpo com as reivindicações dos trabalhadores rurais nas discussões da Constituição de 1988, e se fortaleceu com as pressões do movimento sindical, principalmente as demandas da CONTAG. Exemplos destas mobilizações foram as

Jornadas Nacionais de Luta, ocorridas na década de 90, e o Grito da Terra Brasil, realizado no início de 1995, meses antes do lançamento oficial do Pronaf.

Abramovay e Veiga (1999, p. 26) ratificam esta idéia quando afirmam que "a agricultura familiar contida no título do Pronaf só poderia ser definida como resultado de negociação política", destacando como principais articuladores destas políticas, além da CONTAG, a Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura (SPA/MA), o Departamento de Extensão Rural da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura (DATER/MA), o Fórum Nacional dos Secretários de Agricultura e a Casa Civil da Presidência da República.

Questões como a modificação, no Programa, da caracterização de agricultores familiares para a inserção dos produtores que contratam até dois trabalhadores permanentes causaram rupturas nessas negociações políticas. No fato citado, o movimento sindical alega que tal procedimento desqualificaria a pequena produção, com aumento representativo do público-alvo e conseqüente concorrência ao crédito, além de "acomodar" nas linhas do Programa representantes do sindicalismo patronal rural.

2.5.2 - Questões de Crescimento

Na realidade, o Pronaf configurou-se como sustentáculo de toda uma estrutura de apoio creditício que há muito havia desaparecido do cenário rural brasileiro. Em função desta responsabilidade, o Programa acaba por receber uma sobrecarga de análises e críticas que o tornam um instrumento em constante mutação e aperfeiçoamento, não conseguindo alcançar ainda todos os seus objetivos de desenvolvimento da ruralidade, porém vem se constituindo em efetiva solução para grande parte dos agricultores familiares no País.

As sucessivas mudanças buscam a ampliação do público atendido, e este processo visa ser mais ágil e efetivo na tentativa de desenvolver a agricultura familiar.

Silva (1999, p. 1), em sua avaliação das ações do Programa no período 1995/98, confirma esta premissa: "O Pronaf é considerado um programa em permanente construção dado que, desde sua criação, passou por uma série de modificações, visando atender as reivindicações de seu público-alvo".

Perspectiva confirmada por Mattei (2001, p. 6):

A sistemática de concessão de crédito através do Pronaf vem sofrendo contínuas alterações desde a criação dessa política específica, sobretudo no que diz respeito aos valores limítrofes para custeio e para investimento, bem como nas taxas de juros que incidem sobre os recursos alocados para o Programa.

Uma das transformações se deu na própria nomenclatura adotada para o Programa, que a cada modificação alterava a abrangência e o escopo das políticas envolvidas:

1993 - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) - que objetivava conceder crédito com taxas de juros mais acessíveis aos agricultores familiares, através de recursos do BNDES. Porém, de pouco sucesso, a proposta fracassou pela dificuldade de acesso imposta pelas exigências burocráticas;

1995 - Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PLANAF) - que possuía um protocolo de intenções com abrangência maior que o anterior, contemplando uma proposta de desenvolvimento rural. Porém, o plano carecia de regulamentação e poucas ações foram desenvolvidas, sendo apenas liberados os recursos destinados ao custeio;

1996 - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) - com o escopo atual, o Programa atingiu nova dimensão, com o objetivo geral de propiciar condições para o "aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a ampliação do exercício da cidadania dos agricultores familiares" (MDA)².

² Manual Operacional do Pronaf (MDA/SAF) - site: www.mda.gov.br/saf - último acesso 11.04.2007.

As constantes alterações nos encargos financeiros do Programa também demonstram a maleabilidade com que a política de crédito rural teve de ser tratada:

Safra 1995/1996 – 16% aa (custeio)

Safra 1996/1997 – 9% aa (custeio)

Safra 1997/1998 - 6,5% aa (custeio)

Safra 1998/1999 - 5,75% aa (custeio)

Safra 1999/2000 a 2006/2007 - 4% aa (custeio)

Safra 2007/2008 - 3% aa (custeio)

A estratégia de concessão do crédito também foi gradualmente se alterando, sendo primeiro disponibilizados os recursos referentes ao custeio das lavouras, para posteriormente serem liberados os investimentos em infra-estrutura. Na forma de concessão, também foram realizadas experiências, como o Rural Rápido, uma espécie de cheque especial bancário, implantado pelo Banco do Brasil em 1997, mas que em 2004 teve suas contratações suspensas.

2.5.3 - Questões de Maturidade

Como podemos observar, por estar em constante aperfeiçoamento, o Programa vem recebendo importantes contribuições para a sua melhoria, seja no campo acadêmico, seja pelos profissionais do setor agrícola e pelos próprios interessados, organizados em cooperativas, associações e sindicatos.

De acordo a avaliação do Instituto CEPA/SC (2004, p. 37), o Pronaf:

Sendo um programa de desenvolvimento, precisa da efetiva participação dos beneficiários no seu gerenciamento, tanto nos conselhos municipais como nos demais fóruns de negociação para os problemas da agricultura familiar, com vistas a assegurar-lhe eficiência e objetividade.

Nem sempre são coincidentes as opiniões sobre o alcance dos objetivos do Programa, ou sua suficiência como política de crédito rural. Conflitantes posições são

encontradas no cenário atual, que variam da defesa incontestada do Governo às críticas ferrenhas do meio sindical.

Os objetivos específicos do Programa são³:

Ajustar políticas públicas à realidade da agricultura familiar;

Viabilizar a infra-estrutura rural necessária à melhoria do desempenho produtivo e da qualidade de vida da população rural;

Fortalecer os serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar;

Elevar o nível de profissionalização de agricultores familiares, propiciando-lhes novos padrões tecnológicos e de gestão; e

Favorecer o acesso de agricultores familiares e suas organizações aos mercados de produtos e insumos.

De acordo com o Instituto CEPA/SC (2004, p. 36-37):

O apoio do Pronaf se consolida através das seguintes linhas básicas de ação:

- Negociação de políticas públicas: articulação das ações das três esferas de governo, entidades representativas dos agricultores e instituições privadas, para promover ajustes de políticas à realidade dos agricultores familiares;
- Financiamento de atividades produtivas: atendimento à demanda de crédito de custeio e investimentos para atividades agrícolas e não-agrícolas geradoras de renda. É o segmento com maior volume de recursos e abrangência;
- Infra-estrutura e serviços municipais: apoio financeiro e técnico para dinamizar o setor produtivo e assegurar sustentação à agricultura familiar;
- Capacitação e profissionalização: apoio a projetos relacionados à capacitação de agricultores familiares, técnicos e outros agentes de desenvolvimento rural;
- Gestão social: visa à capacitação dos conselheiros municipais para a construção de processos participativos de planejamento, elaboração, execução, monitoramento e avaliação de planos municipais de desenvolvimento rural;
- Assistência técnica, extensão rural e pesquisa agropecuária: projetos relacionados às atividades de geração e transferência de tecnologia.

Na avaliação de Silva (1999, p. 45):

O Pronaf tem contribuído para o processo de consolidação da agricultura familiar, reforçando sua inserção intracadeias agroalimentares. Entretanto, do ponto de vista do alcance dos objetivos do Programa é necessário incorporar ao crédito um segmento de agricultores familiares expressivo que se encontra fora dos esquemas de integração agroindustrial, localizados nas demais regiões do País.

³ Manual Operacional do Pronaf (MDA/SAF) - site: www.mda.gov.br/saf - último acesso em 11.04.2007

Mattei (2001, p. 12) acrescenta positivamente que:

Após algumas instabilidades no período inicial, típicas de uma nova forma de articulação da política pública, o Pronaf está conformando um novo campo de coalizão de atores, públicos e privados, tendo por objetivo o tratamento ideal às necessidades da agricultura familiar.

Porém adverte que (MATTEI, 2001,p. 13):

Apesar do volume de recursos ter apresentado uma tendência de crescimento, ele ainda está longe de atender as reais necessidades dos agricultores familiares, tendo em vista o processo de exclusão a que esse setor foi submetido durante a modernização da agricultura brasileira.

Com opinião contrária, Vilela (1997, p. 16) critica o Programa, apesar de reconhecer seus "esforços na direção da mudança de caráter das políticas públicas para a agricultura familiar":

[...] a concepção de um novo modelo para a agricultura brasileira, baseado na agricultura familiar, não parece supor uma agricultura protagonista do desenvolvimento econômico, inserida de maneira competitiva no cenário transnacional e sim uma política de desenvolvimento rural que se propõe a reduzir os drásticos níveis de pobreza que a tem caracterizado, tornando o novo cenário da acumulação de capital menos desumano e mais verde. Impõe-se, assim, a consideração da dimensão transnacional desta discussão, ausentes, [...] dos documentos do Pronaf.

Abramovay e Veiga (1999, p. 48) analisam positivamente os rumos da política de crédito rural ao afirmar que “o Pronaf está conseguindo produzir o *ambiente institucional*⁴ necessário à ampliação da base social da política nacional de crédito e de desenvolvimento rurais”.

E Santo (2001, p. 159) sentencia:

A idéia original do Pronaf era ir além do crédito, de modo a apoiar a pequena agricultura familiar com assistência técnica e na comercialização. Ainda não foi possível cumprir plenamente os objetivos mas, pelo que já foi conseguido até agora, trata-se de programa bem-sucedido e que não deve ser secundarizado no futuro.

⁴ Abramovay e Veiga (1999 p. 48). Nota do original - Ambiente institucional é usado aqui no sentido de North (1994), segundo o qual as instituições na economia definem as regras do jogo, moldam as interações sociais, impõem restrições às condutas e são construídas (*devised*) pelos homens.

2.6 – PRONAF - PRESENTE - NÚMEROS E REGRAS

Neste capítulo será detalhada a formação atual do Pronaf; os números que o levaram ao grau de importância que hoje destaca o Programa entre as políticas creditícias governamentais para o segmento rural; as regras e condições de acesso aos seus recursos e as particularidades e exigências para o seu efetivo funcionamento.

2.6.1 - Números que fazem a diferença

O MDA, mesmo consciente de que as políticas públicas ainda não são tão efetivas e completas quanto o segmento agrícola familiar pretendia, apresenta os números do Pronaf, em defesa do Programa, demonstrando as substanciais mudanças provocadas no meio rural após sua implementação. O órgão argumenta que⁵:

Acessando o financiamento rural, os agricultores familiares têm condições de ampliar e qualificar as atividades que já desenvolvem, implementar novas atividades agrícolas e não-agrícolas geradoras de renda, adquirir máquinas, equipamentos, sementes e insumos, o que antes não se conseguia devido à falta de condições e de recursos.

Ainda segundo o Ministério, em 10 anos, o Pronaf investiu no País mais de R\$33 bilhões em cerca de 10 milhões de contratos para o financiamento da agricultura familiar. Possibilitando que este segmento produtivo seja responsável, hoje, por 67% da produção nacional de feijão, 97% da de fumo, 84% da de mandioca, 31% da de arroz, 49% da de milho, 52% da de leite, 59% da de suínos, 40% da de aves e ovos, 25% da de café e 32% da de soja.

⁵ MDA - site: www.mda.gov.br/saf/index.php?ctuid - último acesso em 11.04.2007.

TABELA 6 - Evolução das aplicações (contratos e recursos) do Pronaf Crédito

Valores em R\$ mil

Modalidade	Custeio		Investimento		Total		
	Anos	Contratos	Valores	Contratos	Valores	Contratos	Valores
	1996	306.790	548.145	4.844	10.750	311.634	558.895
	1997	415.669	993.051	100.057	753.109	515.726	1.746.160
	1998	558.836	1.164.554	100.000	628.811	658.836	1.793.365
	1999	691.114	1.464.124	107.000	502.780	798.114	1.966.904
	2000	745.027	1.562.540	183.772	724.993	928.799	2.287.533

Adaptado: Kalnin (2004, p.32) - Fonte original: BACEN.

A tabela 6 apresenta a evolução do número de contratos e dos volumes aplicados pelo Pronaf nas linhas custeio e investimento, período 1996/2000. Pode-se perceber o crescimento de 250% no total de recursos destinados ao Programa, passando de R\$ 558 milhões, em 1996, para R\$ 2,2 bilhões, em 2000.

Na análise dos números percebe-se que os contratos mantiveram uma progressão aritmética quase linear de 140 mil novas operações a cada ano, a partir de 1997, excetuando-se, portanto, o início das liberações em que o aumento foi de 200 mil contratos novos. Porém, os volumes aplicados não incorreram na mesma proporção, o que pode ser observado pela redução do valor médio dos contratos. Assim, pode-se considerar que houve uma ampliação do público atendido no período.

Portanto, foram aplicados R\$8,3 bilhões nos quatro primeiros anos do Pronaf, refletindo uma prioridade dos pequenos produtores jamais existente em políticas anteriores. Sobre os números mais recentes, o MDA informa que⁶:

Na safra 2005/2006, o Pronaf promoveu a inclusão social de quase dois milhões de agricultores. Foram 1.913.043 contratos totalizando um investimento de R\$7,61 bilhões. No ano de 2004, mais de 1,57 milhão de pessoas firmaram contratos do Pronaf, contra apenas 953,2 mil em 2002. O volume de recursos destinado pelo Governo ao financiamento rural de agricultores familiares também apresentou expressivo crescimento, passando de R\$2,4 bilhões em 2002 para R\$5,6 bilhões em 2004, o que representa um incremento de 134,2%.

Para a safra 2006/2007, foram disponibilizados R\$10 bilhões em financiamentos do Pronaf, com a meta de atingir 2 milhões de agricultores.

⁶ MDA - site: www.mda.gov.br/saf/index.php?ctuid - último acesso em 11.04.2007.

2.6.2 – A diferença das regras

O MCR⁷ delimita a abrangência do PRONAF informando que:

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, observadas as condições estabelecidas neste capítulo, entendendo-se por atividades não-agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar. (Res 3223; Res 3375 art 1º VI)

O Pronaf possui quatro linhas de atuação:

- a) Financiamento da produção (PRONAF Crédito) - subdividido nas finalidades custeio e investimento, está voltado ao fornecimento de condições financeiras para a manutenção das atividades do agricultor familiar (custeio), e para a ampliação, modernização ou implantação de novas tecnologias e procedimentos de produção (investimento);
- b) Financiamento de infra-estrutura e serviços municipais (PRONAF M) - destinado à melhoria das condições de vida do segmento, através de obra e serviços prestados pelas prefeituras municipais, que necessitam apresentar um plano de desenvolvimento para se habilitarem aos recursos (Plano de Desenvolvimento Rural – PMDR);
- c) Capacitação e profissionalização – visa proporcionar formação e informação aos produtores, proporcionando conhecimentos e habilidades, aproximando o segmento de novas técnicas produtivas e gestão moderna das suas propriedades;
- d) Negociação de políticas públicas com órgãos setoriais – modalidade relacionada com os aspectos mais abrangentes de produtividade, competitividade, escoamento da produção e garantias de preços, nas esferas governamental, estadual e municipal, de forma articulada para possibilitar medidas macros que beneficiem a agricultura familiar.

⁷ BACEN - Site: www.bcb.gov.br/?PUBMANUAIS - último acesso 11.04.2007.

Para os objetivos deste trabalho, será abordada a seguir apenas a caracterização do financiamento da produção, o PRONAF Crédito, nas suas destinações de suporte ao custeio e investimento, principalmente, por serem estas linhas as operacionalizadas na Agência Santo Amaro da Imperatriz, unidade de estudo desta análise.

As informações abaixo dizem respeito às disposições gerais e condições negociais do Programa, válidas até a safra 2006/2007, que estará encerrada na conclusão deste trabalho.

2.6.2.1 – Beneficiários

São considerados agricultores familiares⁸ aqueles que:

- a) Produzam na terra, na condição de proprietário (a), posseiro (a), arrendatário (a), parceiro (a) ou assentados (as) do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e Programa Nacional de Crédito Fundiário;
- b) Residam na propriedade ou em local próximo e tenha no trabalho familiar a base da exploração do estabelecimento;
- c) Utilizem até dois empregados permanentes;
- d) Os imóveis próprios tenham no máximo quatro módulos fiscais para agricultura e 6 módulos fiscais para a pecuária;
- e) Tenham parte da renda gerada na propriedade familiar, sendo pelo menos 30% para o grupo B, 60% para o grupo C, 70% para o grupo D e 80% para o grupo E, em atividades agropecuárias ou não-agropecuárias;
- f) Tenham renda bruta anual compatível com a exigida para cada grupo de enquadramento.

Estas são linhas gerais, sendo que, individualmente, para enquadramento nos diversos grupos, há exigências específicas.

⁸ MDA - Site: www.mda.gov.br/saf - último acesso em 11.04.2007

Os créditos podem ser concedidos de forma individual, coletiva ou grupal, sendo considerado:

- Coletivo: quando formalizado com o grupo de produtores para finalidades coletivas;
- Grupal: quando formalizado com grupo de produtores para finalidades individuais.

2.6.2.2 – Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)

Para acessar o crédito do Pronaf, os agricultores familiares deverão ter sua condição de beneficiários atestada pela Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que apresenta dados cadastrais do produtor (nome, endereço, filiação, RG e CPF), dados de sua produção (renda, tipo de produção, forma de utilização da terra) e, principalmente, o enquadramento, classificação que determinará o tipo de crédito a ser recebido. O documento é emitido, em nome do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por empresas de extensão rural e entidades representativas do segmento (sindicatos, federações, confederações).

A DAP, além de se constituir no documento obrigatório para acessar o crédito do Programa, também habilita a família a outras ações da SAF, como a compra direta, a comercialização de matéria-prima do Biodiesel e outras.

No caso dos assentados, a DAP será emitida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou pela Unidade Técnica Estadual do Crédito Fundiário (UTE); para os povos indígenas, poderá ser emitida pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI); para as comunidades quilombolas, pela Fundação Cultural Palmares; e para os pescadores artesanais, pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (escritórios locais e regionais), além dos emissores já citados.

2.6.2.3 – Finalidades

Os créditos do Programa são acessados nas finalidades de custeio e investimento, que possuem características diferenciadas tanto em relação ao seu objetivo e uso, quanto às exigências de acesso. As finalidades têm limites de concessão independentes e podem ser utilizadas concomitantemente.

a) Custeio

Finalidade destinada à manutenção do agricultor em sua atividade, permitindo, através dos recursos disponibilizados, que o mesmo custeie a compra de insumos, pagamento de serviços externos de mão-de-obra, transporte e armazenamento da produção, de forma a prover suas necessidades de capital de giro.

Sua forma de reposição é anual, por safra ou ciclo de produção, e nos atuais contratos, com renovação automática por cinco anos, se não forem alteradas as condições negociais estabelecidas na contratação do crédito (posse ou uso da terra, garantias e enquadramento).

É vedada a concessão do custeio para produção de fumo desenvolvida em regime de parceria ou integração com indústrias fumageiras.

Não é exigida do beneficiário nesta finalidade comprovação da utilização do crédito e apresentação de projeto técnico para acesso ao mesmo.

b) Investimento

Finalidade utilizada para financiar a aquisição de máquinas, implementos, equipamentos agrícolas, assim como construção, ampliação ou reforma de unidades produtivas no estabelecimento familiar, destinadas a armazenagem, confinamento, processamento da produção ou melhoramento da produtividade.

Portanto, os itens financiados deverão promover o aumento da produção e da renda do produtor, o que precisa ser comprovado por projeto assinado por assistência técnica rural, em demonstrativo de capacidade de pagamento, e deverá ser respeitado orçamento constante da proposta, com comprovação para liberação dos valores financiados.

Os recursos, apesar da variação de acordo com a destinação e especificidades de cada enquadramento e linha, terão o prazo máximo de 8 anos para quitação total, sendo as reposições ao longo do período em parcelas anuais.

2.6.2.4 – Garantias

O MCR (Capítulo 10) determina que as garantias das operações contratadas sob o amparo de recursos do Programa sejam negociadas diretamente com a instituição financeira intermediadora do crédito.

Os normativos do Banco do Brasil estabelecem a possibilidade de contratação de operações do Pronaf, somente com garantia pessoal do proponente, para as duas finalidades, até o limite máximo de R\$ 10.000,00, sendo que acima desse valor serão exigidas garantias fidejussórias ou reais de acordo com o montante financiado. Cabe o esclarecimento que a decisão de acolher ou não propostas com garantias até o valor estabelecido fica a cargo da unidade responsável pela negociação.

As garantias mais usuais são:

- Para custeio – pessoais/fidejussórias (fiança)
- Para investimento – pessoais/fidejussórias (aval) e/ou reais (penhor censual e hipoteca)

2.6.2.5 – Enquadramento

Os beneficiários do PRONAF são distribuídos em grupos que obedecem a divisão dos mesmos por renda bruta anual gerada pela família, o percentual de renda originária da atividade rural, o tamanho e gestão da propriedade, a quantidade de empregados na unidade familiar, e características específicas como assentados ou financiados pelo crédito fundiário.

Cada grupo possui características individualizadas, que vão desde requisitos para enquadramento (renda e situações especiais) até limites de crédito, exigências de garantias e taxa de juros.

O beneficiário financiado por um grupo não poderá ser reenquadrado em outro de menor renda, com exceção dos créditos do grupo A, para agricultores que não utilizavam imóvel de terceiros e adquiriram terra própria pelos programas de assentados (PNRA, Procera) ou crédito fundiário.

As informações abaixo foram adaptadas do MCR – capítulo 10, seção 2⁹.

Grupo A

Agricultores familiares assentados pelo PNRA ou do Programa Nacional de Crédito Fundiário, que ainda não foram contemplados com operação de investimento sob a égide do Procera ou crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf.

Finalidade: Investimento

Limite máximo de financiamento: R\$15.000,00

Taxa de juros: 1,15%aa

Bônus de adimplência: 40% sobre o principal.

Prazo: Investimento – até 08 anos, com até 02 de carência.

⁹

BACEN - Site: www.bcb.gov.br/?PUBMANUAIS - último acesso 11.04.2007.

Grupo B

Agricultores familiares com as características padrão anteriormente descritas, e que obtenham renda bruta anual familiar de até R\$ 3.000,00, excluídos benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

Finalidade: Investimento

Limite máximo de financiamento: R\$ 1.000,00

Taxa de juros: 1%aa

Bônus de adimplência: 25% sobre a parcela

Prazo: Investimento – até 08 anos, com até 02 de carência.

Grupo C

Agricultores familiares com as características padrão, e que obtenham, no mínimo, 60% da renda bruta anual familiar, oriunda da exploração agropecuária ou não-agropecuária do estabelecimento, acima de R\$3.000,00 e até R\$16.000,00, excluídos benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

Finalidade: Custeio e Investimento

Limite máximo de financiamento: Custeio – R\$4.000,00 e Investimento – R\$ 6.000,00

Taxa de juros: Custeio - 4%aa e Investimento: 3%aa

Rebate regulamentar: R\$200,00 nos pagamentos até o vencimento

Prazo: Custeio – 01 ano e Investimento – até 08 anos, com até 02 de carência.

Grupo A/C

Agricultores egressos do grupo A e/ou do Procera, ou que já contrataram a primeira operação no grupo A, que não contraíram financiamento de custeio nos grupos C, D ou E, e que apresentem DAP para o grupo A/C.

Finalidade: Custeio

Limite máximo de financiamento: R\$ 3.000,00

Taxa de juros: 2%aa

Rebate regulamentar: R\$200,00 nos pagamentos até o vencimento

Prazo: Custeio – 01 ano.

Grupo D

Agricultores familiares com as características padrão, e que obtenham, no mínimo, 70% da renda bruta anual familiar, oriunda da exploração agropecuária ou não-agropecuária do estabelecimento ou fora dele, por qualquer componente da família, acima de R\$16.000,00 e até R\$45.000,00, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

Neste grupo é admitida a contratação de dois empregados permanentes e utilização da ajuda de terceiros em atividades de natureza sazonal.

Finalidade: Custeio e Investimento

Limite máximo de financiamento: Custeio – R\$8.000,00 e Investimento – R\$18.000,00

Taxa de juros: Custeio – 4%aa e Investimento – 3%aa

Prazo: Custeio – 01 ano e Investimento – até 08 anos, com até 02 de carência

Grupo E

Agricultores familiares com as características padrão, e que obtenham, no mínimo, 80% da renda bruta anual familiar, oriunda da exploração agropecuária ou não-agropecuária do estabelecimento ou fora dele, por qualquer componente da família, acima de R\$45.000,00 e até R\$80.000,00, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

Neste grupo, também é permitida a contratação de dois empregados permanentes e utilização da ajuda de terceiros em atividades de natureza sazonal.

Finalidade: Custeio e Investimento

Limite máximo de financiamento: Custeio – R\$28.000,00 e Investimento: R\$36.000,00

Taxa de juros: Custeio – 7,25%aa e Investimento – 7,25%aa

Prazo: Custeio – 01 ano e Investimento – até 08 anos, com até 02 de carência.

2.6.2.6- Linhas Especiais

Serão apresentadas a seguir algumas linhas de crédito específicas, seja pela qualificação do seu público-alvo, seja pelas características dos empreendimentos financiados ou pelas condições de contratação e condução.

Pronaf Agroindústria

Linha de crédito destinada ao custeio e investimento de beneficiamento, processamento, industrialização e/ou comercialização de produção própria e/ou de terceiros, de agricultores familiares enquadrados nos grupos C, D e E, cooperativas centrais ou singulares, associações ou outras pessoas jurídicas constituídas por

produtores dos grupos citados. São financiáveis as produções agropecuárias, de produtos florestais, artesanais e a exploração do turismo rural.

As condições negociais são as mesmas dos grupos a que o proponente for enquadrado, tanto em relação aos prazos e taxas de juros, quanto aos limites financiáveis, que não impactaram as linhas tradicionais de custeio e investimento, podendo ser contratadas concomitantemente com as mesmas.

Pronaf Florestal

Linha destinada a financiar investimentos em projetos de silvicultura e sistemas agroflorestais e exploração extrativista ecologicamente sustentável, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.

São públicos-alvo da linha os produtores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, C e D.

Limite independente de outros investimentos ao amparo do Pronaf, sendo:

Grupos A, A/C e C - R\$4.000,00

Grupo D – R\$6.000,00

Taxa de juros – 3%aa

Prazo – 12 anos, com até 08 anos de carência.

Pronaf Mulher

Linha destinada ao atendimento de propostas de crédito de investimento relacionadas com projetos específicos de interesse da mulher agricultora, sendo os créditos restritos à cobertura de itens diretamente relacionados com a atividade produtiva ou de serviços destinados a promover o aumento da produtividade e da renda do produtor.

O público-alvo é composto de mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção enquadradas nos grupos A, A/C, B, C, D e E, independente da

condição civil e que apresentarem DAP. Somente poderá ser contratada uma operação por unidade familiar.

Limites independentes de outras linhas do Pronaf, sendo:

Grupos A, A/C e B – R\$1.500,00.

Grupo C – R\$6.000,00

Grupo D – R\$18.000,00

Grupo E – R\$36.000,00

Taxa de juros:

Grupos A, A/C e B – 1%aa

Grupo C e D – 3%aa

Grupo E – 7,25%aa

Rebate – apenas o grupo C recebe desconto de R\$700,00 distribuídos proporcionalmente por parcelas

Bônus – 25% de desconto de adimplência, sobre o valor das parcelas, para os grupos A, A/C e B.

Prazo –

Grupos A, A/C e B – até 02 anos

Grupos C, D e E – até 08 anos, com até 03 anos de carência

Pronaf Jovem

Linha destinada a apoiar financeiramente investimentos em projetos específicos de interesse de jovens agricultores, restritos à cobertura de itens diretamente relacionados com a atividade produtiva ou de serviços destinados a promover o aumento da produtividade e da renda do produtor.

São público-alvo da linha os jovens agricultores e agricultoras pertencentes a famílias enquadradas nos grupos A, A/C, B, C, D e E, maiores de 16 e menores de 25 anos, que apresentem DAP específica (2.0), vinculada à DAP de sua unidade familiar.

Limite financiável – R\$6.000,00 – independente de outras linhas

Taxa de juros – 1%aa

Prazo – até 10 anos com até 05 anos de carência

Pronaf Agroecologia

Linha destinada ao atendimento de propostas de crédito de investimentos relacionadas com projetos específicos de sistemas de produção agroecológica, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.

São público-alvo os agricultores enquadrados nos grupos C e D, que produzam em sistemas ecológicos conforme normas estabelecidas pela SAF, e/ou sistemas orgânicos normatizados pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Limites independentes de outras linhas fixados em:

Grupo C – R\$6.000,00

Grupo D – R\$18.000,00

Taxa de juros – 3%aa

Prazo – até 08 anos, incluídos até 03 anos de carência.

2.7 - PRONAF - FUTURO - PROPOSTAS REFORMADORAS

Conforme apresentado nesta fundamentação teórica, os processos e as políticas agrícolas desenvolvidas até o momento, apesar de trazer um crescimento produtivo e financeiro, acabaram por cometer graves erros estratégicos. A ocupação abusiva do solo comprometeu o meio ambiente, a busca desordenada por produção a qualquer custo, desenvolveu a miséria no campo, a ganância das indústrias de insumo, colaborou para ambas as situações.

Portanto, a presente seção demonstrará que é possível conjugar produtividade e ganho, sem que para com isso, esteja sendo prejudicado o meio ambiente ou que sejam legados a um nível de pobreza ainda maior os produtores rurais, principalmente os familiares.

2.7.1 - Desenvolvimento Rural Sustentável

Para se conhecer este mecanismo de modificação de posturas e quebra de paradigmas intitulado desenvolvimento sustentável, é necessária uma discussão preliminar sobre os conceitos que o compõe: desenvolvimento e sustentabilidade.

No caminho evolutivo da humanidade, consorciar estes dois conceitos sempre representou um grande desafio, pois a falta de equilíbrio levaria, fatalmente, a implantação do caos, à escassez ou a estagnação.

Na evolução da humanidade, existem três fenômenos notáveis:

- a) O processo de crescimento populacional;
- b) O avanço dos conhecimentos humanos;
- c) O crescimento econômico.

O crescimento populacional da civilização humana teve um início lento, mas que, com as melhorias gradativas das condições de vida, e a disponibilidade de alimentos, por volta do século XIX, acelerou seu ritmo, passando a crescer exponencialmente.

O fenômeno de explosão populacional foi objeto de preocupação dos estudiosos do século XVII, dentre os quais se destacou Malthus (1996, p.246) e sua famosa teoria¹⁰ de insuficiência de alimentos:

Afirmo que o poder de crescimento da população é indefinidamente maior do que o poder que tem a terra de produzir meios de sua subsistência para o homem. A população, quando não controlada, cresce numa progressão geométrica. Os meios de subsistência crescem apenas numa progressão aritmética.

¹⁰ Publicada pela primeira vez em 1798, como parte do Ensaio sobre a População.

Com uma visão extremamente pessimista, o teórico previa que fatores externos como fome, miséria, catástrofes, doenças, guerras etc, exerceriam um controle sobre a população e forçariam uma volta a um estágio de produção e consumo de subsistência.

Porém, entra em cena o segundo fenômeno citado, pois o acelerado avanço do conhecimento humano, permitiu que com descobertas científicas, como adubos químicos e grãos híbridos, e com os progressos tecnológicos, principalmente nas técnicas de cultivo e tratamento de solos, as demandas de alimentos fossem rapidamente supridas, gerando inclusive excedentes em muitos momentos.

Em decorrência deste desenvolvimento científico e tecnológico, a humanidade experimentou um novo tipo de crescimento, o econômico.

Seja pelo conforto e comodidade que os grandes inventos trouxeram, ou pela mecanização e crescente industrialização, o capital acompanhou com sua circulação, o crescimento exponencial da população.

No entanto, chegando ao século XX, apareceram os problemas deste modelo de desenvolvimento, baseado em recursos exauríveis. Como a população ainda crescesse exponencialmente, o seu padrão de consumo e produção começou a causar sérios impactos ambientais negativos.

E então, a ultrapassada teoria de Malthus, mesmo não sendo de todo adequada, voltou a assombrar as mentes humanas, na medida em que eram necessárias medidas para garantir a sustentabilidade do atual padrão de consumo e ao mesmo tempo a existência da humanidade.

Sustentabilidade é conceituada pela continuidade de um determinado padrão de consumo humano (ou produção) com a simultânea manutenção de um meio ambiente equilibrado e saudável.

A atividade agrícola encontra-se envolvida com muitos desses problemas, pois, basicamente transforma um determinado ambiente pré-existente, em outro, favorável para produção.

Portanto, os questionamentos da equalização entre produção e preservação são uma constante no meio rural. Não são apenas desafios que se apresentam para o meio rural nestes tempos de discussão da sustentabilidade, muitas oportunidades vêm

ocorrendo à medida que se desenvolvem mecanismos para uma utilização mais racional e ecológica do solo.

Dentre as alternativas mais debatidas estão a produção orgânica, de biodiesel, de biomassa e o pagamento de serviços ambientais (reflorestamentos e seqüestro de carbono).

O conceito que agregaria todas estas oportunidades e desafios encontra-se na definição da Comissão Bruntland (1987)¹¹ que diz: "Desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades dos presentes sem comprometer a habilidade das futuras gerações em atender às suas próprias necessidades".

No âmbito do Banco do Brasil, o desenvolvimento sustentável, faz parte das pautas do programa de governança e é carro-chefe de sua atuação nos aspectos da responsabilidade sócioambiental.

A materialização desta preocupação se encontra na estratégia Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS)¹²:

[...] uma estratégia negocial do Banco do Brasil (BB) que busca a geração de trabalho e renda, com soluções sustentáveis, inclusivas e participativas, por meio da adoção de práticas que permitam um salto de qualidade nos indicadores de desenvolvimento sócio-econômico e ambiental. O DRS busca promover o desenvolvimento das regiões onde o BB está presente, a partir do apoio a atividades produtivas e economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas, sempre observada e respeitada a diversidade cultural. O DRS foca o trabalho em atividades produtivas, sempre com uma visão de cadeia de valor, em um processo de concertação [...].

A concertação tem sentido de orquestração. É uma ação integrada, harmônica e compartilhada que aglutina os diversos agentes econômicos, sociais e políticos envolvidos na cadeia de valor das atividades produtivas selecionadas. A sociedade civil, iniciativa privada, associações, cooperativas, governos, universidades, entidades religiosas, organizações não governamentais (ONGs), entre outros, são parceiros no planejamento, coordenação e acompanhamento do processo de desenvolvimento regional sustentável.

Trabalhar com a visão de cadeia de valor significa considerar todas as etapas de produção e distribuição que agregam valor a produtos e serviços até o consumidor

¹¹ World Commission on Environment and Development (1987)

¹² Conceitos divulgados internamente pelo Banco do Brasil a seus funcionários - Intranet - acesso 11.04.07

final. A cadeia de valor abrange a cadeia produtiva, a cadeia de distribuição, bem como todos os elementos de influência direta e indireta não descritos na forma de atividade (como governos, cooperativas e instituições públicas e privadas, entre outras).

Com essa perspectiva, já foram identificadas e estão sendo trabalhadas mais de 70 atividades produtivas diferentes, como sistemas agroflorestais, turismo, artesanato, cerâmica marajoara, aquíicultura, fruticultura, calçados, cotonicultura, confecções, ovinocapricultura, apicultura, horticultura, pecuária de corte e de leite, floricultura, atividades extrativistas, avicultura e reciclagem de resíduos sólidos. Em suma, o Banco do Brasil e os seus parceiros contribuem com o desenvolvimento sustentável das regiões, apoiando atividades produtivas identificadas como vocação das mais diferentes comunidades, respeitando a cultura e as tradições locais.

A organização das atividades produtivas desenvolve-se com estágios diferenciados de interação, cooperação e compartilhamento de conhecimentos. São três os tipos caracterizados, apresentados em seqüência pelo grau de organização:

a) Aglomerados: são agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, operando em atividades correlacionadas e que apresentam vínculos pouco expressivos de interação, cooperação e aprendizagem;

b) Arranjos Produtivos Locais (APL): são aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, operando em atividades correlacionadas que apresentam vínculos expressivos de interação, cooperação e aprendizagem;

c) Cadeia ou Sistema Produtivo: são conjuntos de aglomerados e arranjos produtivos locais, formando redes complexas com altos índices de articulação, cooperação e aprendizagem, sem limitação territorial.

Assim, a estratégia DRS propõe-se a:

- Promover a inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda;
- Democratizar o acesso ao crédito;
- Impulsionar o associativismo e o cooperativismo;
- Contribuir para a melhoria dos indicadores de qualidade de vida;

- Solidificar os negócios com micro e pequenos empreendedores rurais e urbanos, formais ou informais;
- Fortalecer a agricultura familiar;
- Contribuir na estruturação de atividades produtivas para obter: ganhos de escala, preço justo e competitividade em mercados regionais e globais.

O presidente do Banco do Brasil, Antonio Francisco de Lima Neto¹³, demonstra a importância do programa ao afirmar:

O nosso desafio é estar onde o crescimento, o desenvolvimento e a inserção social estão acontecendo. Aí sim estaremos cumprindo o papel de banco público e banco comercial, de perenizar nossas marcas e de sermos a mais perfeita tradução do compromisso bancário com a sustentabilidade e desenvolvimento. [...] Essa ação é límpida e transparente. Temos 300 mil famílias nesse processo. Queremos chegar ao final de 2007 com 700 mil famílias. E nos 200 anos do BB, em 2008, queremos um milhão de famílias. [...] A questão do desenvolvimento regional sustentável no BB não é um discurso de seu presidente em um evento como este. Não é uma questão episódica. Isso já é parte dos documentos de governança do BB. Nós colocamos isso lá, o Desenvolvimento Regional Sustentável e o compromisso com o crescimento deste País.

2.7.2 - Novas Tecnologias de Gestão Rural

Com o restabelecimento da importância da agricultura no cenário econômico nacional, começam a ser discutidos no âmbito acadêmico e técnico governamental, novas tecnologias de gestão das unidades produtivas rurais.

As discussões que se iniciaram na Conferência Eco-92, quando o modelo tradicional de agricultura produtivista foi exaustivamente criticado pelas lideranças científicas mundiais, estabelecendo terreno fértil para a mudança do foco fordista de crescimento econômico.

A partir de então, começou-se a pensar a agricultura fora da antiga função da produção de alimentos e matéria-prima, o tradicional papel agrícola-alimentar. Os conceitos de produção e aumento da produtividade apenas visando à redução de custos

¹³ Discurso proferido durante o IV Seminário Nacional Nós podemos CEF e BB, realizado dia 23.08.07.

ou ampliação de divisas, cederam lugar aos de segurança alimentar e sustentabilidade ambiental.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD)¹⁴ reconhece que:

[...] além de sua função primária de produção de alimentos e fibras, a atividade agrícola pode também moldar a paisagem, prover benefícios ambientais, como conservação dos solos, gestão sustentável dos recursos naturais renováveis e preservação da biodiversidade, e contribuir para a viabilidade socioeconômica em várias áreas rurais.

E a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)¹⁵, classifica essas funções em três categorias:

Função ambiental – vinculada à conservação dos recursos naturais e recuperação ambiental. [...] são particularmente importantes as contribuições da agricultura para a biodiversidade, degradação dos solos, desertificação, dentre outros.

Função econômica – a agricultura continua sendo uma força importante para sustentar o funcionamento e crescimento das economias dos países [...] pelo lado da demanda, a agricultura requer insumos, mão-de-obra, serviços e capital financeiro. Pelo lado da oferta a agricultura fornece produtos que são elaborados, transportados, comercializados e distribuídos.

Função Social – a manutenção e dinamismo das comunidades rurais são fundamentais para sustentar e melhorar a qualidade de vida e para garantir a sobrevivência da população rural.

Dentre os conceitos que surgiram, encontram-se os de Pluriatividade e Multifuncionalidade, que identificam as novas funções da agricultura, pela ótica do produtor e da produção, respectivamente.

A Pluriatividade, na concepção européia, mais precisamente a francesa, refere-se “à combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional dos membros de uma mesma família” rural (SCHNEIDER, 1994, p.102), preconizando que o emprego rural não está restrito às atividades agrícolas.

Segundo o conceito de Schneider (1994), a nova formatação da ruralidade comporta que os componentes das famílias passem a se dedicar a outras atividades econômicas e produtivas, não necessariamente agrícolas, executadas dentro ou fora dos seus estabelecimentos rurais.

Enquanto, a Multifuncionalidade, também de origem européia, pode ser conceituada como as possibilidades e oportunidades de produção dentro dos estabelecimentos rurais, vinculadas ou não às atividades da agricultura. Dentre as

¹⁴ OECD (apud Miranda, 2002) – citação em artigo Revista Marco Social – vol.40.

¹⁵ FAO idem.

atividades não-agrícolas de maior expressão econômica, encontra-se a prestação de serviços ligados ao descanso e lazer, como o turismo rural e ecológico, exploração hoteleira (hotel fazenda) e as práticas de esportes radicais na natureza (rapel, rafting, escaladas, etc).

2.7.3 - Novas Tecnologias de Produção Rural

Este trabalho apresentou discussões e críticas do meio acadêmico quanto ao manejo e utilização dos solos nacionais, e principalmente a preocupante degradação do meio ambiente pela forma de produção adotada nos últimos 50 anos, focada no uso intensivo de produtos químicos (agrotóxicos, fertilizantes sintéticos, etc) e na mecanização, preconizados na Revolução Verde.

Tal tecnologia produtiva, altamente químico-mecanizada, além dos prejuízos ambientais, e os riscos¹⁰⁰¹ discutidos pela segurança alimentar, tornaram a atividade agrícola excessivamente onerosa, descapitalizando os agricultores, criando uma situação insustentável a médio e longo prazo.

Primavesi (1992, p.10), sobre a questão sentencia: “[...] desde então parece que o destino dos pequenos agricultores são as favelas das grandes cidades. Porém, existe uma chance para o agricultor e esta é de mudar o enfoque e a tecnologia”.

As afirmações são contestadas no ambiente agroindustrial de insumos, que insiste que seus produtos estão cada vez mais seguros, e que com a elevação do nível técnico e educação dos agricultores usuários a situação tende a ser resolvida (ABRAMOVAY, 2001).

Porém, o próprio Abramovay (2001, p. A3)¹⁶, ressalva:

[...] mesmo com um consumo elevado, os Estados Unidos popularizaram a expressão LISA (Low Input Sustainable Agriculture – Agricultura sustentável com reduzido nível de insumos) como sinal do que há de mais importante na agricultura do século XXI: produzir mais, reduzindo, entretanto, a participação dos produtos químicos no valor total das safras.

¹⁶

Artigo publicado na Gazeta Mercantil, edição de 10/01/2001.

E Upnmoor (2003, p. 9) adverte:

O uso de agroquímicos tem rebatimentos também na saúde dos agricultores e dos consumidores, principalmente pelos resíduos de agrotóxicos nos alimentos assim produzidos e no ambiente. Os acidentes ocupacionais com venenos agrícolas no Brasil estão estimados em cerca de 300 mil intoxicações agudas por ano, e cinco mil óbitos.

Alguns autores, no entanto alertam para o fato de que uma agricultura, não pode ser considerada Agroecológica somente por não utilizar insumos agroquímicos, assim como, o uso de insumos não tradicionais (alternativos, orgânicos, ecológicos e outras tantas denominações atualmente existentes), não qualifica a produção como agroecológica, tão pouco não são agressivos ao meio-ambiente, podendo até causar efetivos nocivos às lavouras ou ao próprio meio ambiente (desequilíbrio dos ecossistemas), como a contaminação ambiental ou a susceptibilidade de pragas, limitando o desenvolvimento e funcionamento dos ciclos naturais (LAMPKIN, apud CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

Portanto, utilizaremos para este trabalho a conceituação de Agroecologia apresentada por Upnmoor (2003 p.10):

A Agroecologia é a área do conhecimento que estuda as relações entre a agricultura e o meio ambiente, considerando-se a atividade como um todo que integra as práticas agrícolas com os recursos ambientais que a envolvem. A produção é adequada a cada realidade ecológica, baseando-se em práticas agrícolas sustentáveis.

Conceito reforçado por Gliessman (apud Caporal e Costabeber, 2004, p.12) que define Agroecologia como “a aplicação dos princípios e conceitos da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis”, e corroborado por Caporal e Costabeber (2004, p. 12):

[...] na Agroecologia, é central o conceito de transição agroecológica, entendida como um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica.

Algumas das técnicas que poderiam ser consideradas como Agroecologia, conforme o conceito de Upnmoor (2003)¹⁷:

a) Agricultura Orgânica – baseada nos conceitos de Howard, botânico e agrônomo do início do século XX, que estabeleceu na Índia um tipo de agricultura com amplo suprimento de matéria orgânica, buscando a manutenção de elevados níveis de húmus no solo. A sua base científica está na rotação de culturas, manejo e

¹⁷ Upnmoor (2003, p. 10-12), adaptação dos conceitos.

fertilização do solo, (utilizando matéria orgânica já decomposta e estabilizada). Preconiza uma visão sistêmica da agricultura que prescreve que a propriedade agrícola deve ser considerada em todas as suas dimensões (produtiva, ecológica, social, econômica, entre outras). A agricultura orgânica não busca a produtividade máxima a qualquer custo, mas a estabilidade da produção com sanidade e longo prazo.

b) Agricultura Biodinâmica – iniciada em 1920, pelo criador da doutrina filosófica chamada Antroposofia, Steiner, defende que a saúde do solo, das plantas e dos animais depende de sua conexão com forças de origem cósmica com a natureza. O homem poderia alcançar o restabelecimento dessas energias ambientais, através do equilíbrio de várias atividades (lavouras, criação de animais, uso de reservas naturais), buscando maior independência de materiais externos à unidade produtiva, que funcionaria como um organismo indivisível. Este princípio é o da auto-sustentabilidade.

c) Agricultura Natural – desenvolvida pelo biólogo Fujusosa, na década de 1930, como um modelo de produção que tomasse a natureza como exemplo. Segundo esta corrente, a harmonia e prosperidade entre os seres vivos é fruto da conservação do ambiente natural. O princípio da reciclagem dos recursos naturais presentes na propriedade agrícola torna o solo mais fértil pela ação dos microorganismos que decompõem a matéria orgânica, liberando nutrientes para as plantas. O conceito base é solo sadio = planta e animais sadios = ser humano sadio.

d) Agricultura Biológica – surgida na França, na década de 60, pelos estudos do biólogo Dhaboussou, esta tecnologia destaca o controle biológico do manejo integrado de pragas e doenças e uso da Teoria de Trofobiose (efeitos dos agroquímicos na resistência das plantas). O objetivo principal é combater o desequilíbrio nutricional dos vegetais, resultado da adubação convencional.

e) Permacultura – também chamada de agricultura permanente, baseada nas idéias de Mollison, biólogo australiano, que procura praticar uma produção de forma mais integrada com o ambiente natural, imitando a composição espacial das plantas encontradas nas matas e florestas naturais. Exemplos deste tipo de lavoura estão a mandioca e banana, além de árvores frutíferas, alguns tipos de madeiras e até atividades produtivas de animais. É um sistema agrossilvipastorial, que busca integrar lavouras com espécies florestais e pastagens e outros espaços para animais.

3 – METODOLOGIA

Nesta seção detalharemos a metodologia utilizada para responder aos questionamentos de pesquisa, focando alcançar os objetivos propostos de avaliar a atuação da Agência Santo Amaro da Imperatriz, enquanto intermediária financeira da aplicação dos recursos do Programa Nacional de Agricultura Familiar, na região agrícola em que a unidade se encontra inserida.

3.1 – O MÉTODO

Como procedimento técnico foi adotado o estudo de caso único, com abordagem qualitativa, caracterizado como descritivo e explicativo, conforme Minayo (1994) e Gil (1993).

Ressaltamos, porém, que a Agência Santo Amaro da Imperatriz, além de atender ao município no qual se encontra instalada, tem sob sua jurisdição - termo de caráter interno - outros cinco municípios, Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Rancho Queimado e São Bonifácio, quem compõem a comarca junto com a sede Santo Amaro da Imperatriz.

Isto posto, o estudo de caso em muitos momentos, terá a abrangência de uma análise de múltiplos casos, uma vez que as avaliações tenderam a ser comparativas entre os diferentes municípios, no intuito de confirmar perspectivas ou hipóteses.

3.2 – O PROCESSO

Na fase inicial da pesquisa, foram utilizadas técnicas conjuntas de observação de campo participativa, aliada a entrevistas não estruturadas. Tais técnicas foram empregadas aproveitando os atendimentos diários de crédito rural, que o pesquisador realizou no período de julho/06 a junho/07, que compreendeu a última safra agrícola. Sendo a melhor forma encontrada de alcançar uma reação espontânea e desarmada do público-alvo do Pronaf, ou seja, nos momentos concretos de relacionamento com o agente financeiro.

Para esta coleta de dados não foi desenvolvido instrumento específico, sendo as entrevistas realizadas de maneira não estruturada, com perguntas abertas, permitindo ao entrevistado expressar sua opinião, conceito e crítica, tanto sobre o Programa, quanto sobre o processo da concessão de crédito.

As técnicas combinadas valorizaram as principais vantagens do método selecionado, a possibilidade de observar e relatar eventos durante a sua ocorrência, a assimilação de informações não previstas e a habilidade do pesquisador em conhecer profundamente o tema, tendo experiência de campo com o mesmo.

Esclarecemos que o pesquisador atua na agência estudada há cinco anos, sendo um dos responsáveis pela análise e concessão dos créditos do Pronaf, nas safras analisadas. Acrescentamos que foi ponderado o risco do distanciamento analítico, em virtude do envolvimento direto do pesquisador nas atividades avaliadas mas, outras fontes de coleta de dados foram utilizadas para permitir a validação das análises e garantir o caráter científico do trabalho.

Num segundo momento, também como coleta de dados primários, foram aproveitadas as reuniões setoriais realizadas para diagnóstico e elaboração do Plano de Negócios – Desenvolvimento Rural Sustentável, em elaboração na unidade pesquisada, nas quais o pesquisador utilizou a técnica de observação direta, participativa e não participativa.

As citadas reuniões ocorreram nos meses de março a junho de 2006, sendo que o pesquisador, que não integra o grupo responsável pela elaboração do plano,

participou da reunião inicial com os representantes dos seis municípios atendidos pela Agência, e no papel de convidado, pode então utilizar a técnica de observação direta. As demais reuniões, realizadas apenas com os componentes do grupo de estudo, produziram relatórios que foram utilizados neste trabalho como dados secundários.

Cabe esclarecer que foram convidados para as referidas reuniões os extensionistas e lideranças locais, o mesmo público-alvo de entrevistas não estruturadas, realizadas no período final de elaboração deste trabalho.

3.3 – O RESULTADO

Como fonte de dados secundários foram utilizados documentos acadêmicos, revistas de órgãos especializados (agronegócio, agricultura e pecuária), relatórios internos da Superintendência Estadual do Banco do Brasil, anuários agrícolas e documentos analíticos de organismos independentes, utilizando a técnica de documentação indireta.

Aliados aos referidos dados, e para servir como fonte para o desenvolvimento de instrumentos analíticos (tabelas), foram acessados registros em banco de dados internos dos sistemas aplicativos do Banco do Brasil, e externamente em órgãos governamentais como o BACEN, MDA/SAF, EPAGRI, Instituto-CEPA e organismos independentes como o DESER e o IPEA.

As coletas dos dados secundários foram realizadas em dois momentos distintos, em junho de 2006, início da safra 2006/2007 e julho de 2007, mês de encerramento da mesma safra agrícola.

Para garantir confiabilidade às formulações e inferências que foram surgindo nas análises preliminares, foram realizadas séries de entrevistas com informantes chaves, definidos ente extensionistas e líderes locais que não haviam participado das outras etapas e coleta de dados. As entrevistas do tipo não estruturadas basearam-se em perguntas abertas e sem gravação de áudio. Foram priorizadas as análises das

hipóteses formuladas, de maneira a estabelecer uma triangulação de dados, que permitisse confirmar ou melhorar as pré-análises apresentadas.

Finalizando, como técnica para análise dos dados quantitativos, foi utilizada a análise de conteúdo. Como forma de avaliar o desempenho da Agência na aplicação dos recursos do Pronaf, este estudo adotou a metodologia de avaliação de **alcance**, proposta por Yaron (apud Pretto, 2005, p.53) com enfoque na "amplitude, que é a largura do alcance, ou seja, quantidade de clientes atendidos com os recursos disponibilizados". A profundidade do alcance foi analisada considerando como tipo de público e nível de pobreza, os grupos de enquadramento do Programa.

4 - ANÁLISE DOS RESULTADOS - O NOSSO CAMPO E O NOSSO CRÉDITO

A partir deste capítulo começamos a delimitar o cenário do estudo de caso deste trabalho. Apresentaremos o panorama da ruralidade e da produção agrícola do Estado de Santa Catarina e dos municípios atendidos no âmbito da agência Santo Amaro da Imperatriz do Banco do Brasil, com o objetivo de contextualizar as potencialidades e as questões prioritárias deste meio rural em que a unidade se encontra inserida.

4.1 - SANTA CATARINA

Os dados a seguir descritos fazem parte do levantamento estatístico realizado pelo Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina (Instituto CEPA/SC), denominado "Perspectivas para a Agricultura Familiar – Horizonte 2010" (Instituto CEPA/SC, 2004, p.14).

O Estado de Santa Catarina dispõe de um patrimônio natural e rico e diverso, que contribuiu para moldar sua estrutura fundiária, caracterizada pela predominância de um modelo de agricultura familiar de pequenas propriedades. Com uma população rural de 1.120.000 habitantes (cerca de 21% da população total em 2000), o Estado conta com cerca de 200 mil estabelecimentos rurais, a maioria explorada diretamente por proprietários.

Santa Catarina é um dos seis principais estados produtores de alimentos e em diversas lavouras e criações apresenta produtividade das mais altas do país. O setor agrícola representa 12,8% do PIB estadual e o pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais em 1995 era estimado em 718,7 mil pessoas (cerca de 85% destes concentravam-se em estabelecimentos de até 50 hectares). O Estado conta com aproximadamente três mil estabelecimentos agroindustriais, os quais empregam cerca de 76 mil pessoas. Santa Catarina ocupa o quinto lugar entre os estados exportadores. Dentre os produtos agrícolas exportados, destacam-se as carnes (aves e suínos), o fumo, as frutas e os produtos do setor florestal (papel, papelão e móveis).

Com base nos critérios de classificação do Pronaf, estima-se que a agricultura familiar em Santa Catarina represente um universo de 180 mil famílias, ou seja, mais de 90% da população rural. Estas famílias de agricultores, apesar de ocuparem apenas 41% da área dos estabelecimentos agrícolas, são responsáveis por mais de 70% do valor da produção agrícola e pesqueira do Estado, destacando-se na produção de 73% do feijão, 67% do arroz, 70% do milho, 80% dos suínos e aves, 83% do leite e 91% da cebola. Além desses produtos, é grande a participação da agricultura familiar na produção de mel, alho, batata, fumo, mandioca, tomate, banana e uma grande variedade de outros hortigranjeiros e frutas. Também tem no setor florestal importante base econômica.

A agricultura catarinense, apesar do nível de modernização hoje observado em alguns setores, apresenta sérios problemas sociais, econômicos e ambientais. Ao lado dos grandes e modernos complexos agroindustriais, há um grande número de pequenas e médias propriedades rurais, produtores de alimentos básicos e matérias-primas, que se encontra em sérias dificuldades e cuja competitividade está ameaçada.

O nível tecnológico é bastante diversificado e está diretamente relacionado com o grau de rentabilidade das atividades desenvolvidas nas explorações agrícolas ou com sua escala. Neste aspecto, há ainda um enorme potencial para aumento da produtividade. Em 1995, por exemplo, apenas 9,6% dos produtores empregavam irrigação, 36% não recebiam assistência técnica e a grande maioria carece de conhecimento sobre técnicas de gestão e controle financeiro. O baixo nível educacional dos produtores contribui para tal.

Observa-se um processo de crescente exclusão de produtores em algumas cadeias agroalimentares. O baixo nível de renda e a insatisfatória qualidade de vida para boa parte das famílias rurais vêm provocando, nos últimos anos, um êxodo rural médio da ordem de 1% aa (2%aa entre os jovens rurais), com tendência a acelerar-se.

Dentre outros problemas para o desenvolvimento da agricultura familiar no Estado, além do baixo nível de renda, merecem destaque a degradação dos recursos naturais e as condições inadequadas de habitabilidade. A deficiência no serviço de saúde, a inadequação das habitações, a dificuldade de acesso à terra, a educação formal e inapropriado e opções de lazer restritas são críticas quando comparadas com as do meio urbano. Entre as diversas causas desta vulnerabilidade, podem ser apontadas: a) sub-utilização da mão-de-obra e, em algumas regiões, sua escassez; b) a predominância de atividades agrícolas que geram pouca renda e c) a baixa apropriação do preço final dos produtos pelos pequenos produtores.

TABELA 7 - Pronaf: Financiamentos Rurais Custeio e Investimento por Região

REGIÕES	Em R\$ mil									
	1996		1997		1998		1999		2000	
	Vlr	%	Vlr	%	Vlr	%	Vlr	%	Vlr	%
Norte	66,0	10,2	27,3	2,1	27,9	1,8	56,5	3,2	107,3	5,8
Nordeste	84,4	13,0	154,6	11,6	432,6	27,6	309,6	17,4	193,9	10,4
Sudeste	67,8	10,4	290,9	21,9	233,6	14,9	315,6	17,8	318,2	17,1
Sul	420,3	64,7	821,0	61,8	834,4	53,2	1003,0	56,4	1117,7	59,9
Centro-oeste	11,3	1,7	34,2	2,6	41,2	2,6	92,3	5,2	127,8	6,9
TOTAL	649,8	100,0	1328,0	100,0	1569,9	100,0	1776,9	100,0	1864,9	100,0

Fonte: Santo (2001, p. 159)

Como podemos verificar pela Tabela 7, os estados da Região Sul, nos anos iniciais do Pronaf, de 1996 a 2000, concentraram cerca de 59% do volume de recursos aplicados pelo Programa.

Segundo Mattei (2001, p.8-9), esta situação ocorreu por dois principais fatores:

a) o peso e as pressões das agroindústrias na Região Sul sobre os agricultores a elas vinculados. No ano de 1996, por exemplo, 32% do total dos contratos de crédito para custeio foram para a cultura do fumo, 14% para a cultura do milho e 8% para a cultura da soja, indicando um alto grau de concentração dos recursos do Pronaf em produtos típicos das cadeias e agroindustriais do País mais competitivas no mercado internacional;

b) um nível maior de organização dos agricultores familiares e uma certa tradição de luta pelo crédito rural mais fortemente incorporada à pauta de reivindicação dos agricultores familiares da Região Sul.

Para Abramovay e Veiga (1999, p. 31):

Não era difícil prever que os créditos do Pronaf se concentrassem fundamentalmente nos estados e nos municípios em que a agricultura familiar tem maior força econômica. Oeste e sudoeste do Paraná, oeste de Santa Catarina, Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul, e sul de Minas são as regiões onde mais a agricultura familiar conseguiu ligar-se a mercados dinâmicos.

TABELA 8 - Pronaf: Número de contratos e valores contratados - Brasil, Santa Catarina e Agência Santo Amaro da Imperatriz - safras 2003/2004 a 2006/2007 - com percentual de participação em cascata (Santa Catarina/Brasil e Agência/Estado)

Valores em R\$ mil

Cenário/Safra	2003/2004		2004/2005		2005/2006		2006/2007	
	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor
Brasil	1.017.817	3.453.232	969.820	3.965.753	992.100	4.968.627	1.001.411	5.494.599
Santa Catarina	100.029	428.780	103.651	531.314	98.710	642.659	102.455	691.056
Part. % BR		12,42%		13,40%		12,93%		12,58%
Agência	1.195	4.498	808	4.059	926	6.139	1.055	8.921
Part. %SC		1,05%		0,76%		0,95%		1,29%

Elaborado pelo autor - Fonte: Banco do Brasil - Sistema de Informações do Agronegócio (SIAGRO)

Os números apresentados pela Tabela 8 demonstram a importância de Santa Catarina em relação ao volume contratado nas linhas de crédito do Pronaf em todo o País. O Estado participa, em média, de 12,83% dos valores aplicados no Brasil, percentual que só é menor que o dos estados do Rio Grande do Sul, com média de 22,37%, e do Paraná, que tem índice médio de 14,13%. Os percentuais confirmam que, atualmente, como no início do Programa, a Região Sul respondem por quase 50% do total aplicado nacionalmente.

A participação da Agência Santo Amaro da Imperatriz será analisada com os demais parâmetros que serão desenvolvidos na próxima seção.

4.2.- AGÊNCIA SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

A Tabela 8, pela ótica da Agência Santo Amaro da Imperatriz, demonstra que a participação da Unidade nos números do Estado, encontra-se em torno de 1%, tanto para o número de contratos realizados, quanto para o volume aplicado pelo Pronaf em Santa Catarina. Considerando que a Agência atende a seis municípios, que todos são ativos produtores agro-alimentares da região de maior densidade populacional (região metropolitana de Florianópolis - capital do Estado), e a vocação agrícola da própria Unidade da Federação, este estudo afere que não é representativo, em nível estadual, a intermediação financeira realizada no âmbito da aplicação dos recursos do Pronaf.

Para uma análise mais apurada, seria necessário estabelecer comparativos com outras unidades do Banco do Brasil, que operem com o crédito do Programa, porém, os dados disponíveis no Banco, e tempo escasso para desenvolvimento do trabalho, impediram tal avaliação.

As tabelas a seguir apresentaram os números das aplicações da Agência no crédito rural de forma globalizada, porém, como o Pronaf representa 99% dos créditos disponibilizados, pode-se considerar que os dados disponibilizados são o desempenho da Unidade neste Programa.

TABELA 9 - Crédito Rural: Números da Agência, contratos e volume aplicado por finalidade.

Finalidade/ Safrá	Valores em R\$ mil							
	2003/2004		2004/2005		2005/2006		2006/2007	
	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor
Custeio	1.059	2.305	742	2.920	825	4.010	808	4.843
Investimento	136	2.193	66	1.139	101	2.128	247	4.077
Total	1.196	4.498	808	4.059	926	6.139	1.055	8.921

Elaborado pelo autor - Fonte: Banco do Brasil - Sistema de Informações do Agronegócio (SIAGRO)

Pela Tabela 9 pode-se perceber a progressão dos recursos aplicados pela Agência Santo Amaro da Imperatriz, em crédito rural, no período em análise, safra 2003/2004 a 2006/2007.

Diante dos números coletados é possível verificar uma involução no número de contratos do segmento custeio, caindo de 1.059 contratos na safra inicialmente pesquisada, para 808 contratos na safra 2006/2007.

Porém, no volume aplicado neste segmento, no mesmo período, ocorreu um acréscimo de aproximadamente R\$2,5 milhão, correspondendo a um incremento de 110% na aplicação de recursos, saindo de R\$2.305.902,00, na safra 2003/2004, para o total de R\$4.843.843,00, na safra 2006/2007.

Quanto ao segmento investimentos, a tabela demonstra uma posição inversa, com o aumento do número de contratos, alcançado na última safra, sendo que na safra 2003/2004 foram contratadas 136 operações, e em 2006/2007 este número quase dobrou, indo para 247 operações formalizadas. Acréscimo que foi acompanhado pelo volume de recursos contratados que sofreu grande alteração, saindo de R\$ 2.193.044,00, para R\$ 4.077.201,00, no mesmo período.

Cabe destacar, que estes números só foram alcançados na safra 2006/2007, pois, até a safra anterior havia uma involução tanto no número de contratos, quanto no valor aplicado. Foram representativas as modificações no cenário da Agência, com o acréscimo de 81,61% no número de contratos e 85,93% no valor aplicado.

Os dados expostos, aliados aos dados primários obtidos pelas entrevistas e a observação direta deste pesquisador, permitiram encontrar como justificativa para a redução do número de contratos, para ambas as finalidades, uma série de eventos e decisões administrativas que afetaram negativamente a concessão de crédito rural pela Agência, no período 2003/2005, a saber:

- Estratégia administrativa da coordenação da Agência em priorizar a conquista, otimização e capitalização do segmento pessoa jurídica, que ocasionou a redução da força de trabalho destinada a análise e formalização de operações rurais, com conseqüente retração no acolhimento de propostas de crédito rural;

- Nos anos de 2004 e 2005, nos meses de setembro e outubro - os de maior volume de acolhimento, análise e formalização de propostas rurais - a unidade esteve com suas atividades comprometidas em função de paralisações, por ocasião das

negociações do acordo coletivo da categoria bancária, que tem como data-base o mês de setembro;

- Atraso substancial na liberação e distribuição do orçamento nos meses de início das safras (julho e agosto), ocasionando desistência de propostas em virtude de descasamento entre formação de lavoura e disponibilidade de recursos;

- Nos anos de 2004, 2005 e 2006, as mudanças ocorridas nas regras de contratação do custeio, extinção do Rural Rápido, elevação de tetos e obrigatoriedade de contratação do Proagro Mais, respectivamente, impediram a renovação automática das operações do Pronaf - em alguns casos da sua totalidade -, o que ocasionou a necessidade de contratação de novas propostas. Com todos os procedimentos burocráticos exigidos, muitos agricultores desistiram de apresentar suas propostas, não renovando o crédito.

Para o caso da ampliação do número de contratos na safra 2006/2007, principalmente, na finalidade investimento, verificamos alguns pontos que merecem destaque:

- Revisão da citada estratégia administrativa de anos anteriores, com a conseqüente valorização do crédito rural, que passou a figurar, novamente, como prioridade no âmbito negocial da Unidade;

- Implantação dos Convênios Facilitadores de Crédito (CFC), que permitem a captação e análise externa de propostas de custeio e investimento, através de parcerias com sindicatos e cooperativas rurais, o que ampliou consideravelmente a capacidade instalada de atendimento do público-alvo do Pronaf, na região.

Com relação ao acréscimo do volume aplicado, mesmo com a redução do número de contratos, no caso do custeio, dois fatores favoreceram os números apresentados:

- Elevação dos tetos de concessão de R\$5.000,00 para R\$8.000,00 nos contratos do grupo D, e de R\$3.000,00 para R\$5.000,00 nos contratos do grupo C;

- Grande volume de alteração de público entre os grupos C e D, com a conseqüente possibilidade de contratação de valores mais ampliados, podendo a diferença do contrato chegar a 166,66% de aumento - de R\$3.000,00 (teto grupo C, em 2003/2004) para R\$8.000,00 (teto do grupo D, em 2006/2007).

No entanto, para o segmento investimento, o aumento do volume aplicado, concretizado na safra 2006/2007, está diretamente relacionado com o acréscimo no número de contratos, uma vez que se manteve constante a média de R\$16.500,00 por contrato, comparando o período entre os anos agrícolas de 2003/2004 e 2006/2007.

TABELA 10 - Crédito Rural: Números da Agência, principais itens financiados, finalidade Custeio, por número de contratos, volume aplicado e percentual sobre o total de aplicações.

ITEM / SAFRA	Valores em R\$ mil											
	2003/2004			2004/2005			2005/2006			2006/2007		
	C	Vlr	%	C	Vlr	%	C	Vlr	%	C	Vlr	%
Batata	77	106	2,37	55	254	6,27	46	234	3,82	35	210	1,35
Cebola	125	299	6,65	119	519	12,79	193	992	16,16	212	1.241	13,91
Couve	65	100	2,22	46	163	4,03	91	415	6,77	111	631	7,03
Feijão	73	40	0,91	40	35	0,88	21	18	0,30	-	-	-
Hortaliça	97	388	8,64	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Milho	125	129	2,88	91	187	4,08	47	115	1,88	20	86	0,96
Morango	15	58	1,30	26	117	2,90	36	177	2,89	69	405	4,54
Outros	73	191	53,01	76	254	33,43	57	289	39,03	28	207	49,11
Pimentão	39	40	0,90	24	45	1,11	14	31	0,51	15	35	0,40
Repolho	68	108	2,41	35	74	1,84	21	56	0,98	21	70	0,80
Tomate	302	842	18,71	270	1.303	32,12	320	1.690	27,66	297	1.955	21,92
TOTAL	1059	2.305		742	2.920		825	4.010		808	4.843	

Elaborado pelo autor - Fonte: Banco do Brasil - Sistema de Informações do Agronegócio (SIAGRO)

Para a interpretação dos números apresentados na Tabela 10, é necessário esclarecer que o item hortaliças não apresenta informações nas safras posteriores a 2003/2004 em virtude de alteração das planilhas de custos dos sistemas do Banco do Brasil subdividirem o item que agrupava diversas lavouras afins.

Com base nos dados coletados e tabulados, é possível ratificar a informação do início deste capítulo, que apresenta o destaque da olericultura na região. Podemos conferir o desempenho expressivo de lavouras como a do tomate e da cebola que, juntas, respondem, em média, por 43% do volume contratado na Agência.

Nesta situação merece maior importância o caso da cebola que, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - Prognóstico da Produção Agrícola Nacional para 2007, elaborado pelo IBGE, vem ocupando gradativamente as áreas anteriormente cultivadas por fumo, principalmente no Estado de Santa Catarina, maior produtor nacional e responsável por 34% da produção brasileira em 2006.

A migração das lavouras de fumo para cebola representa grande avanço no campo da responsabilidade socioambiental, por oferecer uma oportunidade concreta substitutiva de uma cadeia agroindustrial tida como danosa, por outra vinculada à área

alimentar, conforme ressalvas dos técnicos extensionistas entrevistados nos municípios de Angelina e Anitápolis, locais onde ocorrem as mais expressivas modificações.

Analisando o volume representativo do tomate na região de forma global, este estudo encontrou junto aos entrevistados, principalmente os extensionistas, que se trata de fenômeno sazonal devido às amplitudes dos preços finais alcançados pelo produto nas últimas safras. Apesar do alto custo deste tipo de lavoura, principalmente pelo uso de insumos e pela técnica de cultivo utilizada (estaqueamento), o horizonte de ganhos elevados tem atraído cada vez mais agricultores, transformando o produto numa espécie de modismo.

As afirmações merecem um comentário prático à parte. Por possuir uma planilha de custos elevada, comparando com outros tipos de lavoura, o tomate permite ao agricultor, mesmo àquele com pouca disponibilidade de área, atingir o teto máximo de custeio do Pronaf, principalmente nos grupos C e D, o que talvez não fosse alcançado com outras culturas de menor custo.

Pode-se perceber a não-computação das lavouras de feijão na atual safra (2006/2007) em função de o produto ser um dos mais afetados quando há atraso no cronograma de distribuição do orçamento e conseqüentemente na liberação de recursos, o que ocorreu no início da referida safra, inviabilizando a contratação.

TABELA 11 - Crédito Rural: Números da Agência, principais itens financiados, finalidade Investimento, por número de contratos, volume aplicado e percentual sobre o total de aplicações.

ITEM / SAFRA	Valores em R\$ mil											
	2003/2004			2004/2005			2005/2006			2006/2007		
	C	Vlr	%	C	Vlr	%	C	Vlr	%	C	Vlr	%
Apicultura	1	15	0,70	2	22	1,94	2	21	0,98	2	23	0,56
Avicultura	-	-	-	-	-	-	2	200	9,50	3	211	5,18
Bovino Leite	3	48	2,20	3	45	3,98	2	15	0,70	5	65	1,59
Caminhões	3	136	6,25	-	-	-	1	27	1,29	7	183	4,49
Carretas	27	173	7,90	12	87	7,65	28	296	13,95	12	93	2,28
Construções	1	17	0,80	-	-	-	-	-	-	7	114	2,80
Fundiários	10	315	14,40	1	30	2,65	7	232	10,90	15	558	13,68
Industrialização	1	17	0,80	-	-	-	1	17	0,80	-	-	-
Máquinas	2	21	0,98	5	43	3,80	6	48	2,30	81	611	14,81
Micro-tratores	61	956	43,60	32	571	50,18	27	529	24,90	25	495	12,14
Outros	3	56	2,50	7	254	22,30	7	288	13,55	48	788	19,33
Ovinos	-	-	-	-	-	-	1	4	0,19	1	6	0,15
Residências	3	17	0,80	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tratores	20	415	18,97	4	85	7,50	17	446	20,94	41	922	22,61
TOTAL	136	2193		66	1139		101	2128		247	4077	

Elaborado pelo autor - Fonte: Banco do Brasil - Sistema de Informações do Agronegócio (SIAGRO)

Para interpretação dos dados da Tabela 11 são necessários os seguintes esclarecimentos:

- Diferentemente dos itens financiados no custeio, os aqui apresentados não se limitam aos contratados sob o amparo das linhas de crédito do Pronaf, uma vez que a agência opera com recursos obrigatórios, do BNDES e de linhas específicas do Tesouro Nacional, como é o caso dos financiamentos do Banco da Terra e os convênios de integração com agroindústrias (aviários);
- O item residências rurais deixou de ser utilizado em virtude do bloqueio da linha de crédito do Banco da Terra com esta destinação;
- O item com a denominação de fundiários diz respeito aos investimentos contratados com recursos do Banco da Terra, destinados à aquisição de imóvel rural produtivo.

A análise dos volumes e números apresentados encontra-se seriamente comprometida, em função da falta de uniformidade na classificação dos itens financiados, quando do acolhimento e a análise das propostas de investimento, sendo a distribuição baseada em critérios pessoais de cada analista. Portanto, podemos encontrar, por exemplo, micro-tratores classificados como tratores máquinas e implementos ou cultivadores motorizados. Desta forma, fica inviabilizada uma análise individualizada por item, obrigando este trabalho a definir dois grandes grupos para análise, a saber:

- Máquinas e implementos - que abrangem todo o maquinário financiado que minimize ou elimine o trabalho manual, gerando maior produtividade e menor desgaste da mão-de-obra. Estão computados dentro deste grupo: tratores, micro-tratores, cultivadores motorizados, equipamentos de irrigação, lavadores, secadores, roçadeiras e todo o tipo de implementos (arado, grade, enxada rotativa, etc);
- Melhoramentos em geral: que insere as aquisições de matrizes, as construções produtivas (galpão, paiol, silo, estábulos) e as de manutenção dos estabelecimentos (cercas, reformas, etc), assim como instalações para industrialização e beneficiamento da produção.

Podemos então perceber que a esmagadora maioria dos recursos, entre 80% e 90% em média, é destinada à aquisição de maquinário, em detrimento de melhoria nos estabelecimentos.

Uma característica marcante da aplicação dos recursos no grupo máquinas e implementos é a destinação dos mesmos para a compra de cultivadores motorizados e seus implementos. Apesar das dificuldades apontadas em diferenciar a alocação do recurso por item, a experiência diária nos permite afirmar que 70% dos contratos, nas safras em análise, consorciaram a aquisição deste tipo de micro-tractor com implementos e carreta graneleira.

Os citados equipamentos permitem o acesso em terrenos mais acidentados e promovem um conseqüente bem-estar, facilitando o transporte interno da produção. Não obstante sua importância e imprescindibilidade, é preciso anotar que tal cenário se fortaleceu na região pela ação ostensiva de empresas revendedoras que facilitam o trabalho do produto, intermediando a elaboração de projetos técnicos, levantamento de documentos e inclusive no deslocamento à Agência para a entrega de proposta e assinatura de contratos.

Isoladamente, tal fato não seria uma característica negativa, principalmente pela necessidade e utilidade do bem financiado, mas precisamos ampliar as implicações deste quadro.

Concentrações deste tipo são favorecidas pela postura reativa e passiva do Banco na concessão do crédito que, via de regra, divulga a disponibilidade das linhas e aguarda que haja uma demanda para então analisar as propostas e distribuir os recursos exclusivamente pela ordem de precedência das que atendam os requisitos legais.

Há que se criticar também ação dos próprios extensionistas que, assim como o Banco, são reativos em relação às oportunidades de financiamento da produção, apenas desenvolvendo projetos técnicos capazes de atender as exigências das linhas de fomento.

Se levarmos em consideração que existe um teto máximo de financiamento, que a aquisição de tais equipamentos utiliza todo o teto disponível, e que, em sua maioria, os contratos são realizados com o prazo limite de pagamento, um agricultor que financiar um cultivador e uma carreta graneleira estará impossibilitado de contratar novos investimentos por oito anos.

Portanto, a ação das revendedoras de implementos está intimamente ligada à falta de proatividade, tanto das entidades associativas dos agricultores, quanto da

carência de propostas efetivas dos extensionistas, aliada à acomodação do próprio Banco em incentivar no segmento ações de escopo mais amplo.

TABELA 12 - Crédito Rural: Números da Agência, aplicações por município, número de contratos, volume aplicado e percentual sobre o total de aplicações.

MUNICÍPIO/ SAFRA	2003/2004			2004/2005			2005/2006			2006/2007		
	C	Vlr	%	C	Vlr	%	C	Vlr	%	C	Vlr	%
Águas Mornas	154	281	6,25	136	615	15,15	245	1230	20,04	383	2897	32,48
Alfredo Wagner	-	-	-	-	-	-	2	82	1,34	1	52	0,59
Angelina	416	1009	22,45	271	980	24,16	279	1480	24,11	279	2431	27,26
Anitápolis	58	272	6,06	54	214	5,29	50	244	3,99	123	1094	12,27
Braço do Norte	-	-	-	-	-	-	1	22	0,36	-	-	-
Palhoça	11	36	0,81	17	57	1,43	11	55	0,91	7	56	0,63
Rancho Queimado	142	326	7,26	91	32	7,97	83	326	5,31	101	726	8,14
Santo Amaro da Imperatriz	374	2456	54,60	207	1751	43,15	237	2591	42,21	129	1392	15,61
São Bonifácio	37	110	2,46	32	115	2,85	18	105	1,72	32	270	3,03
São Pedro de Alcântara	1	4	0,11	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1195	4498		808	4059		926	6139		1055	8921	

Elaborado pelo autor - Fonte: Banco do Brasil - Sistema de Informações do Agronegócio (SIAGRO)

Para análise dos dados apresentados na Tabela 12 é necessário o seguinte esclarecimento:

- os municípios de Alfredo Wagner, Braço do Norte, Palhoça e São Pedro de Alcântara foram relacionados como complemento à tabela, porém não serão alvo de análise por possuírem operações sazonais, contratadas por serem os mesmos limítrofes daqueles, objeto de estudo e que formam a comarca de Santo Amaro da Imperatriz, jurisdição da agência estudada.

Verificando a evolução dos números individualmente, percebemos que no período compreendido entre as safras 2003/2004 e 2005/2006, o município de Santo Amaro da Imperatriz, sede da agência e da comarca, destacou-se praticamente sem concorrência, recebendo em média 46% dos valores orçados para a Unidade.

A justificativa reside no fato de no município estar concentrado o maior volume de agricultores enquadrados nos grupos D e E, que têm teto de concessão mais elevados, além da estratégica proximidade da agência, o que facilita o acesso à mesma.

É importante a referência quanto à localização da Unidade, uma vez que estamos falando de uma região em que um agricultor interessado em receber o crédito do Pronaf poderá ter que se deslocar até 150 quilômetros para ir de sua propriedade à Agência.

A distância geográfica e as dificuldades de acesso, como estradas e transporte intermunicipal, acabaram fazendo dos municípios de São Bonifácio e Anitápolis os de menor representatividade nos números apresentados.

Merece destaque nesta análise o crescimento vertiginoso do volume empregado no município de Águas Mornas, chegando ao expressivo índice de 148% de crescimento no número de contratos e de quase 1.000% nos valores contratados. Explica-se esta performance pelo nível de organização dos agricultores locais, que até 2004 possuíam um sindicato atuante, e que a partir de 2005 constituíram-se de forma cooperada e se integraram ao sistema Cresol de cooperativas. Organizados, puderam acessar o crédito de forma mais intensiva, principalmente pelo esclarecimento.

Processo inverso foi identificado no município de Santo Amaro da Imperatriz. Na safra 2006/2007, no número de contratos, a cidade perdeu o primeiro lugar para Águas Mornas e o segundo lugar para Angelina, ficando à frente de Anitápolis apenas por seis contratos. As características individualistas que permeiam os agricultores do município foram um dos fatores responsáveis por este baixo desempenho.

A seguir apresentaremos transcrição de trechos das entrevistas realizadas com informantes-chaves, que comprovam as inferências anteriormente realizadas por este trabalho, bem como, analisam a seu tempo, outros aspectos dos desempenhos da Agência e do Pronaf, na aplicação dos recursos do Programa na região.

Segundo o agrônomo extensionista Carlos Alberto Koerich¹⁸, responsável pelo escritório regional da EPAGRI no município de Angelina:

Existem dois momentos na Agricultura Familiar, ANTES E DEPOIS DO PROGRAMA DO PRONAF. Antes, o agricultor tinha dificuldade de acesso ao crédito rural, estava descapitalizado, os juros era muito altos, fora da realidade do pequeno produtor e poucos recursos eram disponibilizados. Hoje a realidade é totalmente diferente, o acesso ao crédito está bastante facilitado, recursos não são problema, juros baixos e o mais importante, dando oportunidade ao pequeno produtor, o menos favorecido, o alcance aos recursos para custear as suas lavouras e também investir no melhoramento de sua propriedade com prazos mais facilitados. Vejo em um prazo muito curto, o grande desenvolvimento que a agropecuária terá no município onde eu trabalho - Angelina - com a continuidade do PRONAF, pois a cada dia, uma ou mais famílias estão tendo a oportunidade de acessar o crédito rural nos mais diversos setores da agropecuária.

O também extensionista da EPAGRI, Lúcio Schmidt¹⁹, responsável pelo escritório do município de Anitápolis, faz outras considerações:

O crédito rural está se mostrando como um efetivo instrumento de desenvolvimento rural. Esta constatação é resultante do acompanhamento dos projetos de crédito, os quais têm permitido o incremento da renda de inúmeras famílias rurais do nosso país. No município de Anitápolis isto também é válido, principalmente no apoio a novas tecnologias de produção, como sistema de produção de leite à base de pasto (Voisin) e produção de chuchu. Percebemos um aumento significativo do número de propostas liberadas no último ano agrícola e acreditamos haver uma demanda ainda maior para o ano safra que iniciou. Tenho observado algumas situações que merecem reflexão: a primeira é o financiamento de máquinas e equipamentos. Estes têm geralmente a participação do revendedor, que agiliza a documentação e tem como resultado uma rápida liberação. A outra situação é mais delicada, quando o agricultor pretende construir um galpão, uma estrutura para tutoramento de chuchu, aquisição de matrizes leiteiras encontra mais dificuldades, pois precisa deslocar-se várias vezes a Santo Amaro e o tempo que leva desde a elaboração do projeto até a liberação do recurso é bastante grande.

Para Jairo Loffi²⁰, presidente da Cresol Águas Mornas:

O Pronaf foi o melhor auxílio que o Governo poderia ter dado ao agricultor. A gente passa pelas casas e a lavoura está lá, bonita, o carro, o "tobata", os equipamentos são todos mais novos. As condições de vida melhoraram. [...] Eu recomendo nas assembleias, *tem direito ao acesso! Utiliza o crédito!* Não precisa para lavoura de agora, guarda o dinheiro próprio para melhorar a casa, construir um banheiro melhor, melhorar a qualidade de vida, ter mais conforto. Mas, também lembro, usa o dinheiro e vai guardando para pagar, porque se amanhã o governo acabar com o Programa, tem que devolver, então é preciso guardar. [...] Os recursos nunca faltaram, ninguém ficou sem empréstimo por falta de dinheiro. Às vezes, tem um atraso no processo, demora para liberar, mas não faltou para ninguém.

¹⁸ Resposta enviada por e-mail em 12.09.07

¹⁹ idem

²⁰ Entrevista realizada em 11.09.07

São de suma importância ainda, as avaliações realizadas pelo Analista Técnico Rural (ATR) do Banco do Brasil, Rossimar Malcorra Allebrad²¹, que amenizam algumas das considerações realizadas pelo presente estudo e corroboram outras tantas:

[...] inobstante, os esforços da Agência, as dificuldades de atingir de forma equalitária todos os municípios da jurisdição são muito grandes, haja vista que não há postos de atendimento fora de Santo Amaro da Imperatriz. Com o advento do CFC, houve um incremento no número de operações nos municípios mais distantes, porém de forma pouco abrangente. Penso que a preocupação da Agência não deve ser exagerada no que se refere a penetração do Pronaf, pois tudo isso demanda suficiência de pessoal, quadro de pessoal treinado, parceiros treinados e público informado, de modo que se todas essas variáveis não forem equilibradas a qualidade do crédito tende a ser baixa, incorrendo-se no risco de elevação da inadimplência. A Agência, pelo seu porte tem um limite, e acredito que já está operando próximo desse limite. Penso que o foco deve ser, agora, a qualidade no atendimento e envolvimento de parceiros treinados e confiáveis. [...] Quanto aos recursos aplicados no Estado, tenho a informação que para operações de investimento foi insuficiente e para custeio, o Banco não conseguiu aplicar a totalidade.

4.3 – ALCANCE

Os itens anteriores nos apresentam os números da aplicação dos recursos do Pronaf, pela intermediação financeira da Agência Santo Amaro da Imperatriz, e através da análise dos mesmos este trabalho conseguiu delinear causas e conseqüências do desempenho da unidade na atividade.

Porém, para complementar a avaliação conforme proposta do objetivo geral deste estudo, era necessário identificar uma metodologia que permitisse apurar o nível de penetração dos recursos no segmento alvo: os agricultores familiares.

Uma das possibilidades seria adotar o conceito de cobertura, que identifica o número de agricultores atendidos pelo Pronaf, cruzando o volume de contratos com estabelecimentos rurais existentes utilizados por Peraci e Bianchini (apud PRETTO, 2005, p.52), em estudo para o DESER. No entanto, tal metodologia não responderia qual nível de agricultores foi atingido.

²¹ Funcionário que prestava assistência técnica rural à Agência no período da elaboração do trabalho, atual Gerente de Agronegócios da Superintendência Estadual do BB - Santa Catarina. - Resposta por e-mail enviado em 07.09.07

Portanto, este estudo utilizará o método de análise de **alcance**, que possibilita verificar tanto a **amplitude**, determinada pela quantidade de público atendido em relação aos estabelecimentos rurais existentes, quanto à **profundidade** da atuação do Programa na região, que identifica os níveis econômicos abrangidos.

A adoção do método sustenta-se na bem-sucedida aplicação do mesmo, na avaliação do desempenho do Pronaf investimento, em pesquisa integrante da dissertação de graduação de mestrado de José Miguel Pretto, baseada nos conceitos desenvolvidos por Yaron (apud PRETTO, 2005, p. 53). A citada dissertação foi aprovada pela UFRGS em 2005.

Diferentemente daquele trabalho que analisa apenas a amplitude do Pronaf na região, devido à escassez de dados disponíveis, o presente estudo desenvolverá também a análise da profundidade, uma vez que o Banco do Brasil possui registros individualizados por segmentos (grupos) que equivaleriam à determinação dos níveis de pobreza estabelecidos por Yaron (apud PRETTO, 2005, p. 53).

Desta forma, a metodologia permitirá uma análise do alcance conforme descrito por Pretto (2005, p. 53), em "duas dimensões: a horizontal dada pela amplitude do alcance, e a vertical, dada pela profundidade do alcance".

Para tanto, no primeiro momento, visando obter um índice de amplitude, foram cruzados dois parâmetros: o número de contratos e o número de estabelecimentos rurais familiares. Assim, será possível avaliar se o Pronaf atingiu seus objetivos, de proporcionar aos agricultores familiares melhores condições de trabalho e renda na região, concomitantemente, analisar se o Programa promoveu o desenvolvimento do meio rural a que se propôs.

Como forma de avaliar se os beneficiários do Programa evoluíram economicamente com suporte do mesmo, foram cruzados os dados do número de contratos por grupo, com o número total de contratos por safra, visando identificar o incremento de renda de cada público, através da migração de grupos inferiores para outros superiores, uma vez que o componente principal dos enquadramentos é a receita percebida.

O trabalho levou em consideração a variação do índice de participação dos diferentes grupos em relação ao total de contratos, ao longo das safras analisadas, comparando os números para identificar se houve incremento de volume em um

grupo, ao mesmo tempo em que houve retração em outro de nível inferior, o que confirmaria a hipótese de crescimento econômico.

É preciso ressaltar que o método de alcance será utilizado apenas na análise regional, em virtude do número de variáveis a serem consideradas num ambiente mais amplo, como a diferença de produtividade de uma região para outra - no caso estadual -, ou de um estado para outro no âmbito nacional. Portanto, em relação ao Brasil e ao Estado de Santa Catarina, foram realizadas apenas as análises de amplitude.

Para a correta análise dos dados tabulados e perfeita compreensão do conceito utilizado, são necessárias as seguintes explicações:

- a) Os dados são apresentados em ano agrícola (safra), mesma metodologia de análise da atuação da agência anteriormente realizada neste capítulo;
- b) É preciso considerar que num só estabelecimento rural familiar pode se encontrar mais de um beneficiário, devido à possibilidade de sublocação dos mesmos através de contratos de arrendamento, parceria ou comodato;
- c) Os dados foram coletados na página eletrônica do MDA (www.mda.gov.br), sendo que os referentes ao número de contratos foi elaborado pela SAF e o número de estabelecimentos rurais familiares utilizados será mantido constante em todas as safras em função de ser a informação do censo agropecuário 1995/1996 do IBGE o último divulgado;
- d) O índice de amplitude foi apurado dividindo-se o número de contratos do período pelo número de estabelecimentos rurais familiares, sendo o resultado multiplicado por cem, para obtenção de percentual;
- e) Para determinar o nível de profundidade será apurada a participação de cada grupo de enquadramento, em relação ao número total de contratos por safra, concomitantemente ao incremento do número de contratos de uma safra com a imediatamente posterior, objetivando detectar se houve aumento do público atingido;
- f) A análise não considerará o grupo B, por inexistência de dados sobre os recursos aplicados neste enquadramento na região estudada.

4.3.1 - Brasil

A presente tabela apresenta o cruzamento dos dados referentes ao número de contratos nas finalidades custeio e investimento, no período compreendido entre as safras 2003/2004 a 2006/2007, e o número de estabelecimentos rurais familiares (ERFs), no âmbito nacional.

TABELA 13 - Amplitude do Pronaf Brasil, número de contratos por estabelecimento rural familiar (ERF), entre as safras agrícolas 2003/2004 e 2006/2007.

SAFRA	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	MÉDIAS
ERF	4.139.369	4.139.369	4.139.369	4.139.369	4.139.369
CUSTEIO	914.970	1.113.129	1.077.671	1.015.305	
Amplitude	22,10%	26,89%	26,03	24,52	24,88
INVESTIMENTO	475.198	551.922	835.372	677.211	
Amplitude	11,47%	13,33	20,18	16,56	15,33
Amplitude Média	16,78%	20,11%	23,10%	20,44%	20,10%

Elaborado pelo autor - Fonte: MDA/SAF

Podemos observar, analisando a Tabela 13, uma retração no índice de amplitude das finalidades, custeio e investimento, na última safra analisada, apesar de ter havido uma significativa evolução no período de análise. Foram quase 4% entre as safras 2003/2004 e 2006/2007, representando um crescimento do público atingido e uma maior amplitude no desempenho do Programa. Destaca-se o pico de amplitude ocorrida na safra 2005/2006, principalmente na finalidade investimento que, praticamente, dobrou o índice naquela safra.

Portanto, apesar da evolução observada no índice de amplitude do período, a média limitou-se a 20% dos estabelecimentos rurais familiares, percentual criticado por organismos autônomos de análise como o DESER, e permite concluir que com esta penetração, principalmente na finalidade investimento, torna-se pouco crível que

exista possibilidade de transformações profundas no cenário da agricultura como um todo e no segmento familiar especificamente.

4.3.2 - Santa Catarina

Em Santa Catarina os estabelecimentos rurais familiares contam com 191.760 propriedades, conforme censo agropecuário 1995/1996 do IBGE, que representam 94,3% dos estabelecimentos rurais recenseados, e 60% das terras produtivas do Estado.

Os dados secundários disponibilizados pelo MDA não permitiram que fossem separados os contratos realizados por safra, entre as finalidades custeio e investimento. Por isso, a Tabela 14 apresenta apenas números totais contratados.

TABELA 14 - Amplitude do Pronaf Santa Catarina, número de contratos por estabelecimento rural familiar (ERF), entre as safras agrícolas 2003/2004 e 2006/2007.

SAFRA	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	MÉDIAS
ERF	191.760	191.760	191.76	191.760	191.760
CONTRATOS	100.900	133.264	124.238	100.867	114.817
Amplitude	52,61%	69,49%	64,78%	52,60%	59,87%

Elaborado pelo autor - Fonte: MDA/SAF

Pela tabela podemos verificar a diferença insofismável entre os índices estadual e nacional. Enquanto o primeiro possui 59,87%, em média, de penetração no público-alvo do Programa, atingindo o número médio de 114.817 contratos, a média nacional não ultrapassa 21% dos estabelecimentos atendidos.

Apesar da diferença, ressaltamos a tendência de retração na amplitude do Programa no período analisado. O volume de contratos na safra 2006/2007 se equivale

ao da safra inicial (2003/2004). O pico de contratações ocorreu na safra 2005/2006, não sustentado nas safras seguintes, com substancial regressão.

Diante dos dados pode-se avaliar que mesmo não estando em franco desenvolvimento, o Pronaf é muito mais representativo para a economia estadual do que no quadro nacional, e os índices, apresentando uma certa constância, com ligeira tendência de queda, podem indicar o atingimento de uma perigosa estabilidade. Quais seriam as razões para não haver uma progressão no volume de contratos?

Uma hipótese viável é que a capacidade instalada dos agentes financeiros intermediadores do Programa estaria no limite, não permitindo a ampliação do público atendido por deficiências de recursos para análise e formalização das propostas.

Menos provável seria a hipótese de saciedade do sistema, imaginando-se que foram supridas as necessidades no volume adequado e desejado, tornando a demanda inelástica.

E ainda seria uma possibilidade uma retração natural em virtude do nível de endividamento do segmento rural familiar.

As hipóteses aventadas poderiam ainda ser conjugadas para um cenário mais amplo, onde a deficiência na capacidade instalada entravaria o acesso de novos beneficiários no âmbito da concessão do crédito, enquanto os atuais atendidos pelo sistema, devido ao endividamento, não suportariam a contratação de novos créditos.

Apesar deste trabalho admitir como provável tal conjugação, os dados levantados e os instrumentos utilizados não permitiram a confirmação das hipóteses, bem como, tais questionamentos não estavam previstos no escopo deste estudo, derivando das análises realizadas.

4.3.3 - Agência Santo Amaro da Imperatriz

No primeiro momento, para cada município atendido pela Agência estudada, será apresentada tabela individualizada, para apuração do índice de amplitude, que indicará o volume de público-alvo atingido em relação ao total de estabelecimentos agrícolas familiares municipais. O instrumento permitirá um comparativo do comportamento do Programa no âmbito local, com os números estadual e nacional.

Em seguida, uma segunda tabela individual apresentará os recursos aplicados pelo Pronaf, no município atendido, distribuídos por grupo de enquadramento, com a finalidade de identificar a profundidade com que o Programa está penetrando nas camadas mais desamparadas do meio rural familiar.

A terceira tabela individualizada demonstra o alcance do Pronaf em cada um dos municípios, consolidando os índices de participação (profundidade) com os de amplitude, de forma segmentada por grupo de enquadramento, permitindo a avaliação de como o programa está penetrando em cada segmento e o percentual de atendimento do público-alvo.

Em alguns municípios figura nas tabelas o item "sem enquadramento", referência que nos dados coletados para as exigibilidades bancárias - o MDA, fonte consultada -, não apresentou distribuição por grupos, sendo os valores tabulados, então, apenas para fechamento dos percentuais analisados.

Posteriormente às análises individuais, este trabalho realizará uma confrontação entre os municípios, objetivando confirmar tendências e identificar mercados menos assistidos, onde poderão ser desenvolvidas estratégias específicas de atuação.

4.3.3.1 - Águas Mornas

TABELA 15 - Amplitude do Pronaf em Águas Mornas/SC, número de contratos por estabelecimento rural familiar (ERF), entre as safras agrícolas 2003/2004 e 2006/2007.

SAFRA	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	MÉDIAS
ERF	645	645	645	645	645
CUSTEIO	99	188	383	314	246
Amplitude	15,34%	29,14%	59,37%	48,68%	38,13%
INVESTIMENTO	3	0	16	12	7,75
Amplitude	0,46%	0	2,48%	1,86%	1,20%
TOTAL	102	188	399	326	253,7
Amplitude	15,81%	29,14%	61,86%	50,54%	39,34%

Elaborado pelo autor - Fonte: MDA/SFA

A análise da amplitude do Pronaf em Águas Mornas/SC demonstra que o município segue a tendência de Santa Catarina de retração nas aplicações de recursos, segundo o critério de números de contratos, pelos dados da última safra - 2006/2007.

Porém, no município, diferentemente do Estado, o volume de contratos ampliou, considerando o período estudado, sendo a citada retração observada apenas na safra 2006/2007, que interrompeu o crescimento até ali identificado.

A amplitude média do município, nas finalidades de crédito e investimento, foi de 39,34%, significando que este percentual do público-alvo municipal foi atingido pelo Programa.

Merece destaque na avaliação o representativo crescimento do número de contratos na safra 2005/2006, que, cruzando com dados primários do presente estudo, pode ser atribuído ao início das atividades de parceria da Agência com a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol), instalada na região no começo de 2006 e sediada na cidade ora analisada.

A parceria permite que a Cresol acolha e analise propostas do Pronaf Custeio, intermediando as relações de seus associados com o Banco do Brasil.

TABELA 16 - Profundidade do Pronaf em Águas Mornas/SC, número de contratos por grupo de enquadramento, percentual de evolução e participação no total de contratos, entre as safras agrícolas 2003/2004 e 2006/2007.

SAFRA	2003/2004		2004/2005		2005/2006		2006/2007	
	C	Ev	C	Ev	C	Ev	C	Ev
GRUPO A	0	-	0	0	0	0	0	0
Participação	0		0		0		0	
GRUPO A/C	0	-	0	0	0	0	0	0
Participação	0		0		0		0	
GRUPO C	12	-	45	275%	108	140%	89	(18%)
Participação	11,76%		23,93%		27,07%		27,30%	
GRUPO D	77	-	92	19%	207	125%	197	(5%)
Participação	75,50%		48,93%		51,88%		60,43%	
GRUPO E	13	-	15	15%	15	-	22	46%
Participação	12,74%		7,97%		3,76%		6,75%	
Sem Enquadramento	0	-	36	3600%	69	91%	0	(6900%)
Participação	0		19,15%		17,29%		0	
TOTAL	102	-	188	84%	399	112%	326	(19%)

Elaborado pelo autor - Fonte: MDA/SFA

Na análise que a profundidade permite, o estudo confirma os pontos levantados na avaliação de amplitude. A retração, anteriormente identificada, foi quantificada em 19% na última safra (2006/2007), em relação à anterior (2005/2006), sendo o pico de incremento a safra 2005/2006 com 112% de crescimento sobre a safra 2004/2005.

Porém, o principal objetivo foi verificar o comportamento dos grupos ao longo do período analisado e sua participação nos números totais do município.

Inicialmente observa-se que no município, no período estudado, não foram contratadas operações no âmbito dos grupos A e A/C, específicos para assentados nos programas de reforma agrária e crédito fundiário.

Para efeitos de análise, a população mais carente pesquisada passaria então a ser o grupo C, que no período estudado teve um incremento total de 641%, mas com uma retração de 18% na última safra analisada. Sua participação se manteve constante em 27% nas duas últimas safras, podendo representar uma tendência de renovação dos beneficiários, se considerados os níveis de participação crescente do grupo D, imediatamente superior.

No grupo D, percebe-se que os índices de participação são os mais representativos, chegando ao percentual de 60% na última safra. O incremento do volume de contratos também confirma a importância do Pronaf para este segmento, apesar da retração observada na safra 2006/2007, de 5%, que foi menor que a retração total, de 19%.

Não obstante, os dados do Incra revelam que neste grupo estão 44,8% das propriedades rurais do município, classificados pelo Instituto como de "renda média".

Finalizando as avaliações de profundidade, observa-se a pequena representatividade do grupo E, considerado pelo Incra como de "maiores rendas", e que representa 13,5% dos estabelecimentos rurais familiares municipais. Apesar de ser o único segmento que obteve crescimento na última safra, o grupo perdeu espaço reduzindo de 12,74% para 6,75% sua participação no número total de contratos formalizados.

TABELA 17 - Alcance do Pronaf em Águas Mornas/SC, número de contratos e estabelecimento rural familiar por grupo de enquadramento e participação no total de contratos, entre as safras agrícolas 2003/2004 e 2006/2007.

SAFRA	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	MÉDIA
GRUPO A					
Contratos	0	0	0	0	0
ERFs	125	125	125	125	125
Amplitude	0	0	0	0	0
Participação	0	0	0	0	0

Continua

TABELA 17 - Alcance do Pronaf em Águas Mornas/SC, número de contratos e estabelecimento rural familiar por grupo de enquadramento e participação no total de contratos, entre as safras agrícolas 2003/2004 e 2006/2007.

SAFRA	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	MÉDIA
GRUPO A/C					
Contratos	0	0	0	0	0
ERFs	125	125	125	125	125
Amplitude	0	0	0	0	0
Participação	0	0	0	0	0
GRUPO C					
Contratos	12	45	108	89	63,5
ERFs	136	136	136	136	136
Amplitude	8,82%	33,08%	79,41%	65,44%	46,69%
Participação	11,76%	23,93%	27,07%	27,30%	25,03%
GRUPO D					
Contratos	77	92	207	197	143,2
ERFs	295	295	295	295	295
Amplitude	26,10%	31,18%	70,16%	66,77%	48,55%
Participação	75,50%	48,95%	51,88%	650,43%	56,44%
GRUPO E					
Contratos	13	15	15	22	16,25
ERFs	89	89	89	89	89
Amplitude	14,60%	16,85%	16,85%	24,71%	18,53%
Participação	12,74%	7,97%	3,76%	6,75%	6,40%
S/ENQUADRAMENTO					
Contratos	0	36	69	0	26,2
Participação	0	19,15%	17,29%	0	10,35%
TOTAL					
Contratos	102	188	399	326	253,7

Conclusão - Elaborado pelo autor - Fonte: MDA/SFA

Ao confrontar as análises anteriormente realizadas, de amplitude e profundidade, a avaliação do alcance confirmou aspectos como a inexistência de crédito, através do Pronaf, para os segmentos mais baixos nos níveis de renda locais, enquadrados nos grupos A e A/C. Tal situação permite aferir que não obtiveram acesso aos recursos a eles destinados, uma vez que 19% dos estabelecimentos rurais familiares do município estão enquadrados como "quase sem renda", segundo o censo agropecuário 1995/96 do Incra.

Esta crítica precisa ser estendida à Cresol Águas Mornas, que mesmo sendo o organismo autônomo que provocou grande movimentação na comunidade, informando sobre as vantagens do Pronaf e as opções de seu crédito, também não estabeleceu esforços para que segmento comentado viesse a integrar seu quadro associativo.

Ainda corroborando as análises de profundidade e amplitude, esta avaliação confirmou a importância do grupo D, que obteve a maior média de amplitude individualizada, - 48,55% -, representando que as ações Pronaf no município atingem quase 50% do público-alvo do segmento. Esta informação tem importância ampliada quando se verifica que com os 295 imóveis o grupo abrange acima de 45% dos estabelecimentos rurais familiares de Águas Mornas.

Com esta visão de concordância, a análise de alcance do grupo E reforça a informação de que a importância do segmento no município não é expressiva. Mesmo com o incremento do número de contratos na última safra e uma ligeira alta no índice de amplitude, o grupo se encontra muito abaixo do perfil de penetração dos segmentos C e D, com apenas 18,53% de amplitude média no período.

Quanto à nova ótica, que não foram sinalizadas nas demais análises, este estudo ressalta que, ao ser apurada a amplitude individualizada por grupo, os índices permitem considerações diferentes das anteriormente apresentadas, realizando uma triangulação efetiva dos dados.

Por exemplo, no caso do grupo C, que analisados os dados de participação parecia ter um comportamento constante, visto que o índice deste critério manteve-se em 27% nas duas últimas safras, na amplitude individual, foi possível apurar que o referido segmento ampliou sua penetração no público-alvo, saindo dos inexpressivos 8,82% na safra 2003/2004, para o patamar de 65,44% de acessados na última safra analisada (2006/2007), mantendo uma média aproximada com o grupo D, de 45% de amplitude.

4.3.3.2 - Angelina

TABELA 18 - Amplitude do Pronaf em Angelina/SC, número de contratos por estabelecimento rural familiar (ERF), entre as safras agrícolas 2003/2004 e 2006/2007.

SAFRA	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	MÉDIAS
ERF	1.136	1.136	1.136	1.136	1.136
CUSTEIO	383	473	343	315	378,5
Amplitude	33,71%	41,64%	30,19%	27,72%	33,32%
INVESTIMENTO	8	29	16	38	22,7
Amplitude	0,70%	2,55%	1,40%	3,34%	1,99%
TOTAL	391	502	359	353	401,2
Amplitude	34,41%	44,19%	31,60%	31,07%	35,32%

Elaborado pelo autor - Fonte: MDA/SFA.

O índice médio de amplitude total de Angelina, - 35,32% -, levantado por este estudo, se encontra abaixo do índice apurado para o Estado de Santa Catarina, que é de 59,87%, porém acima do nível nacional, calculado em 20,10%.

No município, encontrou-se a mesma tendência de regressão do âmbito estadual, com a agravante de que, nas duas últimas safras, o número de contratos de custeio realizados vem diminuindo. Como a finalidade tem maior representatividade nos números locais, o total contratado também sofreu redução, mesmo com a elevação de 137,5% no número de contratos de investimento.

Cabe destaque nesta análise o fato de ser o município, dentre os seis analisados, o que possui o maior número de estabelecimentos rurais familiares, - 1.136 unidades -, que representam 97,5% dos imóveis rurais da cidade. Outro número expressivo é o de declarações de aptidão ao Pronaf registradas no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA): 475 autorizações.

TABELA 19 - Profundidade do Pronaf em Angelina/SC, número de contratos por grupo de enquadramento, percentual de evolução e participação no total de contratos, entre as safras agrícolas 2003/2004 e 2006/2007.

SAFRA	2003/2004		2004/2005		2005/2006		2006/2007	
	C	Ev	C	Ev	C	Ev	C	Ev
GRUPO A	0	-	28	2800%	0	(2800%)	0	0
Participação	0		5,57%		0		0	
GRUPO A/C	0	-	48	4800%	0	(4800%)	0	0
Participação	0		9,57%		0		0	
GRUPO C	2	-	2	0	3	(94%)	13	(333%)
Participação	0,51%		0,39%		0,84%		3,68%	
GRUPO D	351	-	289	(17%)	275	(4%)	271	(1%)
Participação	89,77%		57,57%		76,60%		76,77%	
GRUPO E	38	-	34	(10%)	20	(41%)	69	245%
Participação	9,72%		6,78%		5,57%		19,55%	
SEM ENQUADRAMENTO	0	-	101	10100%	61	(39%)	0	(6100%)
Participação	0		20,12%		16,99%		0	
TOTAL	391	-	502	28%	359	(28%)	353	(1%)

Elaborado pelo autor - Fonte: MDA/SFA.

Na análise de profundidade do município, o estudo confirmou a tendência nacional da representatividade do grupo D no número de contratações do Programa. O segmento chegou a responder por 89,77% dos contratos realizados, - percentuais da safra 2003/2004. Ao longo período manteve sua importância, fechando a análise com 76,60% de participação na última safra pesquisada.

Porém, apesar da relevância percentual, foi o responsável pela retração anteriormente citada, uma vez que apresentou redução em todas as safras, saindo dos iniciais 351 contratos para 271 operações ao final do período, caindo 22,79% no total analisado.

Surpreende o comportamento do grupo E, que representa os agricultores familiares de maior poder aquisitivo e maior produtividade, que na safra 2006/2007, última da série pesquisada, ampliou o número de contratos em 245%. Baseado neste fato, este estudo sinaliza com a hipótese de ter havido uma migração do grupo D para este, que se encontra imediatamente acima na tabela de enquadramentos do Pronaf.

A aventada hipótese ganha força se levada em consideração a particularidade do município, de possuir grande número de produtores integrados de fumo, cultura que remunera de forma diferenciada os agricultores e que movimenta grande volume de recursos. Portanto, quando considerada a produção desta lavoura na declaração de aptidão, a receita do produtor se amplia duplamente: uma por ter valores mais representativos, e outra por não ser uma cultura que receba rebates no momento do enquadramento.

Ainda analisando a performance individual dos grupos, os segmentos menos favorecidos economicamente não possuem representatividade. Nas duas últimas safras não foram contratadas operações com os grupos A e A/C, camadas de menor poder aquisitivo, assim como os contratos com o grupo C, enquadramento imediatamente acima, que, mesmo com uma evolução de 333% na última safra, não ultrapassou os 4% de participação nos volumes totais de 2006/2007.

TABELA 20 - Alcance do Pronaf em Angelina/SC, número de contratos e estabelecimento rural familiar por grupo de enquadramento e participação no total de contratos, entre as safras agrícolas 2003/2004 e 2006/2007.

SAFRA	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	MÉDIA
GRUPO A					
Contratos	0	28	0	0	7
ERFs	356	356	356	356	356
Amplitude	0	7,86%	0	0	1,96%
Participação	0	5,57%	0	0	1,75%

Continua

TABELA 20 - Alcance do Pronaf em Angelina/SC, número de contratos e estabelecimento rural familiar por grupo de enquadramento e participação no total de contratos, entre as safras agrícolas 2003/2004 e 2006/2007.

SAFRA	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	MÉDIA
GRUPO A/C					
Contratos	0	48	0	0	12
ERFs	356	356	356	356	356
Amplitude	0	13,48%	0	0	3,37%
Participação	0	9,57%	0	0	2,99%
GRUPO C					
Contratos	2	2	3	13	5
ERFs	248	248	248	248	248
Amplitude	0,80%	0,80%	1,20%	5,24%	2,01%
Participação	0,51%	0,39%	0,84%	3,68%	1,25%
GRUPO D					
Contratos	351	289	275	271	296,5
ERFs	445	445	445	445	445
Amplitude	78,87%	64,94%	61,79%	60,89%	66,62%
Participação	89,77%	57,57%	76,60%	76,77%	73,90%
GRUPO E					
Contratos	38	34	20	69	40,2
ERFs	87	87	87	87	87
Amplitude	43,67%	39,08%	22,98%	79,31%	46,26%
Participação	9,72%	6,78%	5,57%	19,55%	10,02%
Sem					
Enquadramento	0	101	61	0	40,5
Contratos	0	20,12%	16,99%	0	10,09%
Participação					
TOTAL	391	502	359	353	401,2

Conclusão - Elaborado pelo autor - Fonte: MDA/SFA.

Concluindo as avaliações do município de Angelina, a análise do alcance realizada por este estudo confirmou inexpressiva atuação do Programa junto às camadas mais deficientes do público-alvo.

Nos grupos A e A/C, em virtude da inexistência de contratação em três das quatro safras analisadas, as médias individuais dos mesmos representaram, respectivamente, 1,96% e 3,37% de penetração nos 356 estabelecimentos que formam o segmento no município.

A situação do grupo C não é muito diferente, alcançando apenas 2,01%, em média, das 248 propriedades rurais de baixa renda.

No entanto, apesar da retração geral, observada nos números do município, os beneficiários do Pronaf, enquadrados no grupo D, foram alcançados na representativa média de 66,62%, das 445 unidades agrícolas de renda média na cidade, índice acima da média nacional e estadual.

O mesmo fato, mas em menor grau, se deu com os integrantes do grupo E, porém, com o destaque positivo de que o alcance aumentou de 43,67% em 2003/2004 para 79,31% em 2006/2007. Deve ser levados em consideração que este é o segmento com o menor percentual de estabelecimentos no município. São 87 propriedades que representam 7,5% do total de imóveis rurais produtivos.

Mais uma vez a análise indica que o Programa não vem atingindo os públicos mais carentes do segmento agrícola familiar, privilegiando os grupos com maior poder aquisitivo e que se encontram mais preparados para integrar o sistema financeiro como potências clientes.

4.3.3.3 - Anitápolis

TABELA 21 - Amplitude do Pronaf em Anitápolis/SC, número de contratos por estabelecimento rural familiar (ERF), entre as safras agrícolas 2003/2004 e 2006/2007.

SAFRA	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	MÉDIAS
ERF	598	598	598	598	598
CUSTEIO	68	99	106	114	96,7
Amplitude	11,37%	16,55%	17,72%	19,06%	16,17%
INVESTIMENTO	2	31	48	37	29,5
Amplitude	0,33%	5,18%	8,02%	6,18%	4,93%
TOTAL	70	130	154	151	126,2
Amplitude	11,70%	21,73%	25,75%	25,25%	21,11%

Elaborado pelo autor - Fonte: MDA/SFA.

No município de Anitápolis, a amplitude do Pronaf destoa do cenário estadual atingindo, no geral, apenas 21,11% do público-alvo em média, o que se assemelha aos índices nacionais, de 20,10%, ficando longe dos 59,87% da média de Santa Catarina.

Apesar de apresentar uma amplitude relativamente baixa, os números do município demonstram um movimento de alta, principalmente, na finalidade custeio, porém, insuficiente para ampliar a média da amplitude.

Como característica particular, o município é o que possui o acesso viário mais deficiente e um dos mais distantes da agência estudada. Esta poderia ser uma das causas da pequena proporção público/contratos. Com dificuldade no deslocamento, os agricultores, apesar de interessados pelo crédito, se vêem impossibilitados de acessá-lo.

Reforça a hipótese, o fato de a amplitude ter aumentado paulatinamente, após a entrada em operação do convênio de parceria entre o Banco do Brasil e o sindicato rural local, que ocorreu em 2005, e permitiu àquele órgão receber e analisar propostas

de custeio do Pronaf, reduzindo a necessidade de comparecimento dos agricultores na agência estudada.

TABELA 22 - Profundidade do Pronaf em Anitápolis/SC, número de contratos por grupo de enquadramento, percentual de evolução e participação no total de contratos, entre as safras agrícolas 2003/2004 e 2006/2007.

SAFRA	2003/2004		2004/2005		2005/2006		2006/2007	
	C	Ev	C	Ev	C	Ev	C	Ev
GRUPO A	0	-	3	300%	0	(300%)	0	0
Participação	0		2,30%		0		0	
GRUPO A/C	0	-	4	400%	0	(400%)	0	0
Participação	0		3,08%		0		0	
GRUPO C	0	-	4	400%	9	125%	15	66%
Participação	0		3,08%		5,84%		9,94%	
GRUPO D	69	-	107	55%	120	12%	136	13%
Participação	98,58%		82,30%		77,93%		90,06%	
GRUPO E	1	-	0	(100%)	0	0	0	0
Participação	1,42%		0		0		0	
Sem Enquadramento	0	-	12	1200%	25	108%	0	(2500%)
Participação	0		9,24%		16,23%		0	
TOTAL	70	-	130	85%	154	18%	151	(1%)

A análise individualizada dos grupos de enquadramento, que a profundidade permite, identificou que o Grupo D tem uma representatividade quase absoluta, atingindo 90,06% de participação no total de contratos da safra 2006/2007.

De forma geral, os Grupos C e D, únicos que apresentaram constância no período estudado, obtiveram evolução.

O Grupo D confirma a tendência de segmento mais representativo do Programa, tendo uma progressão em todas as safras analisadas, fato que merece destaque. Foram 97,10% de evolução entre as safras 2003/2004 e 2006/2007.

Para o Grupo C, a evolução percentual, apesar de representativa, 1500% no período, se dissolve quando avaliada a participação do segmento nos números totais contratados, chegando no máximo a 9,94%.

Como situação recorrente, a participação dos grupos A e A/C também são inexpressivas.

Apenas na safra 2004/2005 foram contratadas operações com este segmento, com números bem reduzidos. Outro grupo pouco atingido no município, é o Grupo E, que figurou só na safra inicial e não mais apareceu na pesquisa.

TABELA 23 - Alcance do Pronaf em Anitápolis/SC, número de contratos e estabelecimento rural familiar por grupo de enquadramento e participação no total de contratos, entre as safras agrícolas 2003/2004 e 2006/2007.

SAFRA	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	MÉDIA
GRUPO A					
Contratos	0	3	0	0	0,7
ERFs	135	135	135	135	135
Amplitude	0	2,22%	0	0	0,55%
Participação	0	2,30%	0	0	0,55%
GRUPO A/C					
Contratos	0	4	0	0	1
ERFs	135	135	135	135	135
Amplitude	0	2,96%	0	0	0,74%
Participação	0	3,08%	0	0	0,79%
GRUPO C					
Contratos	0	4	9	15	7
ERFs	105	105	105	105	105
Amplitude	0	3,80%	8,57%	14,28%	6,66%
Participação	0	3,08%	5,84%	9,94%	5,55%
GRUPO D					
Contratos	69	107	120	136	108
ERFs	253	253	253	253	253
Amplitude	27,27%	42,29%	47,43%	53,75%	42,68%
Participação	98,58%	82,30%	77,93%	90,06%	85,58%

Continua

TABELA 23 - Alcance do Pronaf em Anitápolis/SC, número de contratos e estabelecimento rural familiar por grupo de enquadramento e participação no total de contratos, entre as safras agrícolas 2003/2004 e 2006/2007.

SAFRA	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	MÉDIA
GRUPO E					
Contratos	1	0	0	0	0,25
ERFs	105	105	105	105	105
Amplitude	0,95%	0	0	0	0,23%
Participação	1,42%	0	0	0	0,20%
S/ENQUADRAMENTO					
Contratos	0	12	25	0	9,2
Participação	0	9,24%	16,23%	0	7,33%
TOTAL					
Contratos	70	130	154	151	126,2

Conclusão - Elaborado pelo autor - Fonte: MDA/SFA

A avaliação do alcance de Anitápolis, confrontando as análises de amplitude e profundidade, confirma que, individualmente, nos grupos de enquadramento, assim como de forma geral, a penetração no público-alvo é bastante reduzida.

Como exceção, o estudo destaca que apenas no Grupo D os números individuais, ultrapassam a média de amplitude do município, sendo a média do segmento 42,68%, enquanto a municipal ficou em 21,11%. São 253 estabelecimentos enquadrados neste segmento, que correspondem a 40,7% do total das propriedades rurais familiares do município. Por isso, a participação média do grupo ficou em 85,58% do total de contratos do período apurado, estabelecendo seu grau de importância no cenário local.

Mais uma vez, apresenta-se o fator negativo de não atingimento dos grupos enquadrados entre os de baixa renda - A e C, excetuando-se o Grupo C que, apesar de tímida, vem esboçando uma reação, mas que ainda é pouco representativa. Levando em consideração a amplitude média do segmento, 6,66%, verifica-se que está bem abaixo da média municipal de 21,11%.

4.3.3.4 - Rancho Queimado

TABELA 24 - Amplitude do Pronaf em Rancho Queimado/SC, número de contratos por estabelecimento rural familiar (ERF), entre as safras agrícolas 2003/2004 e 2006/2007.

SAFRA	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	MÉDIAS
ERF	475	475	475	475	475
CUSTEIO	161	156	159	126	150,5
Amplitude	33,89%	32,84%	33,47%	26,52%	31,68%
INVESTIMENTO	0	1	5	11	4,2
Amplitude	0	0,21%	1,05%	2,31%	0,89%
TOTAL	161	157	164	137	154,7
Amplitude	33,89%	33,05	34,52%	28,84%	32,56%

Elaborado pelo autor - Fonte: MDA/SFA

Com um índice de amplitude médio de 32,56%, o município de Rancho Queimado posiciona-se num estágio intermediário entre a média nacional, 20,10% e o índice médio estadual, 59,87%.

Os números de contratos realizados no município apresentaram grande variabilidade no período analisado, alternando ampliações com quedas entre as safras 2003/2004 e 2006/2007.

O maior índice foi encontrado na safra 2005/2006, quando atingiu 34,52% do público-alvo, enquanto o menor foi da safra 2006/2007, 28,84%.

Mais uma vez a representatividade da finalidade custeio foi maior que a do investimento, porém, também foi o segmento financiado que teve a maior variação, quando entre as safras analisadas, reduziu a sua amplitude de 33,89% no início do período, para 28,84% ao final.

Como hipótese explicativa para esta volatilidade, encontramos a instabilidade produtiva que permeia os estabelecimentos rurais, em virtude da explosão imobiliária

provocada pelo aumento da demanda por propriedade para instalação de condomínios privados.

Os produtores locais estão, constantemente, assediados por segmentos capitalistas interessados em adquirir grandes extensões de terra para utilização não produtiva, como a campos de golfe, casas de campos e condomínios rurais.

Para comprovar a hipótese, este estudo se baseia no censo agropecuário 95/96, do IBGE, que apresenta o município como o único, entre os estudados, onde os estabelecimentos rurais familiares não atingem o percentual de 90% das propriedades agrícolas municipais, e onde os estabelecimentos patronais representam 15,2% do total, enquanto nos demais não ultrapassa o índice de 9%.

Reforça o exposto, o fato de ser o município o que possui o menor número de estabelecimentos agrícolas, dentre os analisados, 475 propriedades, porém, é o terceiro em área total, de 22.338 ha, que estão divididos quase igualmente entre os familiares 50% e os patronais 49,9%, sendo percentual restante posse de instituições religiosas, 0,01%.

TABELA 25 - Profundidade do Pronaf em Rancho Queimado/SC, número de contratos por grupo de enquadramento, percentual de evolução e participação no total de contratos, entre as safras agrícolas 2003/2004 e 2006/2007.

SAFRA	2003/2004		2004/2005		2005/2006		2006/2007	
	C	Ev	C	Ev	C	Ev	C	Ev
GRUPO A	0	-	0	0	0	0	0	0
Participação	0		0		0		0	
GRUPO A/C	0	-	0	0	0	0	0	0
Participação	0		0		0		0	
GRUPO C	1	-	0	(100%)	0	-	5	500%
Participação	0,62%		0		0		3,64%	

Continua

TABELA 25 - Profundidade do Pronaf em Rancho Queimado/SC, número de contratos por grupo de enquadramento, percentual de evolução e participação no total de contratos, entre as safras agrícolas 2003/2004 e 2006/2007.

SAFRA	2003/2004		2004/2005		2005/2006		2006/2007	
	C	Ev	C	Ev	C	Ev	C	Ev
GRUPO D	124	-	94	(24%)	113	20%	106	(6%)
Participação	77,01%		59,87%		68,90%		77,38%	
GRUPO E	36	-	40	11%	23	(42%)	26	13%
Participação	22,37%		25,48%		14,02%		18,98%	
Sem Enquadramento	0	-	23	2300%	28	21%	0	(2800%)
Participação	0		14,65%		17,08%		0	
TOTAL	161	-	157	(2%)	164	4%	137	16%

Conclusão - Elaborado pelo autor - Fonte: MDA/SFA

A análise de profundidade detectou que, assim como em outros municípios, os grupos A e A/C não foram atingidos pelo Pronaf. Enquanto o Grupo C teve participação ínfima, não ultrapassando 4% no período analisado.

O Grupo D constituiu-se como o mais expressivo, chegando a índices de participação de 77,38%, na última safra analisada, onde porém, na mesma safra aconteceu uma regressão de 6%.

Enquanto o Grupo E, acumulou uma redução na sua participação caindo de 22,37% no início do período para 18,98% ao final.

TABELA 26 - Alcance do Pronaf em Rancho Queimado/SC, número de contratos e estabelecimento rural familiar por grupo de enquadramento e participação no total de contratos, entre as safras agrícolas 2003/2004 e 2006/2007.

SAFRA	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	MÉDIA
GRUPO A					
Contratos	0	0	0	0	0
ERFs	106	106	106	106	106
Amplitude	0	0	0	0	0
Participação	0	0	0	0	0

Continua

TABELA 26 - Alcance do Pronaf em Rancho Queimado/SC, número de contratos e estabelecimento rural familiar por grupo de enquadramento e participação no total de contratos, entre as safras agrícolas 2003/2004 e 2006/2007.

SAFRA	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	MÉDIA
GRUPO A/C					
Contratos	0	0	0	0	0
ERFs	106	106	106	106	106
Amplitude	0	0	0	0	0
Participação	0	0	0	0	0
GRUPO C					
Contratos	1	0	0	5	1,5
ERFs	83	83	83	83	83
Amplitude	1,20%	0	0	6,02%	1,80%
Participação	0,62%	0	0	3,64%	0,97%
GRUPO D					
Contratos	124	94	113	106	109,2
ERFs	170	170	170	170	170
Amplitude	72,94%	55,29%	66,47%	62,35%	64,26%
Participação	77,01%	59,87%	68,90%	77,38%	70,59%
GRUPO E					
Contratos	36	40	23	26	31,2
ERFs	43	43	43	43	43
Amplitude	83,72%	93,02%	53,48%	60,46%	72,67%
Participação	22,37%	25,48%	14,02%	18,98%	20,17%
S/ENQUADRAMENTO					
Contratos	0	23	28	0	12,7
Participação	0	14,65%	17,08%	0	8,24%
TOTAL					
Contratos	161	157	164	137	154,7

Conclusão - Elaborado pelo autor - Fonte: MDA/SFA.

Confirmando as análises anteriores, individualmente os grupos estudados tiveram comportamentos diversos.

Como não houve contratação nos Grupos A e A/C, as afirmações da análise de amplitude sobre os mesmos se justificaram. Assim como, a inexpressividade da aplicação de recursos no Grupo C, que atingiu, em média, 1,80% do público-alvo.

Em virtude dos aspectos territoriais anteriormente comentados, os Grupos D e E, obtiveram, individualmente, um desempenho bastante superior ao do município de forma geral.

No caso do Grupo D, enquanto a média do município ficou estabelecida em 32,56%, a do segmento, atingiu 64,26%. A maior amplitude individual, se deve ao fato de ser pequeno o número de estabelecimentos do segmento, 170 propriedades.

Para o grupo E, a avaliação é similar, com a particularidade de a média de 72,67%, estar acima da amplitude das últimas safras analisadas, 53,48% e 60,46%, o que indica que os pesos maiores das safras iniciais podem distorcer clara tendência de queda atual.

4.3.3.5 - Santo Amaro da Imperatriz

TABELA 27 - Amplitude do Pronaf em Santo Amaro da Imperatriz/SC, número de contratos por estabelecimento rural familiar (ERF), entre as safras agrícolas 2003/2004 e 2006/2007.

SAFRA	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	MÉDIAS
ERF	704	704	704	704	704
CUSTEIO	235	170	154	162	180,2
Amplitude	33,38%	24,14%	21,87%	23,01%	25,60%
INVESTIMENTO	67	71	58	5	50,2
Amplitude	9,51%	10,08%	8,23%	0,71%	7,13%
TOTAL	302	241	212	167	230,5
Amplitude	42,89%	34,23%	30,11%	23,72%	32,74%

Elaborado pelo autor - Fonte: MDA/SFA.

Os números apresentados na análise de amplitude de Santo Amaro da Imperatriz/SC indicam uma posição abaixo do índice estadual, mas ainda acima da média nacional. A média municipal demonstra que 32,74% dos 704 estabelecimentos rurais familiares locais foram atendidos com recursos do Pronaf. Sendo que o crédito de custeio apresentou números mais expressivos que o investimento.

Em ambas finalidades, a tendência de retração estadual foi observada. Apenas o custeio obteve uma pequena recuperação na última safra, porém, a queda no volume de contratos de investimento foi muito mais acentuada, puxando o índice médio para baixo.

A diminuição de 92,53% no número de contratos de investimento é um dos pontos principais de análise deste município. A situação é preocupante, se levado em consideração que esta finalidade é a responsável em proporcionar ao agricultor a ampliação da produtividade, seja pela aquisição de máquinas ou equipamentos, ou pela adoção de novas tecnologias, ou ainda pela adaptação ou implantação de benfeitorias nas propriedades rurais.

Avaliando os fatos, este estudo levanta a hipótese de tais fatores estarem relacionados com uma característica peculiar do município.

Em Santo Amaro da Imperatriz, atuam muitos agricultores em regime de parceria, comodato ou arrendamento, público este que não adota o crédito investimento por não produzir em imóvel próprio, inviabilizando alguns dos itens financiáveis anteriormente citados.

Aliada a esta característica encontra-se uma outra tão importante como a primeira: o fato de os agricultores locais, mais capitalizados, não atuarem diretamente na produção, posicionando-se entre outros produtores, inclusive de municípios vizinhos, e os entrepostos comerciais, como o Ceasa. São os populares atravessadores que, devido à atividade, possuem cadastros rurais, blocos de nota e são sindicalizados. No entanto, poucos produzem por meios próprios, o que também os deixa distantes das necessidades detectadas pela finalidade investimento.

Aos aspectos acima enumerados, juntam-se as questões político-administrativas que interferem nas lideranças locais, conforme já analisado, quando este trabalho justificava o desempenho da agência estudada. Os agricultores do município, apesar de integrar um sindicato rural com expressivo número de associados, têm características de isolamento e falta de cooperativismo, criando um cenário impróprio para o desenvolvimento nos moldes desejados pelo Programa.

TABELA 28 - Profundidade do Pronaf em Santo Amaro da Imperatriz/SC, número de contratos por grupo de enquadramento, percentual de evolução e participação no total de contratos, entre as safras agrícolas 2003/2004 e 2006/2007.

SAFRA	2003/2004		2004/2005		2005/2006		2006/2007	
	C	Ev	C	Ev	C	Ev	C	Ev
GRUPO A	1	-	0	(100%)	2	200%	3	50%
Participação	0,33%		0		0,94%		1,79%	
GRUPO A/C	0	-	0	0	0	0	0	0
Participação	0		0		0		0	

Continua

TABELA 28 - Profundidade do Pronaf em Santo Amaro da Imperatriz/SC, número de contratos por grupo de enquadramento, percentual de evolução e participação no total de contratos, entre as safras agrícolas 2003/2004 e 2006/2007.

SAFRA	2003/2004		2004/2005		2005/2006		2006/2007	
	C	Ev	C	Ev	C	Ev	C	Ev
GRUPO C	72	-	7	(90%)	7	-	7	-
Participação	23,84%		2,90%		3,30%		4,19%	
GRUPO D	166	-	148	(25%)	132	(10%)	114	(13%)
Participação	54,97%		61,40%		62,26%		68,27%	
GRUPO E	63	-	62	(1%)	38	(38%)	43	13%
Participação	20,86%		25,75%		17,93%		25,75%	
Sem Enquadramento	0	-	24	2400%	33	37%	0	(3300%)
Participação	0		9,95%		15,57%		0	
TOTAL	302	-	241	(20%)	212	(12%)	167	(21%)

Conclusão - Elaborado pelo autor - Fonte: MDA/SFA (site:www.mda.gov.br/saf)

A análise de profundidade do município vê repetida a falta de inserção no Programa dos agricultores familiares de mais baixa renda. Os grupos A e A/C praticamente não formam os números de Santo Amaro da Imperatriz. O primeiro figura em três safras com números abaixo de 2% de participação, enquanto o segundo, não teve nenhum contato realizado no período estudado.

Uma análise mais detalhada precisou ser efetuada no grupo C, que manteve uma certa estabilidade, mas que tem curiosa e drástica redução no número de contratos, da primeira para a segunda safra analisada. Em 2003/2004 foram contratadas 72 operações do grupo, sendo que, nas safras seguintes, os contratos se mantiveram no número de sete por safra.

A resposta para esta curiosidade só foi possível devido à pesquisa de arquivos de dados da Agência e em função da experiência de atendimento do pesquisador. Na safra 2003/2004, quando ocorreram estas contratações, vigorava um convênio de

parcerias que permitia ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Águas Mornas acolher e analisar propostas do Pronaf C, através do sistema operacional do Banco do Brasil – Contratação de Financiamentos Rurais (CFR). Tal convênio possibilitava a contratação em todos os seis municípios atendidos pela unidade estudada, porém por estar vinculado à Agência, os contratos foram considerados pelo MDA pertencentes ao município de Santo Amaro da Imperatriz.

O grupo D aparece, novamente, com maior importância percentual, nos contratos operacionalizados no período em análise, chegando a atingir 68,27% do volume total de contratos. Mantendo o grupo E o segundo lugar em questão de importância relativa quanto ao número de contratos.

Porém, o comportamento dos dois grupos é distinto, dentro da série histórica analisada. Enquanto o grupo E oscilou entre evoluções e retrações ao longo do tempo, o grupo D apresentou seqüência de queda acentuada, passando de 166 contratos, na safra 2003/2004, para 114 contratos na safra 2006/2007, o que representou uma redução de 31,32%, no período.

TABELA 29 - Alcance do Pronaf em Santo Amaro da Imperatriz/SC, número de contratos e estabelecimento rural familiar por grupo de enquadramento e participação no total de contratos, entre as safras agrícolas 2003/2004 e 2006/2007.

SAFRA	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	MÉDIA
GRUPO A					
Contratos	1	0	2	3	1,5
ERFs	409	409	409	409	409
Amplitude	0,24%	0	0,48%	0,73%	0,36%
Participação	0,33%	0	0,94%	1,79%	0,65%
GRUPO A/C					
Contratos	0	0	0	0	0
ERFs	409	409	409	409	409
Amplitude	0	0	0	0	0
Participação	0	0	0	0	0

continua

TABELA 29 - Alcance do Pronaf em Santo Amaro da Imperatriz/SC, número de contratos e estabelecimento rural familiar por grupo de enquadramento e participação no total de contratos, entre as safras agrícolas 2003/2004 e 2006/2007.

SAFRA	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	MÉDIA
GRUPO C					
Contratos	72	7	7	7	23,2
ERFs	99	99	99	99	99
Amplitude	72,72%	7,07%	7,07%	7,07%	23,48%
Participação	23,84%	2,90%	3,30%	4,19%	10,08%
GRUPO D					
Contratos	166	148	132	114	140
ERFs	128	128	128	128	128
Amplitude	129,68%	115,62%	103,12%	89,06%	109,37%
Participação	54,97%	61,40%	62,26%	68,27%	60,75%
GRUPO E					
Contratos	63	62	38	43	51,5
ERFs	68	68	68	68	68
Amplitude	92,64%	91,17%	55,88%	63,27%	75,73%
Participação	20,86%	25,75%	17,93%	25,75%	22,34%
S/Enquadramento					
Contratos	0	24	33	0	14,2
Participação	0	9,95%	15,57%	0	6,18%
TOTAL					
Contratos	302	241	212	167	230,5

Conclusão - Elaborado pelo autor - Fonte: MDA/SFA.

No município de Santo Amaro da Imperatriz, mais que nos outros analisados, a metodologia de apuração dos níveis de alcance justificou sua adoção.

Enquanto a análise de amplitude sinaliza uma redução na participação do Pronaf de forma geral no município, e a análise de profundidade aponta que o grupo D, mesmo com importância no volume de contratos, possui uma tendência de retração, a avaliação de alcance conseguiu identificar situações individuais positivas que, apesar de não contestarem as análises anteriores, sinalizam para outras possibilidades se levadas em consideração as partes, e não só o todo.

A informação mais marcante anotada pela avaliação de alcance está no desempenho do Pronaf, no grupo D do município. Mesmo confirmando a tendência de diminuição dos contratos no segmento, pela ótica individualizada, o estudo observou

que foi o único momento em que o número de contratos ultrapassou a proporção individual de estabelecimentos rurais familiares, alcançando a marca de 109,37% em média.

Para justificar o ocorrido, este estudo relembra a característica específica do município, já comentada anteriormente, de utilização dos mecanismos de parcerias, comodato e arrendamento, o que vale dizer que numa mesma propriedade pode existir mais de um contrato do Pronaf, ou que agricultores sediados em Santo Amaro da Imperatriz produzem em outras localidades, mas realizam seus contratos na cidade.

Cabe ressaltar que o mesmo ocorre no grupo E, só que em menor proporção. O índice atinge 92,64%, sendo que em média 75,73% dos estabelecimentos rurais familiares do segmento são atendidos.

4.3.3.6 - São Bonifácio

TABELA 30 - Amplitude do Pronaf em São Bonifácio/SC, número de contratos por estabelecimento rural familiar (ERF), entre as safras agrícolas 2003/2004 e 2006/2007.

SAFRA	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	MÉDIAS
ERF	608	608	608	608	608
CUSTEIO	29	77	37	94	59,2
Amplitude	4,76%	12,66%	6,08%	15,46%	9,74%
INVESTIMENTO	6	16	6	9	9,2
Amplitude	0,98%	2,63%	0,98%	1,48%	1,52%
TOTAL	35	93	43	103	68,5
Amplitude	5,75%	15,29%	7,07%	16,94%	11,26%

Elaborado pelo autor - Fonte: MDA/SFA.

São Bonifácio/SC, dentre os municípios atendidos pela agência pesquisada, é o que se localiza, geograficamente, à maior distância. O acesso viário atual só foi inaugurado há dois anos, sendo que, além de distante, o município se isolava da região pela dificuldade de acesso.

Os esclarecimentos são necessários para amenizar os números apresentados pela análise da amplitude. O índice médio do município, de 11,26%, é quase a metade da baixa média nacional, que é de 20,10%, portanto, não sendo apto a comparações com o nível estadual, 40% maior que o do País.

Apesar da média baixa, a ampliação local apresenta tendência de crescimento, sendo representativo o desempenho da finalidade de custeio na última safra agrícola. Pode ainda ser ressaltado que o número de investimentos contratados na mesma safra é maior que o de municípios mais desenvolvidos, como Santo Amaro da Imperatriz.

A tendência de ampliação dos números de investimento deve-se ao trabalho de organização e conscientização realizado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) no município, onde estão se formando unidades produtivas cooperadas para as produções agroecológicas de leite e mel, conforme ressaltado em entrevista de triangulação de dados com informante-chave no município (extensionista local).

TABELA 31 - Profundidade do Pronaf em São Bonifácio/SC, número de contratos por grupo de enquadramento, percentual de evolução e participação no total de contratos, entre as safras agrícolas 2003/2004 e 2006/2007.

SAFRA	2003/2004		2004/2005		2005/2006		2006/2007	
	C	Ev	C	Ev	C	Ev	C	Ev
GRUPO A	0	-	9	900%	0	(900%)	0	-
Participação	0		9,68%		0		0	
GRUPO A/C	0	-	10	1000%	0	(1000%)	0	-
Participação	0		10,75%		0		0	
GRUPO C	0	-	1	100%	1	-	1	-
Participação	0		1,07%		2,32%		0,97%	
GRUPO D	33	-	50	51%	32	(36%)	102	218%
Participação	94,28%		53,77%		74,42%		99,03%	
GRUPO E	2	-	5	150%	3	(40%)	0	(300%)
Participação	5,72%		5,38%		6,98%		0	
Sem Enquadramento	0	-	18	1800%	7	(61%)	0	(700%)
Participação	0		19,35%		16,28%		0	
TOTAL CONTRATADO	35	-	93	165%	43	(53%)	103	139%

Elaborado pelo autor - Fonte: MDA/SFA.

Na análise de profundidade, o estudo identifica outro aspecto positivo do município: a maior incidência de créditos alocados nos grupos A e A/C, só perdendo para Angelina, neste quesito, dentre os municípios analisados.

É importante esta ressalva, pois, junto com o grupo C, as áreas que estes segmentos ocupam é de quase 50% do total dos estabelecimentos rurais familiares da cidade.

Assim como nos demais municípios, a maior importância percentual é absorvida pelo grupo D, que chegou quase à totalidade na última safra pesquisada, atingindo 99,03% do volume total de contratos.

Além de percentualmente importante, o grupo apresenta forte tendência de crescimento, evoluindo 218% na última safra analisada.

TABELA 32 - Alcance do Pronaf em São Bonifácio/SC, número de contratos e estabelecimento rural familiar por grupo de enquadramento e participação no total de contratos, entre as safras agrícolas 2003/2004 e 2006/2007.

SAFRA	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	MÉDIA
GRUPO A					
Contratos	0	9	0	0	2,2
ERFs	173	173	173	173	173
Amplitude	0	5,20%	0	0	1,30%
Participação	0	9,68%	0	0	3,22%
GRUPO A/C					
Contratos	0	10	0	0	2,5
ERFs	173	173	173	173	173
Amplitude	0	5,78%	0	0	1,44%
Participação	0	10,75%	0	0	3,65%
GRUPO C					
Contratos	0	1	1	1	0,7
ERFs	127	127	127	127	127
Amplitude	0	0,78%	0,78%	0,78%	0,59%
Participação	0	1,07%	2,32%	0,97%	1,02%

continua

TABELA 32 - Alcance do Pronaf em São Bonifácio/SC, número de contratos e estabelecimento rural familiar por grupo de enquadramento e participação no total de contratos, entre as safras agrícolas 2003/2004 e 2006/2007.

SAFRA	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	MÉDIA
GRUPO D					
Contratos	33	50	32	102	54,2
ERFs	252	252	252	252	252
Amplitude	13,09%	19,84%	12,69%	40,47%	21,52%
Participação	94,28%	53,77%	74,42%	99,03%	79,13%
GRUPO E					
Contratos	2	5	3	0	2,5
ERFs	56	56	56	56	56
Amplitude	3,57%	8,92%	5,35%	0	4,46%
Participação	5,72%	5,38%	6,98%	0	3,65%
S/ENQUADRAMENTO					
Contratos	0	18	7	0	6,2
Participação	0	19,35%	16,28%	0	9,06%
TOTAL					
Contratos	35	93	43	103	68,5

Conclusão - Elaborado pelo autor - Fonte: MDA/SFA

Na avaliação final de alcance, os registros anteriormente realizados foram confirmados, ressaltando-se apenas que o grupo D teve amplitude individualizada maior que a média municipal, ficando em 21,52%. Merece destaque a amplitude apurada na última safra que atingiu 40,47% dos 252 estabelecimentos rurais familiares do município, que representam, sozinhos, 40,4% do total de propriedades do segmento familiar.

4.3.3.7 – Comparativo

Após analisar os seis municípios atendidos pela Agência, este estudo realizará um comparativo entre eles, visando identificar tendências, oportunidades ou carências, para que se desenhe melhor o perfil da aplicação de recursos do Pronaf na região.

O primeiro aspecto identificado é que, via de regra, os municípios apresentam tendência de retração preocupante. Pois se o Programa visa abranger o maior número de agricultores possível, a diminuição no volume de contratos é informação de análise prioritária.

A situação corrobora a avaliação de desempenho da agência anteriormente realizada por este estudo. Questões como a redução da capacidade instalada, escassez de recursos humanos, e não-priorização do crédito rural interferiram drasticamente na atuação do Programa na região estudada.

Um dos fatores que comprovam a hipótese acima aventada é que nenhum dos seis municípios se aproximou da amplitude média do Estado, de 59,87%, alguns chegando até a igualar ou ficar abaixo do criticado índice nacional de 20,10%.

Como solução para o problema, o estudo indica a intensificação dos convênios de parcerias, habilitando sindicatos, cooperativas, prefeituras e demais interessados a operacionalizar o Pronaf, ampliando a possibilidade de atingir uma parcela maior do público-alvo, justamente pela proximidade física com o mesmo, resolvendo a incapacidade da Agência em modificar sua estrutura de atendimento.

Em entrevista com o Analista Técnico Rural²² do Banco do Brasil, colhemos o seguinte depoimento que confirma a hipótese, pelas experiências bem sucedidas na própria Agência:

[...] É importante destacar que o percentual de penetração é bem mais elevado no município de Águas Mornas, devido, penso eu, a atuação do Sindicato de Trabalhadores Rurais e mais recentemente a atuação da Cresol, que se dispuseram a trabalhar em parcerias como Banco na busca de novos clientes e democratização do crédito, usando como ferramenta, inicialmente o CFR e mais recentemente o CFC. Pode-se concluir, então, que as parcerias podem potencializar a penetração do Pronaf.

²² Rossimar Malcorra Allenbrand

Outra situação não menos importante, mas com maior complexidade de resolução, é o ineficiente alcance do Programa, quando analisada a sua penetração nas camadas mais carentes do segmento agrícola familiar.

A avaliação das informações realizada pelo presente estudo reforça a crítica de organismos independentes de análise (DESER, IPEA) de que as comunidades mais humildes do campo sequer são acessadas pelo atual sistema de crédito rural, seja por desconhecimento das oportunidades de crédito ou por desinteresse dos intermediários financeiros em inserir no seu ambiente um público que oferece pouca ou nenhuma reciprocidade.

As soluções até o momento testadas, como cooperativas de crédito, parcerias locais, comitês de crédito fundiário, não surtiram o efeito desejado, como comprovam os números.

Imaginar que este público possa ser objeto de ações de iniciativa dos agentes financeiros esbarra na lógica de mercado do custo-benefício, sendo que não será apenas através do crédito que estes segmentos serão inseridos social e economicamente no cenário agrícola nacional.

Políticas específicas de crédito fundiário e reforma agrária serão necessárias, prioritariamente, para esses agricultores. Quanto ao próprio crédito, não bastam reduções de juros, ampliações de prazos, prorrogações, rebates ou descontos, se no meio do segmento não forem ofertadas informações, esclarecimentos e o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, pois a existência de recursos não tem implicado em interessados a acessá-los.

Este estudo identifica nos planos de Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS), apresentados na seção 2.7.1, importante papel na inserção do segmento, por agrupá-los de forma a oferecer, além do crédito, o suporte técnico necessário, as condições de produção e, através de arranjos, até o escoamento da mesma.

O problema foi objeto de análise nas entrevistas com os informantes-chave (extensionistas da EPAGRI e o analista técnico rural do Banco do Brasil), com o objetivo de triangulação com os dados coletados (primários e secundários), e as conclusões são de que, somente através de programas integrados, como o DRS, é que o Pronaf alcançará os segmentos de mais baixa renda per capita.

5 - CONTRIBUIÇÕES E CONCLUSÕES

Diante dos números expostos pelo presente trabalho, fica clara a imprescindibilidade de uma política de crédito específica para a agricultura familiar, dada sua importância na produção rural brasileira, e conseqüentemente para a economia nacional.

O rumo e o instrumento parecem ter sido encontrados no Pronaf, porém, as informações levantadas não permitem determinar até que ponto o Programa está alcançando os seus objetivos propostos de promover o desenvolvimento desta significativa parcela da população economicamente ativa do Brasil.

A metodologia utilizada no estudo de caso, a apuração e análise dos índices **alcance**, determinados pelo cruzamento da **amplitude**, parcela do segmento atingido em proporção ao universo de agricultores familiares, sentido horizontal do método, com a **profundidade**, que o mediu até que nível de pobreza do meio rural o Programa penetrava, sentido vertical de avaliação, permitiu que se determinasse o comportamento do Pronaf, nas safras 2003/2004 e 2006/2007, em nível nacional, estadual e em cada um dos municípios atendidos pela Agência Santo Amaro da Imperatriz.

Constatou-se um baixo índice nacional de amplitude, na ordem média de 20,10%, representando que o atendimento dos produtores familiares pelo Programa, efetivamente, encontra-se bem longe do alardeado sucesso que os números apresentados pelo Governo Federal fazem crer. A explicação mais aceita no meio acadêmico e pelos críticos desta política pública é a da desigualdade econômica, social, cultural e associativa, que separa, quase perpetuamente, as regiões Sul e Sudeste das demais regiões do País, principalmente o Nordeste.

A hipótese pode ser sustentada quando apurados os índices de amplitude do Estado de Santa Catarina. A média estadual apurada em 59,87% é mais que o dobro do índice médio nacional, representando que neste Estado o Pronaf possui maior

abrangência e conseqüentemente maior importância relativa, em virtude do poder de organização dos agricultores familiares, e/ou pelos aspectos culturais de identidade com a ruralidade trazidos pela etnia alemã, e/ou pela concentração de agroindústrias beneficiadoras de produtos de representatividade nacional (fumo, milho, aves, suínos etc), e/ou ainda pela própria geografia que dificulta a produção em grandes propriedades, favorecendo os pequenos estabelecimentos rurais familiares.

Certo é que fica incontestemente a presença do Pronaf na economia de Santa Catarina, possibilitando ao Estado receber em média, no período analisado, 14% do volume total de recursos destinados pelo Programa, ficando atrás apenas do Rio Grande do Sul, e à frente de potências agrícolas como Minas Gerais, São Paulo e Paraná.

No entanto, a análise do alcance, individualizada por município estudado, demonstrou que tanto horizontalmente, no sentido de quantidade de público atendido pelo Programa (amplitude), quanto verticalmente, no sentido das camadas inferiores de renda da produção rural familiar (profundidade), é bem diferente o desempenho do Pronaf na região atendida pela Agência Santo Amaro da Imperatriz.

Os índices médios dos seis municípios estudados - Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz e São Bonifácio -, ficaram abaixo da elogiável média estadual, atingindo o índice médio de 28,72%, mais próximo do fraco desempenho nacional.

Portanto, pela análise de alcance, principalmente pelo viés da amplitude, o objetivo principal deste trabalho foi plenamente atingido, ou seja, avaliar a intermediação financeira do Pronaf realizada pela Agência Santo Amaro da Imperatriz.

Porém, as respostas encontradas na metodologia não foram confortadoras, principalmente se levada em consideração a tendência de retração na contratação de operações do Programa, praticamente em todos os municípios estudados e em todos os níveis avaliados (enquadramentos/grupos).

O estudo avaliou que a aplicação de recursos do Pronaf na região não é satisfatória, e o desempenho da Agência neste contexto foi ineficaz.

Foi diagnosticado que em todos os municípios aconteceu uma retração no número de contratos realizados no período estudado, excetuando-se a cidade de São

Bonifácio, onde, apesar de ser o menos representativo dentre os avaliados, ocorreram ampliações no público atendido e no número de operações contratadas.

Com o disposto, um dos principais questionamentos de pesquisa pode ser respondido, uma vez que ficou constatada que houve dificuldades no acesso ao crédito, devido à incapacidade de atendimento da unidade.

Porém, pode ser avaliado que, a partir da formalização de parcerias de atendimento (CFC), os volumes poderão voltar a crescer, como aconteceu com os municípios onde os convênios estiveram ativos nas ultimas safras analisadas - Águas Mornas, Anitápolis e Angelina.

As entrevistas e os demais levantamentos de dados realizados permitiram responder negativamente as questões relativas aos entraves na concessão em razão de burocracia ou inexistência de garantias, bem como apurar que, nas safras analisadas, os valores orçados de custeio foram insuficientes para a demanda, tanto na região quanto no Estado. Em contrapartida, o orçamento dos investimentos não foi totalmente realizado, havendo sobra de recursos nos dois cenários.

Fechando a análise, este trabalho destaca como um dos principais resultados obtidos a constatação de que os níveis mais baixos de renda da agricultura familiar não estão sendo atingidos na região. A situação é preocupante, pois seriam esses os mais necessitados de uma política efetiva de amparo à pequena produção, aliada a outras ações públicas de concessão de crédito e acesso a terra, como reforma agrária e o crédito fundiário.

Praticamente inexistem operações com os grupos A, B e A/C, onde se concentram os beneficiários de assentamentos, ou recém-contemplados com o crédito fundiário. Tal fato demonstra que, regionalmente, o Pronaf não consegue profundidade suficiente para ser admitido como uma estratégia reformadora do panorama de subsistência que se encontram as camadas mais necessitadas da agricultura.

Alguns questionamentos não puderam ser discutidos e respondidos no âmbito deste estudo, como a influência da inadimplência como causa da retração de propostas, uma vez que os dados apurados internamente no Banco do Brasil não possuíam série histórica que permitisse uma avaliação.

Reforça-se aqui o diferencial deste trabalho em relação às contribuições que traz para melhorias nos pontos negativos ora sinalizados. O principal fator que poderia

ser destacado é justamente municiar a instituição de uma metodologia de acompanhamento do desempenho das unidades que atuam com o crédito rural, mormente as que têm no Pronaf sua linha mestra de ação.

Em nível localizado, as ponderações realizadas na análise de desempenho da Agência Santo Amaro da Imperatriz apresentam à sua administração e instâncias superiores (superintendências regional e estadual) uma crítica avaliação dos pontos de estrangulamento do acesso dos beneficiários do Programa, permitindo a correção de rumos e/ou o reforço de iniciativas que já demonstraram ser acertadas (parcerias).

Portanto, enumeramos abaixo algumas recomendações e sugestões para modificar o cenário apresentado no presente trabalho:

- reforçar e ampliar os convênios de parceria (CFC), buscando que os mesmos aumentem seu volume operacional, acessando uma gama maior de público-alvo do Pronaf;

- rever os procedimentos de acolhimento, análise e formalização de operações de investimento, redimensionando os recursos humanos disponíveis, de forma a absorver maior quantidade de propostas e atingir públicos diversos, além de possibilitar o efetivo desenvolvimento dos envolvidos, por ser esta finalidade a responsável pelo efetivo aumento de produção e conseqüentemente de renda;

- estreitar as relações com a EPAGRI, na através dos escritórios locais, incentivando a apresentação de propostas mais abrangentes do ponto de vista de modificação dos cenários de produção de cada município, agindo de forma proativa na concessão do crédito;

- priorizar as propostas de investimento decorrentes do plano DRS a ser implantado na unidade, por seu poder transformador da dinâmica do desenvolvimento local;

- priorizar propostas de custeio de produções orgânicas e agroecológicas;

- incentivar a apresentação de propostas de reflorestamento ecológico, visando prover a região de condições de se beneficiar das futuras oportunidades de ganhos pela prestação de serviços ambientais (seqüestro de carbono).

É inquestionável que o Pronaf se tornou a real possibilidade de mudança da indesejável marginalização da agricultura familiar, no próprio meio rural, habilitando

seus beneficiários a uma produção com melhoria tecnológica adequada e uma produtividade comparada às grandes propriedades patronais. Mas igualmente indubitável é a necessidade de acompanhamento, constante avaliação e priorização das ações do Programa, para que ele mesmo, em sua busca por "números mais expressivos", não faça segregação dentro de suas próprias fileiras, optando pelo financiamento por caminhos menos árduos.

A título de encerramento, este trabalho acrescenta a citação da Secretaria Executiva do Pronaf/SC, na apresentação do plano safra 2005/2006, que resume toda a importância do Programa para o Estado, sua economia e seus produtores:

A manutenção do agricultor no meio rural, vivendo dignamente, com reais condições de prosperar sendo um forte ator e preservando a multifuncionalidade da agricultura familiar é fundamental para desenvolvimento em toda Santa Catarina.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Bibliografia Citada

ABRAMOVAY, Ricardo. A agricultura brasileira na contra mão. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 10 jan 2001, Nacional, p. A-3. Disponível: <http://gipaf.cnptia.embrapa.br>. Acessado em 05.04.2007.

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José E. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) - Convênio FIPE/IPEA**. - Brasília, 1999. (texto para discussão nº 641).

BACHA, Carlos J.C. **Economia e Política Agrícola no Brasil**. São Paulo: Editora Atlas, 226p. 2004.

BARROS, Geraldo S. C. **O agronegócio brasileiro no final do Século XX : A transição na política agrícola brasileira**. Organizado por Montoya e Parré. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo Editora, 2000.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. 24 p. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

DESER. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local - Municipalização, Diretrizes de Desenvolvimento e Propostas de Políticas Públicas - Conjuntura Econômica Nacional**, Curitiba, mai, 1997. Disponível: <http://gipaf.cnptia.embrapa.br>. Acessado em 05.04.2007.

GIL, A. C. **Projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1993.

GOLDIN, I.; REZENDE, G.C. **A Agricultura Brasileira na década de 80: crescimento numa economia em crise**. Rio de Janeiro: IPEA (série 138), 1993.

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar. O Brasil redescoberto**. Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO. Brasília, 2000

INSTITUTO CEPA/SC - **Perspectivas para Agricultura Familiar: Horizonte 2010**. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 2004.

KALNIN, Joanir Luís. **Desenvolvimento local/regional focado na agroindústria familiar: experiências em Santa Catarina**. 2004. 214 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

LACKI, Polan. **Buscando soluções para a crise do agro: no guichê do banco ou no banco da escola? Relatório FAO - Organização para a Agricultura e a Alimentação/ Escritório Regional para a América Latina e o Caribe**. Santiago/Chile, 1999. Disponível: <http://gipaf.cnptia.embrapa.br>. Acessado em 05.04.2007.

MALTHUS, Thomas R. **Ensaio sobre a população**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Série Economistas)

MATTEI, Lauro. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf): Concepção, Abrangência e Limites Observados**. 2001. Texto apresentado no IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, Belém, 2001.

MDA. **Cartilha de Crédito do PRONAF - safra 2005/2006**. Florianópolis: Secretaria Executiva do PRONAF/SC, 2005.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. 79p.

MIRANDA, Carlos Luiz de. Multifuncionalidade e desenvolvimento rural sustentável. **Revista Marco Social**, Brasília, v. 40, p.08-11, 2002.

PRETTO, José Miguel. **Amplitude e restrições ao acesso de Pronaf Investimento no Rio Grande do Sul** - Um estudo de três operações de financiamento envolvendo cooperativas de crédito rural, cooperativas de produção agropecuária e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. 2005. 129 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PRIMAVESI, Ana. **A Agricultura sustentável - manual do produtor rural - maior produtividade, maiores lucros, respeito à terra**. São Paulo: Nobel, 1992.

SANTO, Benedito R do E. **Caminhos da agricultura brasileira**. São Paulo: Evoluir, 2001.

SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.18 (nº 51), fev, 2003.

SILVA, Enid R. A da. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF: Uma avaliação das ações realizadas no período 1995/1998**. São Paulo: IPEA, 99. Disponível: <http://gipaf.cnptia.embrapa.br>. Acessado em 05.04.2007.

TEDESCO, João C. **O agronegócio brasileiro no final do Século XX - Agricultura Familiar, territórios e profissões: estratégias individuais e redes empresariais no meio rural**. Organizado por Montoya e Parré. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo Editora, 2000.

UPNMOOR, Ilka. **Agricultura orgânica - produção vegetal**. Guaíba, Editora Agropecuária, 2003. 62p. - (Biblioteca da terra, 6)

VILELA, Sergio L. de O. **Qual a política para o campo brasileiro?(do banco mundial ao pronaf: a trajetória de um novo modelo?)**. 1997. Elaborado para apresentação no XXXV Congresso da SOBER, Natal, de 03 a 07 de agosto de 1997.

Bibliografia Consultada

BANCO MUNDIAL. **Brasil: o gerenciamento da agricultura, do desenvolvimento rural e dos recursos naturais**. S.l.: s.ed., 1993. (Relatório nº 11738-BR).

BONILLA, José A. **Fundamentos da Agricultura Ecológica - Sobrevivência e Qualidade de Vida**. São Paulo, Nobel, 1992.

FAO. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**: versão resumida do relatório final do projeto UFT/BRA/036. FAO/INCRA, 1994. 24p.

GLIESMANN S.R. **Agroecologia: processos de ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 2000.

IBGE. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - prognóstico da produção agrícola nacional para 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2006 (Situação em outubro de 2006).

LAMPKIN, N. **Agricultura Ecológica**. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 1998.

LOPES, Mauro de R. **Os desafios da agricultura brasileira nos anos 90**. Brasília: IICA, 1989.

_____. Mercados agrícolas e o processo de integração no Mercosul. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 203-226.

MAARA. Planaf - Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Brasília, agosto de 1995.

PERACI, Adoniram S.; BIANCHINI, Valter. **Limites e possibilidades dos fundos garantidores como instrumento de ampliar cobertura do crédito rural no Brasil** - alguns casos do Sul brasileiro - Seminário Internacional Limites e Possibilidades de Mecanismos de Garantia de Crédito Rural - A Experiência dos Países do Mercosul. Programa FIDA Mercosur, SAF/MDA, IE - Unicamp; 24,25 e 26 de março de 2002.

YARON, J; BENJAMIN Jr. M; PIPREK, G. 1997. **Rural Finance, Issues, Design & Best Practices**, Series 14. World Bank.

Sites Consultados

www.bb.com.br

www.mda.gov.br

www.pronaf.gov.br

www.icepa.com.br

www.gipaf.cnptia.embrapa.br

www.sde.sc.gov.br

www.agencia.cnptia.embrapa.br

www.bcb.gov.br